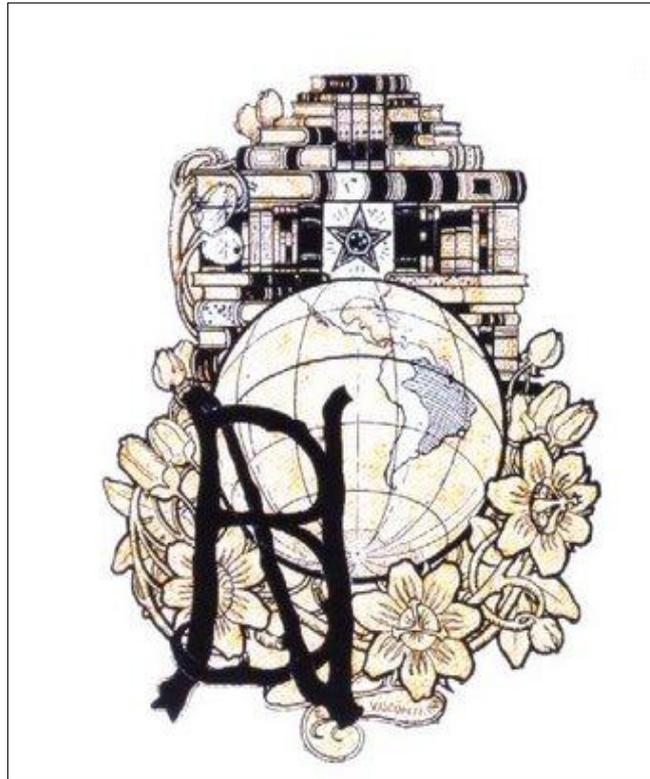


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2013

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



JULIANE CARDOZO DE MELLO

KOSERITZ ADORMECIDO NOS PERIÓDICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL

EPÍGRAFE

A perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo. Estamos com mal de arquivo (*en mal d'archive*). Escutando o idioma francês e nele, o atributo “en mal de”, estar *com mal de arquivo*, pode significar outra coisa que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome “mal” pode nomear. É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente, procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiva. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto. Nenhum desejo, nenhuma paixão, nenhuma pulsão, nenhuma compulsão, nem compulsão de repetição, nenhum “mal de”, nenhuma febre, surgirá para aquele que, de um modo ou de outro, não está já com mal de arquivo.

Jacques Derrida

RESUMO

O projeto “Koseritz adormecido nos periódicos da Biblioteca Nacional” caracteriza-se como um resgate de periódicos do acervo da Biblioteca Nacional, bem como é uma reiluminação dos primeiros anos do trabalho do jornalista Carlos de Koseritz, nas cidades gaúchas de Rio Grande e Pelotas, nas quais o imigrante iniciou sua carreira jornalística nos jornais *O Brado do Sul*, *O Noticiador* e *Eco do Sul*. A análise desses periódicos, em conjunto com o estudo de outras publicações, já pesquisadas nas bibliotecas do estado do Rio Grande do Sul, tem como objetivo a recuperação das polêmicas entre as folhas locais, o jornalismo político-partidário, e ainda acrescentar mais um capítulo importante à biografia de Koseritz e à história da imprensa.

Palavras-chave: História da Imprensa; Carlos de Koseritz; Imprensa sul-riograndense; Periódicos.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	6
1. A IMIGRAÇÃO ALEMÃ E UM DE SEUS MAIS IMPORTANTES REPRESENTANTES: CARLOS DE KOSERITZ.....	9
2. A IMPRENSA BRASILEIRA E SUL-RIO-GRANDESENSE NO SÉCULO XIX.....	21
3. AS POLÊMICAS NAS FOLHAS DE PELOTAS E RIO GRANDE.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXOS.....	96

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho caracteriza-se como uma continuação aos estudos sobre Carlos de Koseritz que iniciei em 2009, ainda na graduação em Letras e que culminou em minha dissertação de mestrado, defendida, na Universidade Federal de Rio Grande (FURG), em março de 2013. Os cinco anos de pesquisa sobre o alemão sempre foram compostos por lacunas, muitas delas preenchidas com esta pesquisa.

Muito se escreveu sobre Koseritz no século XX e ainda se escreve no século XXI, entretanto, as temáticas abordadas neste ensaio, foram, muitas vezes, negligenciadas pelos críticos, uma vez que o período em que o jornalista viveu nas cidades de Rio Grande e Pelotas foi caracterizado como o seu momento de ascensão e os estudos encontrados centram-se na figura do alemão já consolidada, em virtude de seus escritos em prol de seus compatriotas, de seu trabalho como político e como divulgador de doutrinas filosóficas em voga na Europa.

Acredita-se, todavia, que a obra de Koseritz não se limita apenas à temática da colonização, pois a leitura de seus textos de cunho literário, filosófico e jornalístico evidencia um intuito de contribuição para o desenvolvimento do Brasil, uma vez que, como jornalista e professor, ele se empenhou em disseminar o conhecimento, propondo reformas para a educação, como fica evidente em seu primeiro livro *Resumo de História Universal* (1856) e na série de artigos “Sobre instrução”, compiladas em anexo, e para a mentalidade dos provincianos, através de textos como *O Jacobino*, também compilado em anexo, no qual critica a influência dos religiosos na sociedade brasileira e *A terra e o homem à luz da moderna ciência* (1884), no qual trata dos mitos da Igreja Católica desconstruindo-os.

As polêmicas que o cercaram nas cidades de Rio Grande e Pelotas, período que analisamos neste estudo, se dão justamente pelo seu intuito de disseminar o conhecimento e pelo seu posicionamento político vinculado às ideias e não

aos políticos e aos partidos. Como veremos na sequência, Koseritz foi alvo de graves acusações, foi processado por pederastia, acusado de plágio na sua produção literária, foi espancado duas vezes e ainda sofreu uma tentativa de homicídio, represálias que, se o fizeram mudar de cidade, não foram capazes de calá-lo em seu grito constante em prol de um Brasil melhor para os brasileiros e para os alemães.

O esclarecimento desses fatos vai além de um simples acréscimo de dados biográficos sobre o autor, já que auxiliam no delineamento de um perfil da sociedade letrada e da imprensa sul-rio-grandense e brasileira. Os conflitos nas folhas do Rio Grande do Sul transcendiam as barreiras da política e declinavam para ofensas e calúnias pessoais, os editores dos jornais digladiavam-se diariamente entre acusações e defesas a personalidades importantes nas cidades, tais como: médicos, advogados, políticos, comerciantes.

Koseritz valeu-se do jornal para expor suas ideias e para fixar-se como homem de letras, utilizou esse veículo de comunicação para revolucionar os ideais atrasados dos provincianos, pois como nos diz Machado de Assis:

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções.

O jornal apareceu, trazendo em si o germen de uma revolução. (ASSIS, 2011, p. 48)

Complementando as palavras de Machado, podemos aludir que a imprensa sul-rio-grandense, no século XIX, foi marcada por um jornalismo político-partidário, nas palavras de Francisco Rüdiger (2003, p. 35), através do qual partidários de diferentes ideais confrontavam-se nas folhas locais. Koseritz foi um dos expoentes desse jornalismo, devido ao fato de que defendia as suas convicções de forma bastante contundente, sem temer aos seus opositores, muitos deles representantes do governo imperial.

A primeira parte deste ensaio aborda, brevemente, a problemática da imigração dos alemães para o Rio Grande do Sul, em conjunto com a apresentação dos dados biográficos de Koseritz, como forma de elucidação da importância da colonização alemã para o sul do Brasil, uma vez que ela era destinada aos

sítios mais inóspitos, e como forma de destacar a fortuna crítica sobre o jornalista, ou seja, o que foi escrito sobre ele no decorrer dos anos.

O segundo capítulo traz um contexto da imprensa brasileira, mostrando o seu desenvolvimento e a sua consolidação, ressaltando a sua relevância para a compreensão da história de nosso país, já que os jornais foram de suma importância para a divulgação de ideias e auxiliaram, por exemplo, na exposição do descontentamento que culminou na Proclamação da República (1889). O jornalismo, mesmo que embrionário, não pode ser separado da história, pois ambos estão amalgamados, já que os homens de letras faziam-se jornalistas e utilizavam os periódicos como tribuna para disseminarem as suas ideias.

O terceiro capítulo centra-se nas polêmicas que circularam nos jornais no interior da província, algumas delas envolvendo explicitamente o nome de Koseritz, outras entre os jornais *O Noticiador* e o *Brado do Sul* – que, apesar da edição ser atribuída a Domingos José de Almeida, acredita-se, por evidências que demonstraremos ao longo deste texto, ser redigido por Koseritz – entre os quais vemos bem delineado o jornalismo político-partidário.

Nesta parte do ensaio, trabalharemos com outros jornais que fizeram oposição ao alemão, dentre eles *O Diário do Rio Grande*, *O Comercial*, assim como o seu único aliado *Eco do Sul*, do qual também foi redator e colaborador. Ademais, detalharemos o que outros periódicos de outras partes do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, São Luiz, etc.) publicaram sobre Koseritz.

A última parte deste ensaio é composta pelas considerações finais, nas quais retomamos alguns aspectos importantes desenvolvidos no decorrer da análise e exporemos algumas conclusões sobre o tema; e dos “Anexos”, nos quais compilamos um artigo intitulado *Jacobino*, publicado no jornal *Eco do Sul*, de 16 de março de 1862 e uma série de artigos intitulada *Sobre instrução* publicada no mesmo jornal, no período de 5 de fevereiro a 13 de março de 1862.

Pretendemos, então, reiluminar aspectos importantes sobre Koseritz, enquanto jornalista e homem de letras e contribuir para a história da imprensa brasileira e sul-rio-grandense, por meio da exposição dos conflitos que eram o mote das publicações no interior da província.

1. A IMIGRAÇÃO ALEMÃ E UM DE SEUS MAIS IMPORTANTES REPRESENTANTES: CARLOS DE KOSERITZ

Ao tratarmos de uma figura representativa da imigração alemã no Rio Grande do Sul, torna-se importante a elucidação de alguns aspectos sumários do processo imigratório. A imigração foi um fenômeno muito relevante para o Brasil como substituição da mão de obra escrava, no decorrer do século XIX, já que “o escravo não fazia parte do mercado consumidor. Havia também o desejo de branqueamento da população e a necessidade de ocupação de novas áreas agrícolas” (FLORES, 2004, p. 12). O papel da imigração alemã para a cultura e para a economia no Rio Grande do Sul é fundamental, visto que a chegada de alemães ao estado foi intensa: entre 1824 e 1914, imigraram cerca de 48.000 alemães (SCHREINER, 1996).

Cabe, então, um questionamento: o que levou o cidadão alemão a imigrar para o desconhecido Brasil? A Europa, ao longo do século XIX, foi assolada por movimentos políticos e sociais e por guerras de afirmação dos Estados Nacionais, assim como pela industrialização, que substituiu os trabalhadores por máquinas, gerou desemprego e desigualdades sociais, que levaram a condições de vida precárias e subumanas (FLORES, 2004, p. 13). A América era a promessa de uma vida digna, com a posse de terra, já que, ainda na década de 60 do século XIX, havia um regime semelhante ao feudal entre os pomeranos, russos e poloneses.

O governo brasileiro aproveitou-se dessa situação para realizar uma campanha imigratória, por meio de alemães que eram selecionados para redigir textos, folhetos e persuadir seus compatriotas a colonizar o Brasil. A propaganda dos benefícios que receberiam na nova pátria era quase irrecusável:

Viagem gratuita para o Brasil; pagamento das despesas de manutenção por dois anos (160 réis aos adultos no primeiro ano e metade no segundo, crianças recebendo 50% do valor); 77 hectares de terra gratuita (que não poderia ser vendida antes de 10 anos); isenção de impostos durante 10 anos; gado bovino, equino e suíno às famílias, na proporção do número de membros; sementes ou mudas de café, algodão, arroz, trigo, fumo, feijão, batata inglesa, milho; *cidadania brasileira* a partir da chegada e *liberdade de culto* com padre ou pastor sustentados pelo governo. (FLORES, 2004, p. 18, grifos da autora)

O governo cumpriu grande parte de suas promessas, pelo menos nos primeiros anos de imigração; entretanto, a liberdade de culto era inviável, uma vez que era inconstitucional, os cultos não-católicos eram tolerados, mas não podiam ser fundados estabelecimentos com formato de templo. Igualmente, a concessão de cidadania brasileira não era válida segundo os preceitos da Constituição vigente.

Os primeiros imigrantes começam a povoar o Rio Grande do Sul em 1824, sendo que entre esse ano e 1830 mais de 5.000 colonos instalaram-se na Colônia Alemã de São Leopoldo, fluxo esse interrompido pela Revolução Farroupilha (1835-1845) e retomado na década de 50. Entretanto, em virtude dos abandonos de terras, muitos imigrantes vieram para ocupar esses loteamentos.

A maioria dos colonos foi trazida para o sul com o intuito de povoar regiões abandonadas e inóspitas, a fim de garantir a posse do território aos portugueses; boa parte deles trabalhou com a agricultura, pecuária e comércio. Contudo, em 1851, o governo brasileiro, em guerra contra o ditador argentino Rosas, enviou à Europa o General Sebastião de Rego Barros para contratar uma força mercenária que reforçasse o Exército Nacional. Barros chegou a Hamburgo no momento em que estavam sendo liberados os alemães que lutaram na guerra contra a Dinamarca. Muitos deles haviam lutado também, entre 1848 e 1849, nas guerras socialistas da Alemanha e, por isso, eram imbuídos de ideias liberais. Chegaram, então, no ano supracitado, 1.800 mercenários, entre soldados, sargentos e cinquenta oficiais (FLORES, 2004, p. 54).

É nesse grupo de mercenários que Carlos Von Koseritz, ou Carlos de Koseritz, como o próprio se denomina em muitos artigos, chega ao Brasil, sem, no entanto, lutar como os seus companheiros, já que deserta em seguida. Segundo Flores, Koseritz é um expoente do jornalismo alemão do século XIX (2004, p. 55); a autora afirma que o jornalista considerava os Brummer o fermento da cultura alemã no Rio Grande do Sul. Ademais, ele foi um dos grandes incentivadores da imigração alemã, sendo que escreveu em 1885, em

conjunto com Dörffel e Sellin¹, um manual promocional que visava convencer os alemães a emigrarem para o Brasil.

A chegada de Koseritz ao Brasil dá-se como canhoneiro do 2º Regimento de Artilharia (CESAR, 1960, p. 173), na legião de estrangeiros e o mesmo, após ser enviado para trabalhar em um quartel em Rio Grande, deserta, em 1852, refugiando-se em Pelotas. Os anos em que Koseritz viveu nas cidades gaúchas de Rio Grande e Pelotas têm recebido pouca atenção de estudiosos de sua obra, sendo a maior parte dos estudos centrada no papel importante que o jornalista exerceu para a colonização alemã.

Em Pelotas, o imigrante abre uma tipografia intitulada Tipografia Comercial, conforme anúncio do jornal *O Brado do Sul*, de 15 de junho de 1859, e publica seu primeiro livro – *Resumo de História Universal* – pela tipografia de Luís José de Campos, em 1856, “para uso dos meus alunos no Colégio ‘União’” a fim de suprir “a extraordinária falta que faz aos mais estabelecimentos da província, um compêndio qualquer de História Universal”, no anseio de “ajudar aos respectivos Senhores Professores na sua mais que árdua tarefa de ensinar a História Universal sem compêndio português algum” (1856, p. 3), no qual há o intuito de colaborar para o desenvolvimento da instrução na cidade.

O resumo, em comparação aos textos escritos posteriormente, mostra uma visão que é contrastante ao ateísmo do autor, pois seu autor afirma que “os progenitores do gênero humano [são] Adão e Eva. Seus filhos são Caim e Abel” (KOSERITZ, 1856, p. 6). Porém, ao longo do livro, há apenas referências sucintas aos mitos bíblicos e à Igreja Católica como, por exemplo, a menção ao nascimento de Jesus Cristo (KOSERITZ, 1856, p. 15), o que evidencia que talvez o autor, já nesse período, não acreditasse nos preceitos cristãos e que as alusões a eles servissem apenas para estabelecer uma relação de concordância com as crenças da sociedade em geral. O livro apresenta uma função didática e resume os fatos históricos sem um detalhamento maior dos dados arrolados.

Koseritz escreveu alguns dramas e publicou novelas, como: *A donzela de Veneza* (1859), *Um drama no mar* (1863) e *Laura, também um perfil de mulher*

¹ Não localizamos dados biográficos dos autores citados e maiores informações sobre o folheto.

(1875)². Guilhermino Cesar afirma que Rio Grande e Pelotas contavam, à época, com uma boa imprensa e com uma vida literária ativa, sendo o alemão um dos padrinhos da vida literária local, contando com amigos e seguidores intelectuais, tais como: Bernardo Taveira Júnior, Clarinda da Costa Siqueira, Antonio José Domingues, Lobo da Costa, Telêmaco Bouliech, Pedro Bernardino de Moura (CESAR, 1960, p. 175, 176).

Em Pelotas, Koseritz principia também sua carreira jornalística, trabalhando na redação de *O Noticiador* e fundando, em parceria com Domingos José de Almeida, *O Brado do Sul*³, em 1858. Envolve-se em questões políticas ao atuar em oposição ao governo e a Isidoro Paulo de Oliveira⁴, professor do Colégio União e redator do jornal *O Noticiador* (MAGALHÃES, 1993, p. 247), sendo inclusive espancado por ser redator – ilegalmente, já que é estrangeiro – do jornal *O Brado do Sul*.

Oberacker Jr., o biógrafo que nos dá mais informações dos anos iniciais de Koseritz no Brasil, descreve o atentado sofrido pelo alemão, que insistia na redação do *Brado do Sul*, enfrentando as autoridades, apesar do andamento do processo:

Lançou, então, a autoridade mão de um processo execrável: organizou, sob a garantia expressa da impunidade, um atentado, acobertado pelo presidente Silva Ferraz. Em frente à própria residência, foi Koseritz assaltado por sicários. Com dois profundos ferimentos na cabeça, caiu desfalecido e somente a intrépida intervenção da esposa salvou-lhe a vida. (OBERACKER JR., 1961, p. 24)

Mário Osório de Magalhães descreve o conflito entre Koseritz e seus opositores da seguinte forma:

em outubro de 1858 *O Brado do Sul* abria polêmica com *O Noticiador*, colocando-se de um lado Koseritz e de outro um professor de francês, chamado Isidoro Paulo de Oliveira. Como a questão descambasse para o terreno pessoal, e de forma violenta, O

² Para maiores informações sobre a produção ficcional de Koseritz, consultar: VAZ, Artur Emilio Alarcon; MELLO, Juliane Cardozo de. (Org.) *Carlos von Koseritz: novelas*. Porto Alegre: IEL/CORAG, 2013.

³ Segundo o *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1902*, o jornal *O Brado Do Sul* começou a circular em 1º de março de 1858, sob a redação de Koseritz; o periódico era de propriedade de Domingos José de Almeida e de Lourenço da Mota. Já Alfredo Ferreira Rodrigues (1890) data a fundação do jornal no ano de 1855.

⁴ O nome do redator do *Noticiador* é variante: no jornal *O Brado do Sul* ele é denominado Isidoro Paulo de Oliveira e os artigos do *Noticiador* estão assinados por "Isidoro do Noticiador" ou Isidoro Paula da Fonseca.

Noticiador, que tinha o respaldo político do partido dominante, conseguiu que o delegado de polícia intimasse *O Brado do Sul* a apresentar, dentro de 24 horas, um editor responsável – que não poderia ser Koseritz, em vista de sua condição de estrangeiro. (MAGALHÃES, 1993, p. 247)

Os dados elencados acima são os comumente divulgados pelos estudiosos da vida e da obra de Koseritz, não encontramos nenhum detalhamento do período em que ele residiu em Pelotas ou em Rio Grande. Esse “esquecimento” se dá pelo fato de que o alemão é reconhecido no Brasil e no Rio Grande do Sul a partir de sua mudança para a capital da província, Porto Alegre, em 1864.

A grande maioria dos estudos pesquisados relata o seu papel importante para o desenvolvimento da imprensa e a sua atuação em importantes periódicos porto-alegrenses como, por exemplo, em *Eco do Ultramar*, *Álbum de Domingo*, *O Combate*, *Gazeta de Porto Alegre*, *Deutsche Zeitung* e, posteriormente, *Koseritz’ deutscher Zeitung*, jornais nos quais travou a sua incansável luta política em prol dos imigrantes alemães.

O jornalista consolidou-se como homem de letras por defender e divulgar preceitos filosóficos em voga na Europa, principalmente em sua pátria de origem, como: o darwinismo, o evolucionismo, o cientificismo, atuando paralelamente a Tobias Barreto e Sílvio Romero – os principais integrantes da Escola de Recife – na defesa do “germanismo” no Brasil. O alemão escreve *A terra e o homem à luz da moderna ciência* (1884), que se caracteriza como uma série de conferências, nas quais há a exposição do que o autor considera os dois erros da humanidade: o erro geocêntrico e o erro antropocêntrico, equívocos que pretende retificar através de ensinamentos filosóficos, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da pátria adotiva:

Não ignoro que a tarefa que hoje enceto é superior às minhas forças e que vou acender as iras de muitos (...). Mas, senhores, entendo que o homem deve sempre ter a coragem de suas convicções e que o valente *Eppur si muove!* de Galilei deve servir de regra a todos aqueles que podem contribuir, ainda que em ínfima escala, para o grande triunfo da VERDADE sobre as trevas da superstição (...). (KOSERITZ, 1884, apud GERTZ, 1999, p. 19)

Segundo Oberacker Jr., a Escola de Recife⁵ “confirmava e consagrava a luta de Koseritz. Ela deu mais alento e fundamentos teóricos”, Koseritz começou a seguir as orientações de Tobias Barreto, assim que as conheceu, “harmonizando as suas ideias com o seu programa original de ordem essencialmente social e política” (OBERACKER JR., 1961, p. 36). O germanismo do alemão era, para Guilhermino Cesar (2006, p. 269), mais espontâneo e familiar, diferente do outro que era agressivo e mal-humorado; a escola de Porto Alegre, de acordo com o historiador, “foi uma decorrência inelutável da ascensão do imigrante alemão nos quadros políticos e sociais da província” (CESAR, 2006, p. 270), ao contrário da Escola de Recife que nasceu em oposição ao domínio da cultura francesa no Brasil.

Apesar de seu relevante papel no desenvolvimento das letras sul-rio-grandenses, Koseritz mereceu apenas duas biografias amplamente divulgadas, a de José Fernando Carneiro (1959) e a de Oberacker Jr. (1961), a primeira buscando delimitar a importância de sua bibliografia em prol dos imigrantes e a segunda evidenciando o seu “germanismo”. Outra biografia, menor e menos conhecida, foi publicada em Rio Grande, por Alfredo Ferreira Rodrigues (1890), como homenagem ao jornalista em virtude de seu falecimento, texto que mescla a vida e a obra literária do autor.

O primeiro de seus biógrafos, Ferreira Rodrigues, cita alguns trechos da novela *Um drama no mar* (1862), relacionando-a a vida de Koseritz. Para o autor rio-grandino, o escritor descreve na narrativa o período em que foi marinheiro, pois o alemão “sentia-se talhado para a vida de marinheiro e tão fundas e duradouras foram as impressões que nela recebeu que, anos depois, em 1862, [utilizou-as] na introdução de uma de suas obras” (RODRIGUES, 1890, p. 4). Além disso, o biógrafo afirma que recolheu os dados sobre Koseritz através de relatos de pessoas que conheceram o jornalista. Assim, podemos considerar esses dados pouco confiáveis para estudos do gênero.

⁵ A Escola de Recife, segundo Delgado, “nasceu entre nós numa encruzilhada do nosso roteiro, aprendeu no pensamento alemão que conhecíamos pouco uma atitude feita de sensibilidade sociológica e de zelo metodológico que nos foi útil, sobretudo naquela mudança, e incorporou à nossa cultura esses dois elementos fecundantes – a independência crítica e o empenho de descobrir e identificar os fatos concretos e os seres reais, inclusive o nosso fato, o nosso ser como nação” (DELGADO, 2008, p. 199).

José Fernando Carneiro (1959) aborda – assim como a maioria dos textos sobre Koseritz – os primeiros anos do biografado no Brasil de maneira sucinta, centrando-se no período que o jornalista viveu em Porto Alegre, destacando sua atuação jornalística, política e filosófica, afirmando que:

seus artigos da imprensa de língua alemã eram lidos no Rio Grande, Paraná e Santa Catarina, e rapidamente tornou-se Koseritz o “leader” político mais importante, em todo Brasil, dos alemães e seus descendentes. Os anos que vão de 1864 a 1890 constituem, na história do teuto-brasileirismo a “era Koseritz”. (CARNEIRO, 1959, p. 13-14)

Carlos H. Oberacker Jr. (1961) reformula um texto seu publicado em 1938, retomando alguns aspectos que enunciara em 1936 acerca do germanismo. O biógrafo também se refere sucintamente ao período em que Koseritz viveu nas cidades de Rio Grande e Pelotas, denominando-o o período de formação do escritor, quando fizera seu “aprendizado jornalístico”, pois foi em Porto Alegre que “tornou-se consumado mestre na imprensa” (OBERACKER JR., 1961, p. 25). Nos demais capítulos de seu estudo, vemos destacados outros pontos: a missão histórico-cultural da coletividade de cultura e língua alemãs, o programa político-estatal de Koseritz e a luta para a sua concretização, nos quais o estudioso destaca o intuito da realização de um programa cultural e político, marcado pelo germanismo, em virtude do alemão considerar a “superioridade da ciência e da pesquisa alemãs” (KOSERITZ, 1884, p. 60 apud OBERACKER JR., 1961, p. 33).

Já Guilhermino Cesar destaca, em sua *História da Literatura do Rio Grande do Sul* (1956), a mentalidade de naturalista científico e aponta para a falta de ideias bem definidas no jornalista, pois “o publicista destemido, o panfletário violento, o político militante, o maçom e o católico coabitavam na pena de Koseritz, em permanente conflito” (CESAR, 2006, p. 269). O historiador dedicou outro estudo a Koseritz, intitulado *Koseritz e o naturalismo* (1958), no qual destaca a importância do alemão para a difusão da escola realista/naturalista na literatura sul-rio-grandense, considerando-o “naturalista em literatura como em filosofia” (CESAR, 1968, p. 91), devido ao seu posicionamento crítico aos ultraromânticos.

Em ensaio intitulado *Carlos von Koseritz*, publicado na coletânea *Fundamentos da cultura rio-grandense* (1960), Cesar posiciona-se contra o pioneirismo creditado a Tobias Barreto em relação a Koseritz na propagação do germanismo no Brasil. Dentre os motivos apresentados, dois chamam a atenção: a falta de universidades no Rio Grande do Sul de então, o que seria uma das causas de o alemão ter encontrado poucos ouvintes e, o segundo motivo, o autor ter se pautado “invariavelmente pelo naturalismo científico, de que encontramos sinais em toda a sua obra” (CESAR, 1960, p. 182).

Carlos Alexandre Baumgarten (1997), em seu estudo sobre os primórdios da crítica literária no Brasil, demonstra a atuação do jornalista no campo da crítica literária, em dois escritos: *Alfredo d’Escragnolle Taunay* (1886) e em um prefácio às narrativas de Leopold von Sacher-Masoch (1882); o crítico relata que Koseritz publicou um grande número de escritos propagados pelos periódicos locais, com críticas que evidenciavam “a ascensão e afirmação, no plano dos estudos literários, dos princípios cientificistas, encampados e largamente utilizados pela crítica literária” (BAUMGARTEN, 1997, p. 114). Em nossos estudos, localizamos, no acervo da Biblioteca Rio-Grandense, mais dois estudos de cunho crítico: um prefácio às *Poesias alemãs* (1875), de Bernardo Taveira Júnior e um posfácio às *Poesias* (1881), da poetiza pelotense Clarinda Siqueira⁶.

Estudos mais recentes sobre a obra de Koseritz centram-se ainda na problemática da imigração, do germanismo e dos preceitos filosóficos que o autor divulgou. René Gertz (1999) organiza uma compilação de escritos de cunho filosófico e Ingart Grützmann (2007) escreve sobre o intelectual Koseritz, pretendendo contribuir para a sua inserção no contexto brasileiro e alemão da segunda metade do século XIX (GRÜTZMANN, 2007, p. 132).

Outro texto sobre Koseritz foi escrito por Sérgio Dillenburg (1998), composto principalmente de textos sobre o alemão e com os dados retirados, em geral, da obra de Oberacker Jr., a fim de exaltar a sua importância para o desenvolvimento da imprensa e para a coletividade alemã.

⁶ Esses dois escritos foram apresentados em sessão de comunicação intitulada “A Crítica Literária de Carlos Von Koseritz”, no XXIX Seminário de Crítica Literária, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, realizado nos dias 07, 08, e 09 de outubro de 2014, em Porto Alegre.

Em nossas pesquisas encontramos muitas discrepâncias entre os dados biográficos de Koseritz como, por exemplo, a data de seu nascimento que é datada de forma distinta, pois enquanto Oberacker Jr. (1961, p. 23), Lothar Hessel (1976, p. 135), Afrânio Coutinho e Galante de Sousa (2001, p. 896) referem-se a 3 de fevereiro de 1834, Guilhermino Cesar (2006, p. 264), José Fernando Carneiro (1959, p. 7), Raimundo Meneses (1978, p.344) e Irgart Grützmann (2007, p. 129) referem-se a 7 de junho de 1830, e Alfredo Ferreira Rodrigues (1890, p. 3), seu primeiro biógrafo, menciona apenas o ano de 1832. Dentre todas, as informações que se tem considerado mais confiáveis, mesmo mantendo a dúvida, são as do biógrafo Oberacker Jr. devido ao fato de que este teria consultado a certidão de nascimento do alemão, e de Grützmann que afirma seguir texto autobiográfico de Koseritz, que indicaria como verdadeiro o ano de 1830.

René Gertz (1999, p. 7) já advertiu que “uma biografia de Karl von Koseritz ainda está por ser escrita”, afirmação que consideramos correta e que vem ao encontro do que pretendemos expor. Devemos esclarecer, no entanto, que não pretendemos traçar uma biografia de Koseritz e sim colaborar para a compreensão dos primeiros anos do jornalista no Brasil, acrescentando dados e relacionando-os ao que já foi dito em tentativas anteriores de elucidação.

Detalharemos as polêmicas presentes nos jornais na terceira parte deste estudo. Trataremos, de forma breve, e a guisa de ilustração, do período em que o jornalista viveu na capital da província, uma vez que em Porto Alegre, Koseritz consolida-se como jornalista, é eleito deputado provincial, trava a luta a favor dos imigrantes e, além disso, o seu trabalho na *Gazeta de Porto Alegre*, a partir de 1879, faz tanto sucesso que coloca o alemão “entre os primeiros jornalistas de todo o país”, pois “a Gazeta era lida em todo o Império” e “o próprio Imperador passava-lhe a vista regularmente” (OBERACKER JR., 1961, p. 30)⁷.

Como diz Oberacker Jr. (1961), “é indiscutível que Koseritz foi o maior propagandista e disseminador do pensamento alemão e do patrimônio cultural alemão entre os brasileiros” (OBERACKER JR., 1961, p. 30). Ademais, seu

⁷ Além disso, Koseritz participou, segundo Silva (2012), da direção da *Revista de Estudos Livres*, um meio de divulgação da ciência positiva no cenário luso-brasileiro, revista que contava com a direção, em Portugal, de Teófilo Braga e Teixeira Bastos, e Américo Brasiliense, Koseritz e Sívio Romero, no Brasil.

papel na propagação do germanismo e na divulgação de teorias que, para ele, eram fundamentais para o desenvolvimento do Brasil.

Aspecto importante e, entretanto, pouco citado pelos biógrafos de Koseritz, consiste na sua atuação como advogado na Associação Teuta de Proteção Jurídica *Deutscher Rechtsschutzverein*, mesmo sem possuir formação acadêmica (GANS, 2004, p. 135).

Além das descrições desse período encontradas nas biografias de Carneiro e de Oberacker Jr., Koseritz é citado em estudos que versam sobre a colonização alemã e sobre a presença do elemento teuto no Rio Grande do Sul. Jean Roche, em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* (1969), considera o jornalista “a mais eminente personalidade dos quadros da colonização alemã no Rio Grande do Sul, até o fim do Império” (1969, p. 659) e, afirmando a importância da imprensa de língua alemã, ressalta que ela “compôs o quadro do germanismo no Rio Grande do Sul. Haensel, Bartholomay e Koseritz foram os três primeiros deputados teuto-brasileiros à Assembleia Provincial” (1969, p. 661).

Magda Gans, em *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*, aborda a importância de Koseritz como um defensor dos interesses dos imigrantes alemães e a sua influência, através das publicações em sua língua materna, nos jornais *Deutsche Zeitung*, *Koseritz Deutsche Zeitung* e no almanaque *Koseritz Deutscher Volkskalender*. Segundo a pesquisadora, é necessário destacar “sua importância para a formação da identidade teuto-brasileira em meio à constelação de diferentes discursos que buscavam interpelar aquela comunidade” (GANS, 2004, p. 132).

A atuação política do alemão, eleito deputado provincial em 1882, permanecendo na Assembleia de 1883 a 1889, é complementar à sua luta diária nas folhas locais em prol de seus compatriotas, porém, o seu pensamento se afasta e, por vezes, é contrário ao de outros importantes representantes dos colonos, desavenças oriundas do pensamento laico do jornalista que, se no início de sua atuação em Porto Alegre pregava o protestantismo, poucos anos mais tarde se exime desse debate em prol do racionalismo que adotava. Essas polêmicas com católicos e protestantes ocasionaram “sua derrota nas eleições para a Assembleia Geral, pelo partido

liberal, em 1881”, em virtude do “apoio dos católicos ao partido conservador, em função dos ataques de Koseritz à religião” (IHERING apud OBERACKER JR., 1961, p. 48, apud GANS, 2004, p. 134).

O alemão permanece em Porto Alegre até a sua morte, em 30 de maio de 1890⁸. Koseritz, em meio à iminência da Proclamação da República, por ser um monarquista convicto, diretor de um periódico liberal e um mentor intelectual de brasileiros e alemães encontrava-se em constante risco de ser preso e expulso do país. Não obstante, caracteriza-se como um crítico feroz do positivismo, visto que, como nos diz Magda Gans, “suas críticas em plena época de ascensão dos republicanos positivistas, custaram-lhe a perseguição, fatal, pelo novo regime em 1890” (GANS, 2004, p. 139).

Consciente do perigo que corria e sabendo que seus esforços contra o fato eram inúteis, o jornalista retirou-se para Pedras Brancas. Lá, em 14 de maio, “por instigação de seus opositores republicanos, foi preso sem motivo algum plausível, e conservado em custódia, em permanente perigo de vida, durante oito dias” (OBERACKER JR., 1961, p. 30), sendo liberado depois de alguns dias, após inúmeros protestos de amigos e, talvez pelos transtornos que sofreu, é acometido por um ataque cardíaco.

O jornalista publicou uma série de obras, de caráter diverso: as novelas *A donzela de Veneza* (1859) e *Um drama no mar* (1863); o romance *Laura: também um perfil de mulher* (1875); o livro didático *Resumo de História Universal* (1856); o compêndio econômico *Resumo de economia nacional* (1870); a narrativa de viagens *Imagens do Brasil* (1885); prefácios e biografias *Alfredo d’Escragolle Taunay: esboço característico* (1886), “Juízo do Sr. Carlos de Koseritz” em que analisa as poesias de Clarinda Siqueira e “Ao leitor” prefaciando as *Poesias alemãs*, compiladas por Bernardo Taveira Júnior; a tradução de uma obra de Miss Edgeworth publicada em formato de folhetim no jornal *Eco do Sul* em 1862; assim como uma série de artigos em diversos periódicos sul-rio-grandenses e no seu almanaque. Ademais, há outras obras literárias das quais não encontramos exemplares e nem informações de sua existência, já que são apenas citadas por historiadores.

⁸ Harry Rodrigues Bellomo (1999) classifica Koseritz como conde sem, no entanto, referir-se à fonte utilizada. Não encontramos nenhuma informação a esse título nas biografias a respeito do alemão e nos dados consultados.

Koseritz continuou sendo uma figura representativa dos imigrantes alemães do século XIX após a sua morte, bem como permaneceu sendo considerado um grande intelectual do período, como fica evidente na tese defendida por Ferdinand Schröder, em Berlim, em 1931, traduzida em 2003 para o português. A sua importância justifica-se, não apenas pelas duas biografias que datam da metade do século XX, mas também pelo grande número de republicações de textos seus: no *Almanaque literário*, de 1901, encontramos uma biografia de José de Oliveira Bueno escrita por Koseritz em 1868, bem como localizamos, na *Revista Província de São Pedro*, republicações de artigos do alemão em 1948 e em 1957 e na coletânea mais recente de René Gertz, publicada em 1999.

Além disso, Koseritz é lembrado por historiadores da literatura, como Guilhermino Cesar (1956), e da cultura, como Jean Roche (1969) e Magda Gans (2004), que analisam o papel do imigrante alemão no Rio Grande do Sul, assim como, mais recentemente, Irgart Grützmann (2007) que analisa o papel do intelectual alemão no estado.

2. A IMPRENSA BRASILEIRA E SUL-RIO-GRANDENSE NO SÉCULO XIX

Antes de pensarmos a imprensa sul-rio-grandense é fundamental que tracemos um breve esboço da imprensa brasileira no decorrer do século XIX a fim de ressaltar a sua importância para a história do Brasil e reafirmar a validade deste estudo. Segundo Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado. (2008, p. 8)

A história do Brasil e a história da imprensa se entrecruzam, já que os impressos acompanharam e divulgaram os acontecimentos históricos do país em diferentes períodos. Além disso, muitas vezes, os personagens de ambas as histórias são os mesmos, visto que intervenções políticas de peso eram decididas no interior das redações “estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional” (MARTINS; LUCA; 2008, p. 8).

A imprensa no Brasil surge em 1808 com a vinda da Corte portuguesa para a Colônia, embora os impressos já circulassem na Europa desde o século XV e nas Américas espanhola e inglesa, desde o século XVI. Os impressos eram censurados pela coroa portuguesa a partir de parâmetros religiosos, políticos e morais, como ocorria, aliás, em toda a Europa. Apesar de não possuir imprensa, obras circulavam ao longo do território brasileiro, antes do marco citado:

Antes mesmo de 1808, foi possível inventariar mais de trezentas obras de autores nascidos no território brasileiro, incluindo não só livros, mas impressos anônimos, relatando festejos e acontecimentos, antologias e índices, além de alguns inéditos de autores clássicos. Eram textos variados: desde narrativas históricas até poesias, passando pela agricultura, medicina, botânica, discursos, sermões, relatos de viagens e naufrágios, literatura em prosa, gramática e até polêmicas. (MOREL, 2008, p. 24)

O surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu em meio a um vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e forma de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Segundo Morel, “o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar a cena pública que passava por

transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais” (2008, p. 25). Ao contrário do que se possa imaginar, o Brasil já possuía vínculos políticos com identidade e estabilidade antes mesmo da independência em 1822, não podemos entender a sociedade através de uma perspectiva dicotômica resumindo-a a senhores e escravos submissos a uma metrópole onipotente que os controlava.

Dessa forma, parece ser sugestivo compreender que a primeira geração da imprensa periódica produzida no Brasil não surge no vazio, numa espécie de gestação espontânea ou extemporânea, mas baseada em experiências perceptíveis. Além da já citada cena pública complexa onde ela se inseria, havia uma tradição de atividades impressas da nação portuguesa, à qual o Brasil pertencia, sem esquecer a possibilidade de os primeiros redatores propriamente brasileiros terem aprendido e convivido, ainda que informalmente, com a imprensa de outros países. (MOREL, 2008, p. 28)

Não se pode, então, contrapor o florescimento da imprensa às repressões do absolutismo, pois “apesar da censura prévia oficial, o papel impresso gerava novos ordenamentos, conteúdos e transmissão de palavras que não eram somente impressas, mas que existiam, está claro, faladas ou manuscritas” (MOREL, 2008, p. 28).

O primeiro periódico a circular no Brasil, após a mudança da realeza portuguesa, ainda que redigido em Londres, foi o *Correio Brasiliense*⁹, que teve seu primeiro número em junho de 1808. Em setembro do mesmo ano, surge a *Gazeta do Rio de Janeiro*, cuja impressão já é realizada no Brasil pela Imprensa Régia, recém instalada na Colônia. Os primeiros passos da imprensa brasileira foram, segundo Ana Luiza Martins, voltados “para as causas políticas e em menor escala para manifestações literárias” (2008, p. 45); o que ocorreu no período que antecedeu a independência política e, posteriormente, no debate da Maioridade ocorrido no período das Regências.

Com a ascensão do jovem D. Pedro II ao poder, em 1841, em meio à propagação da cultura, evidenciada na cerimônia de sua posse, “inseria-se o cultivo da imprensa, pela carga de civilidade que encontrava” (MARTINS, 2008, p. 46). Nos anos subsequentes, a palavra e a imagem impressas ganharam

⁹ Entretanto, outros jornais escritos na Europa circularam no Brasil antes de 1808 como, por exemplo, *Gazeta de Lisboa*, sem contudo apresentar um enfoque político.

força e expressão e acentuou-se o projeto inserção do Brasil na cultura ocidental, devido à descendência europeia do monarca e à ligação de nossas elites com o mundo das artes e das ciências de influência francesa e inglesa.

No entanto, mesmo com algumas mudanças no cenário político-econômico (independência, Primeiro Reinado, Regência e a Maioridade) o espaço e o modo de se fazer a imprensa passaram por um processo de consolidação e adaptação, já que a mudança fundamental no país não se dera:

Em lugar da república livre e laica, cogitada pelos liberais, vingara a monarquia centralizadora e católica, na qual Igreja e Estado prosseguiram compartilhando o poder enquanto o regime escravo – levado às últimas consequências com a entrada de maiores contingentes africanos – consolidou a tradição monocultora e a ordem estamental do país, mantendo os tradicionais obstáculos do passado com forte entrave para a propagação de uma imprensa livre e atuante. (MARTINS, 2008, p. 47)

Então, embora a protagonização de uma mudança, o Brasil continuava o mesmo. O café foi o agente econômico mobilizador de significativas conquistas técnicas, o que favoreceu o país e a imprensa. Em conjunto com o império do café, iniciava-se o da palavra impressa, nele, segundo Ana Luiza Martins, podem ser apontados dois momentos: o primeiro, de 1841 a meados da década de 1860, no qual predominou o discurso conservador e áulico, a despeito das costumeiras vozes dissonantes; o segundo, sobretudo de 1868 em diante, com a insurgência de vozes que propagavam a diversidade de credos, a liberdade de religião, a emancipação/libertação do escravo, o advento da república, com a permanência de vozes a favor do regime monárquico, o romantismo, em voga no período, conferia nativismo e paixão às falas e aos textos impressos (2008, p. 47).

No segundo Reinado, política e imprensa se mesclam, como afirma Martins:

As lentes da política presidem as novas páginas abertas com o Segundo Reinado, assinadas em sua maioria por servidores do trono. Política e imprensa se conjugam, a serviço dos partidos – Conservador ou Liberal – atrelados a grupos familiares, condicionados a seus interesses econômicos e afinidades intelectuais. Em geral, os partidos e respectivas famílias se fazem representar por meio de um jornal, demarcador de suas posições, ambições e lutas. (2008, p. 48)

Em meio à aparente pacificação do país, surgiram jornalistas dotados de grande erudição, conhecidos como publicistas, que redigiam em tom conselheiro e se comunicavam com a pequena elite letrada como, por exemplo,

Justiniano José da Rocha (1812-1862) e João Francisco Lisboa (1812-1863). Entretanto, há periódicos de confronto “fruto da imprensa político-partidária, há panfletários ousados, que sob o anonimato denunciam mazelas e propõem rupturas, há denúncias permanentes através da ilustração caricata do cotidiano do Império” (MARTINS, 2008, p. 49). Essa imprensa combativa retratava, por exemplo, a Revolução Liberal em 1842, a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, dentre outros conflitos que decorriam no “pacífico” Império brasileiro.

O *Jornal do Comércio* representa o jornalismo oficial do Império, “sua história se confunde com a do próprio Reinado, abrigando os jornalistas mais expressivos do período, decisivo nas questões comerciais do país” (MARTINS, 2008, p. 52), eximindo-se de assuntos polêmicos, isentando-se de partidarismos, com perfil conservador. Todavia, muitos periódicos faziam oposição ao governo em várias partes do país, como: Recife, Minas Gerais, São Paulo (com a sua imprensa que adivinha dos acadêmicos de direito divididos entre a literatura romântica e o jornalismo), etc.

Ao retratar a imprensa e a circulação de impressos em várias províncias do Império, Ana Luiza Martins destaca o Rio Grande do Sul sem, no entanto, aprofundar a sua análise:

Já a província do Rio Grande (atual Rio Grande do Sul) se destacou como tradicional possuidora de prelos, imprimindo até mesmo livros de poesias redigidos por mulheres, a exemplo da primeira edição, em 1834, do livro *Poesias oferecidas às senhoras rio-grandenses*, de Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), que em 1838 mereceu uma segunda edição no Rio de Janeiro pela Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve. (2008, p. 58)

As críticas ao governo não se estendiam apenas a aspectos políticos, já que havia especulações em torno dos acontecimentos sociais da Corte, o que gerava grande interesse do público; esse tipo de publicação é um prenúncio do sensacionalismo, uma vez que atraía leitores a fim de vender jornais. Outra forma de criticar o governo era o humor, por meio da caricatura, que “ganhou relevo no país de difícil propagação da palavra escrita”; “a válvula de escape do *humor* funcionou como antídoto contra a censura vigente, bem como o *desenho*, como expressão plausível de fácil e imediata comunicação” (MARTINS, 2008, p. 64, grifos da autora).

O folhetim também ganhou espaço nos jornais brasileiros em meados do século XIX, com suas parcelas de entretenimento diário, como uma forma de ampliar a venda das folhas. Os folhetins mesclavam-se em traduções, em sua maioria francesa, e publicações de autores nacionais, como: José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Machado de Assis, dentre outros.

A partir da segunda metade do século XIX, o Brasil ascende economicamente, passando a ser um dos maiores produtores mundiais de café, conseqüentemente, ocorreram transformações importantes que aparelharam tecnicamente o país como, por exemplo, a construção de ferrovias e a circulação de trens que facilitaram o transporte, o comércio, e também agilizaram a palavra impressa, dando significado a uma imprensa que se expandia por regiões de população adensada, mais ainda quando se deu o fluxo migratório para as cidades e fazendas de café do interior.

Martins destaca a imprensa alemã no Rio Grande do Sul e aponta para o papel de Koseritz como redator de jornais em prol de seus imigrantes, mas a imprensa sul-rio-grandense resumia-se nesse período à língua alemã? Koseritz foi um importante publicista apenas no seu idioma de origem? Este estudo evidencia o contrário.

No último quartel do século XIX, o papel da imprensa como meio de representação e como produto da política acentua-se: a campanha republicana e a campanha abolicionista ganham força nas folhas da Corte e do interior:

A fundação do Partido Republicano, a criação do jornal A república e o lançamento do Manifesto Republicano, redigido pelo bacharel e jornalista Quintino Bocaiúva, (...) balizaram o uso exaustivo da imprensa a serviço da propaganda de causa republicana. (MARTINS, 2008, p. 73)

A campanha impressa é acompanhada pela ilustração na busca pela libertação dos escravos e pela Proclamação da República, republicanos e conservadores duelavam diariamente nas folhas, sendo que inúmeros jornais foram criados apenas com o intuito político. A imprensa foi uma ferramenta fundamental de mobilização da elite e de pressão contra a Monarquia que sucumbiu após 49 anos de supremacia, com a Corte portuguesa exilada.

Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul a gênese da imprensa está ligada ao processo político que desembocaria na Revolução Farroupilha, já que:

No final dos anos 20, a economia pastoril entrou em relativa estagnação, que teve ressonância no plano político. Na conjuntura, saltou à vista da classe dominante local (estancieiros e charqueadores) sua subordinação política ao centro de poder do Rio de Janeiro. A pecuária constituía uma economia periférica e dependente, cujas demandas políticas e administrativas não encontraram respaldo no governo. A medida em que os presidentes eram nomeados arbitrariamente pela Corte (RÜDIGER, 2003, p. 18).

Esse cenário gerou uma insatisfação nas elites sul-rio-grandenses e uma reação liberal ao governo absolutista de Pedro I. Nesse contexto, surge o primeiro jornal da província: *O Diário de Porto Alegre*, em 1827, patrocinado pelo presidente da Província Salvador José Maciel, que vai ao encontro dos jornais áulicos, que circulavam por todo o país, em oposição aos periódicos panfletários que reivindicavam melhorias para as províncias.

Francisco Rüdiger relata que a sociedade gaúcha havia atingido um grau de desenvolvimento econômico, político e social respeitável para a administração. Porto Alegre passara dos 6 mil habitantes, em 1810, para 15 mil, em 1830; Rio Grande passa, no mesmo período, de 3.500 para 12 mil habitantes. As condições de civilização progrediam e surgia um público letrado que precisava ser levado em consideração, mesmo porque os boatos e informações contraditórias punham em perigo o próprio exercício do governo (2003, p. 19).

O governo da província preocupava-se, então, em disseminar ideias “demagógicas” a serem lançadas para as camadas populares, em contradição às críticas que sofria. O *Diário* se constituía como uma espécie de boletim oficial, que servia para a publicidade governamental, todavia “estava aberto o caminho para o surgimento de novos periódicos, que não tardaram a se criar em respostas à sua própria publicação”, já que “o curso da situação política estava se agravando e logo havia várias tipografias funcionando em Porto Alegre e em Rio Grande” (RÜDIGER, 2003, p. 20).

A mola propulsora do desenvolvimento da imprensa foi o processo político em curso, os avanços econômicos forneceram-lhe apenas a precondição. Os partidos em conflito logo realizaram subscrições e a publicaram uma série de pequenas folhas. No período de 8 anos, desde o surgimento da imprensa,

foram lançados 32 jornais, dentre eles: *O Constitucional Rio-Grandense*, *Sentinela da liberdade*, *O Noticiador*, *O Recompilador Liberal* e o *Mercantil do Rio Grande*:

O conceito que guiava esses jornais era tão-somente político. Os textos tinham forte cunho doutrinário, consistindo de matérias opinativas sobre questões públicas, comentários ideológicos e polêmicas com adversários de publicidade. A linguagem era extremamente virulenta, não poupando ideias, nem pessoas. (RÜDIGER, 2003, p. 21)

Segundo o mesmo pesquisador, a imprensa foi o bastidor intelectual da Revolução Farroupilha, uma vez que nas páginas dos jornais se gestaram as ideias que radicalizaram o processo político e levaram ao movimento. Nesse período, por meio de uma linguagem forte e vibrante, com predomínio da emoção sobre a reflexão, a imprensa caracterizou-se por um conflito discursivo, que viria a se repetir nos tradicionais confrontos político-partidários da formação histórica sul-rio-grandense (ALVES, 1998, p. 107).

Se os jornais impulsionaram a Revolução, durante o período de sua vigência, de 1835 a 1845, houve uma diminuição no número de folhas em circulação, assim como as folhas existentes não primaram pelo discurso de combate. Rüdiger cita Gramsci e afirma que “poderíamos dizer que esses jornais agiam, na sua falta, como verdadeiros partidos, na medida em que partiam deles os projetos de condução da sociedade civil” (2003, p. 23), já que as tipografias eram um ponto de encontro de reuniões entre facções políticas.

Ainda segundo Rüdiger, os jornais em circulação no período da Revolução não chegaram a constituir o fundamento de um jornalismo, visto que eram simples meios de difusão ideológica; as circunstâncias políticas determinavam o nascimento, a vida e a morte das folhas, o que explica a estagnação da atividade periodística após o início da guerra civil em 1835 (2003, p. 23).

As forças políticas proporcionavam o surgimento das tipografias e, conseqüentemente, o Estado constituía a principal força política, para quem se estava sempre pronto a prestar serviço; até porque quem se opunha à situação política vigente, a independência da província, sofria represálias do governo. Ademais, o Estado financiava a imprensa, por meio de “auxílios” e “subsídios”, controlando assim a publicidade e a opinião pública. Os homens de imprensa da época não são os políticos, mas “os donos de tipografia, artesãos urbanos

que reúnem em si as funções de proprietários e diretores de jornais” (RÜDIGER, 2003, p. 24). No entanto, os tipógrafos não mantinham residência fixa, seus jornais eram abertos e fechados com frequência, uma vez que a sobrevivência de seu negócio dependia de suas ligações com a ação política. As raízes do jornalismo rio-grandense estão ligadas a homens como esses, que:

souberam compreender a demanda das facções políticas por meios de difusão e propaganda para desenvolverem o negócio da publicação de jornais e periódicos. Porém, em que pese sua contribuição para essa história, convém chamá-los de jornalistas com ressalvas. De fato, esses homens, como seu próprio tempo, não tinham um conceito preciso de jornalismo, restringiam sua atividade à direção dos periódicos, confundiam as práticas editoriais com prestação de serviços gráficos e assim reduziam o periodismo à transmissão de conteúdos com os quais propriamente não tinham preocupação. (RÜDIGER, 2003, p. 28)

Os pasquins, que caracterizam a imprensa do século XIX, são a expressão do jornalismo que configuramos anteriormente. Por adotarem uma postura crítica e, muitas vezes, escrachada e irônica, conviviam regularmente com a violência, já que muitos tipógrafos e diretores sofreram atentados ou tiveram seus locais de trabalho depredados.

O princípio liberal de liberdade de imprensa constituía o horizonte dominante do jornalismo da época, mas se encontrava em contradição com o estágio de desenvolvimento dos jornais e a exploração da imprensa feita pela classe política. Em consequência disso, os homens de imprensa levavam uma vida perigosa, sujeita às violências dos adversários políticos e às pressões policiais. Os processos criminais, a condenação a penas de prisão, os atentados a bala, o empastelamento dos jornais e a destruição das tipografias **tornaram-se, por isso, característicos do processo de formação do jornalismo no Rio Grande do Sul.** (RÜDIGER, 2003, p. 32-33, grifos nossos)

Os riscos que surgiam dessa situação foram um dos fatores, segundo Rüdiger, que provocaram o surgimento progressivo de um conceito político-partidário de jornalismo na segunda metade do século XIX. As mudanças nas configurações políticas e econômicas no país, em meados da década de 50, contribuíram para as transformações das facções políticas em embriões de partidos. Os políticos começaram, então, a desenvolver relações orgânicas com a imprensa, formando-se assim o conceito de jornalismo-partidário que predominou no Rio Grande do Sul até a década de 30 do século XX.

No terceiro quartel do século XIX, surge o “jornalismo político-partidário” (RÜDIGER, 2003, p. 35), no qual “a classe política transformou a imprensa em agente orgânico da vida partidária” (RÜDIGER, 2003, p. 35), sendo a propriedade de um jornal um meio de ascensão política. Koseritz visou essa ascensão em seus primeiros anos no Brasil, tanto que fundou o jornal *O Brado do Sul*, e a sua figura, ainda segundo Rüdiger, marca o período de transição no qual os políticos foram progressivamente assumindo o lugar dos tipógrafos na função social de jornalistas (2003, p. 35), já que inicialmente foi tipógrafo e, posteriormente, foi construindo o seu perfil como jornalista político, tanto em Pelotas quanto em Rio Grande, com sua posterior consolidação em Porto Alegre.

Koseritz opinava diariamente em seu jornal *O Brado do Sul* e em seguida no *Eco do Sul* sobre os problemas políticos locais e gerais, expressando o seu pensamento liberal que levava à ira seus opositores, e nesse aspecto aproxima-se do jornalismo político-partidário, visto que esse:

desenvolveu a concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil. Os jornalistas são responsáveis pela tarefa de transmitir de forma criteriosa a doutrina dos partidos e dirigir a opinião pública. (RÜDIGER, 2003, p. 37)

Esse tipo de jornalismo foi promovido pela *A Reforma*, órgão do partido liberal, jornal do qual Koseritz foi colaborador. Fundando em 1869, o periódico apresentou-se ao público como uma folha doutrinária, estabelecendo que “não dará publicidade a escritos que, embora não ofendam as regras que indica (dignidade, verdade e decência), tratem de interesses e questões pessoais”, distanciando-se assim dos pasquins, apresentando como missão “refletir sobre as questões afetas ao modo de viver político e administrativo e ao complexo da organização social” (*A Reforma*, 16 jul.1869 apud RÜDIGER, 2003, p. 41).

O jornalismo ganhou, com a forma político-partidária, um conceito, tornando-se meio de formação doutrinária da opinião pública, cujos termos e medidas dependeram de cada partido. O contexto que possibilitou esse processo está relacionado ao ciclo de desenvolvimento agrícola e comercial que transformou a estrutura econômica da província a partir de 1860. Os sucessos obtidos nas colônias geraram um crescimento econômico, demográfico e a geração de

riquezas, que serviriam de base para a industrialização e modernização posteriores.

Esse ciclo favoreceu o desenvolvimento da imprensa, já que os jornais “foram aos poucos perdendo seu caráter artesanal e passando à fase da manufatura, baseada na tecnologia da máquina a vapor, com conseqüente melhoria na qualidade gráfica” (RÜDIGER, 2003, p. 37-38). Com isso, ocorreram modificações no formato do jornal, houve uma agilidade na distribuição e um acréscimo significativo no número de periódicos em circulação. Todavia, os custos para se manter uma tipografia e um jornal ainda eram elevados: a matéria-prima era importada, havia a necessidade de mão de obra assalariada, sem nos atermos ao número restrito de leitores em meio ao analfabetismo vigente.

A manutenção dos periódicos não constituía um problema financeiro, mas um problema de ordem política. A publicação de jornais não estava ligada ao lucro, mas à doutrinação da opinião pública; as páginas do jornal eram mais que uma extensão das tribunas parlamentares: eram um meio de articulação partidária do movimento da sociedade civil; as páginas e escritórios dos jornais se colocaram a serviço, por exemplo, das causas da abolição da escravatura, mobilizando e conscientizando a sociedade.

Na segunda metade do século XIX, há um grande número de folhas político-partidárias que circulam não apenas em Porto Alegre, mas nas cidades do interior, como Rio Grande, Pelotas, Alegrete, dentre outras. Assim como ocorria com os pasquins, na primeira metade do século, os redatores, tipógrafos e jornalistas foram atacados por forças policiais e pelo governo em atentados contra o patrimônio e contra a própria pessoa dos representantes da oposição, como, por exemplo, os atentados a Koseritz, a prisão do redator do jornal *Eco do Sul*, que descreveremos na sequência deste ensaio. Os combates e a represália foram acirrados com a proximidade da Proclamação da República e agravados com a Revolução Federalista (1893-1895).

O jornalismo político-partidário sofreu opressão do governo de Júlio de Castilhos, mas sobreviveu até a década de 30 do século XX. Já na década de 10, esse tipo de jornalismo já entrara na defensiva em relação ao jornalismo noticioso em ascensão. As condições político-econômicas do estado, após a

virada do século, resultaram na desagregação das condições de possibilidade das lutas político-partidárias, criando condições para “o surgimento embrionário de um novo regime de jornalismo, estruturado em bases empresariais, que se consolidara depois da década de 30” (RÜDIGER, 2003, p. 58).

A formação da imprensa no Brasil coincide, então, com o próprio processo de construção de um Estado Nacional. Habermas (1984) trata da revolução comercial como fomento do trânsito de mercadorias e informações, na medida em que a própria informação transformou-se em mercadoria. Porém, a publicação sistemática e aberta de informações só se desenvolveu com o aparecimento dos periódicos patrocinados direta ou indiretamente pelo Estado. A ascensão da sociedade burguesa em conjunto com a expansão do capitalismo comercial colocou novos problemas aos governos que logo descobriram uma forma de controlar a opinião pública através da imprensa:

Entretanto, maior peso tinha o interesse das novas autoridades que logo passaram a tornar a imprensa útil às intenções da administração. Só ao se servirem desse instrumento a fim de tornar conhecidos os decretos e as portarias é que o alvo do poder público tornou-se autenticamente um “público”. (HABERMAS, 1984, p. 35)

Habermas trata da Europa no século XVIII, mas seus pressupostos são válidos porque estão de acordo com a realidade brasileira. No segundo Reinado, por exemplo, o *Jornal do Comércio* representa o jornalismo oficial do Império, eximindo-se de assuntos polêmicos, isentando-se de partidarismos, com perfil conservador. O primeiro jornal sul-rio-grandense também surgiu em meio à insatisfação da elite à reação liberal ao governo absolutista de Pedro I, *O Diário de Porto Alegre*, sendo patrocinado pelo presidente da Província Salvador José Maciel, como uma forma de contenção da insatisfação da elite letrada.

Com o passar do tempo e com o desenvolvimento da imprensa, no âmbito brasileiro e no regional, o jornal assumiu um caráter combativo e auxiliou nas mudanças sociais ocorridas ao longo do século, acompanhando o desenvolvimento econômico e os acontecimentos históricos. O jornalismo torna-se, então, o meio de propagação das ideias e a forma mais eficaz de conscientizar a população e, por isso, seu papel para a história do Brasil e do Rio Grande do Sul é fundamental.

3. AS POLÊMICAS NAS FOLHAS DE PELOTAS E RIO GRANDE

O posicionamento crítico de Koseritz aos valores vigentes em uma sociedade provinciana foi a causa de muitas acusações e perseguições sofridas ao longo de sua permanência nas cidades de Rio Grande e Pelotas. Alguns pesquisadores informam que o alemão foi espancado, como mostramos acima, mas nenhum esclarece a fonte da qual provém essa informação. Não há, no acervo da Biblioteca Nacional, exemplares do jornal *O Brado do Sul*, de 1858, e, por isso, torna-se difícil a elucidação desses dados. Pesquisamos o ano de 1859, no qual jornal era de responsabilidade de Domingos José de Almeida, informação essa exposta em letras garrafais na primeira página do periódico.

Localizamos, no entanto, referência ao nome de Koseritz no *Correio Mercantil*, publicado no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1858, ao tratar de várias notícias referentes à Província de São Pedro: “o jornal alemão *Brado do Sul*, que se publica em Pelotas, atacou ultimamente o governo geral e a presidência por um modo descomunal” e “o seu redator em chefe, Koseritz, foi intimado para apresentar os autógrafos responsabilizados” (CORREIO MERCANTIL, 14 nov. 1858, p. 1). O jornal é caracterizado como “alemão” o que é um aspecto curioso, já que o mesmo era redigido em português; o autógrafo citado talvez faça referência ao processo sofrido pelo jornal por Koseritz ser redator ilegalmente devido à sua nacionalidade.

O mesmo jornal nos esclarece sobre o atentado sofrido por Koseritz: “o Sr. Koseritz, redator do *Brado*, que se suspendeu por falta de responsável, foi maltratado por três indivíduos a cavalo, que o ofenderam com instrumento aviltante” (CORREIO MERCANTIL, 23 dez. 1858, p. 1). Transcrevendo uma notícia do “Rio Grande”, o periódico relata a visita a Koseritz do naturalista e

geólogo Henry Brow¹⁰, que estava no Brasil à procura de pedras preciosas. O *Diário de São Paulo* trata de nova visita do naturalista ao amigo alemão em 15 de dezembro de 1865.

O primeiro exemplar do *Brado do Sul* que encontramos do ano de 1859, de 29 de março, aponta para a importância da imprensa enquanto representante da opinião pública e como uma forma de demonstrar aos deputados os problemas existentes na Província para que eles pudessem discuti-los na Assembleia Geral em sessão marcada o mês de maio:

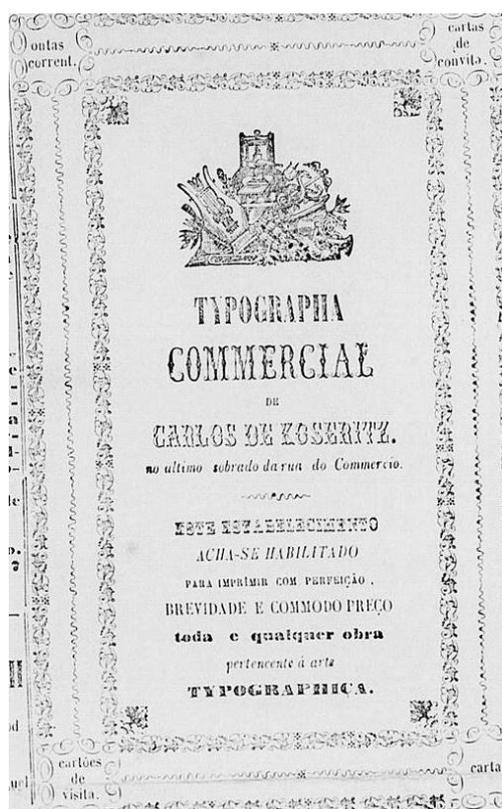
A próxima futura reunião da assembleia geral vai por sem dúvida decidir a sorte do Rio Grande: o estado atual da província é tal que não pode prolongar-se mais – necessitamos de muitas e importantes concessões, de muitas e importantes mudanças, ao contrário, teremos de sucumbir à miséria e à fome; e para com um povo de índole fogosa e veemente como é o nosso, tal sofrimento importaria numa completa anarquia, quiçá numa fratricida guerra civil. (O BRADO DO SUL, 29 mar. 1859, p. 1)

No artigo há reclamações de que o Rio Grande, apesar de ser um dos maiores contribuintes do Império, responsável pela compra de mercadorias de outras partes do Brasil, encontrava-se abandonado e há o questionamento se as condições dos seus habitantes, sempre prontos a auxiliar na defesa dos interesses da Coroa nas fronteiras, não ocasionaria uma revolta e, conseqüentemente, uma nova guerra civil, em referência à Revolução Farroupilha. Ademais, o governo, segundo a folha, se negava a fazer concessões e a aceitar uma tarifa especial que fora concedida a outras províncias que estavam em situação econômica mais favorável que a de São Pedro como, por exemplo, o Mato Grosso.

Os problemas elencados são a pobreza e a miséria, as taxas do charque que eram maiores para os produtos importados e a diminuição dessa taxa que favorecia o contrabando no Rio da Prata, o que prejudicava os comerciantes locais. Entretanto, não podemos acompanhar os desdobramentos dessas críticas ao governo imperial, já que há um lapso temporal nos periódicos que encontramos, sendo o posterior de 15 de julho de 1859.

Após o lapso citado, não encontramos nenhuma referência à política local, apenas um anúncio da Tipografia Comercial, propriedade de Carlos de Koseritz:

¹⁰ Não encontramos referências acerca do nome citado.



O BRADO DO SUL, 15 jul. 1859

Localizamos outro anúncio, do qual não podemos verificar a data de publicação devido ao estado de conservação do jornal que se encontra rasgado no local da data, que demonstra que Koseritz, além de tipógrafo era diretor do Colégio São Francisco de Paula em 1859. No número 198, ocorre o mesmo problema, que, no entanto, podemos clarificar devido ao número posterior de 26 de novembro, no qual encontramos uma crítica do periódico a um artigo aditivo elaborado pela Câmara Municipal de Pelotas que ordenava que as casas comerciais fossem fechadas aos sábados e nos dias santos das 9 horas no verão e das 10 horas no inverno, permanecendo fechadas aos domingos, o que, segundo o periódico, prejudicava os cidadãos pobres que compravam os artigos que necessitavam aos poucos e também aos próprios comerciantes que deixavam de vender e de receber o pagamento das contas.

O periódico traz um apelo ao delegado para que permitisse a abertura do comércio, já que o argumento de que faltava força policial para fazer a ronda era inaceitável, pois os policiais eram pagos pelos impostos dos cidadãos. O edital, que divulga essa ordem, é publicado nos jornais em vários números,

inclusive em periódicos de data posterior, o que indica que a reclamação do *Brado* não foi atendida pelo delegado.

Essa temática permanece sendo referida de forma breve no jornal, que no dia 30 de dezembro critica a posição de alguns cidadãos que escrevem na sessão “A pedido” de outro jornal criticando e insultando os negociantes Custódio Manuel de Oliveira, Gaspar F. do Nascimento. O problema do fechamento continua sendo “assunto do dia” na edição de 31 de dezembro, entretanto, a folha apresenta um tom mais crítico, mostrando que esse assunto e os insultos já haviam extrapolado os limites da civilização da época e do país; o jornal critica o ócio que essa medida causava, já que o considera um atraso do desenvolvimento, em um posicionamento similar ao que Koseritz aborda no *Resumo de economia nacional* (1875).

Em 27 de novembro, há uma nota afirmando que a imprensa tem se ocupado com a questão da instrução e que o *Brado* não deixará de expor a sua opinião “severa” nos números subsequentes. Em 30 de novembro, é estabelecida uma polêmica com o jornal *Diário do Rio Grande* que “continua a estampar asneiras”, afirmação seguida de transcrições de trechos do artigo do jornal rio-grandino que apontam, ironicamente, defeitos na construção sintática e semântica das frases: “e que tal o oficioso defensor que aparece sobre os fatos diversos? Que linda posição!! Pobres fatos diversos, que sofrem o peso de um defensor” (O BRADO DO SUL, 27 nov. 1859, p.1).

O periódico cumpre a promessa de tratar da instrução em 2 de dezembro, trazendo à luz artigo intitulado “Sobre instrução” que prega pela universalização do ensino, para que o mesmo deixe de ser exclusividade das famílias abastadas e defende uma maior fiscalização das escolas particulares, já que muitos dos professores não possuíam capacitação científica e moral, uma vez que esses estabelecimentos “não são só insuficientes, como até perniciosos para o progresso sucessivo da nação, pautado pelas demais instituições do país” (O BRADO DO SUL, 2 dez. 1859, p. 1). A instrução era, segundo o jornal, negligenciada pelo governo, o que era condenável em um país em desenvolvimento.

Em 6 de dezembro é publicado o segundo número da série sobre a instrução, que já inicia advogando que o ensino seja público, gratuito e estendido a todas

as classes sociais; a má formação dos professores poderia ser resolvida com a criação de um “curso normal” a fim de capacitá-los, evitando assim uma formação ineficaz aos alunos e o nepotismo na sucessão dos cargos. Ademais, a uniformidade do ensino também é defendida, como forma de equidade da matéria ensinada em todas as partes do país; as críticas são estendidas ao estado material das casas de ensino que são constituídas de mobília velha, o que apontava, segundo a folha, o descaso do governo, que esbanjava dinheiro público em outras áreas:

Em conclusão diremos que para que entre nós possa progredir a instrução pública tanto quanto o exige o século em que vivemos é necessário que o governo, deixando de lado despesas supérfluas e de mero luxo, trate de despender quantias maiores com o ensino público, criando uma escola normal, pagando com mais generosidade os professores públicos e deixando de querer economizar, em patente detrimento do progresso da nação, pequenas e insignificantes somas, não fornecendo às aulas o material necessário e reduzindo a gratificação pelos alugueis das casas a proporções microscópicas. (O BRADO DO SUL, 6 dez. 1859, p. 2)

A terceira parte do artigo trata do ensino particular e critica a facilidade com que eram concedidas licenças para a abertura de casas escolares (casas de negócio, na visão do periódico) a indivíduos que não possuíam capacitação. No texto há também uma preocupação com o ensino de línguas, já que um estrangeiro, por essa condição, não é habilitado a ensinar a sua língua materna, assim como um português ou brasileiro também não o é apenas por falar a língua, é necessário o conhecimento de gramática, de sintaxe e saber ensinar (O BRADO DO SUL, 11 dez. 1859, p. 1). Os professores que ensinam sem possuir habilitação são chamados de *Dom Quixotes*, termo utilizado pelos seus opositores como ofensa a Koseritz em 22 de setembro de 1860.

Os artigos sobre a instrução logo causam polêmicas na imprensa local, como demonstra a folha em 16 de dezembro, em resposta às críticas de *O Noticiador*.

O colega foi um tanto precipitado, quando escreveu seu artigo editorial – Sobre Instrução –, que publicou em seu número de quarta-feira p. p. Não sabemos quais as razões que o levaram a suspeitar que fossem dirigidas ao colégio *União* as censuras que em tese geral fizemos à instrução particular entre nós. Cremos que nenhuma vez traçamos nesses artigos a palavra – Pelotas –, mas não podemos impedir que a consciência leve qualquer a explicar as censuras gerais, que fizemos a este ou àquele estabelecimento, especialmente sendo com justiça.

Sapienti sat. (O BRADO DO SUL, 16 dez. 1859, p. 2, grifos no original)

No exemplar de 11 de dezembro também encontramos uma possível referência ao atentado sofrido por Koseritz em 1858, num protesto publicado sobre o título de “Ephemérida”:

Faz hoje um ano que às 3 horas da tarde e na porta deste estabelecimento tipográfico, tentaram três indivíduos assassinar o proprietário do mesmo, deixando-o gravemente ferido.

Faz hoje um ano, dizemos, que se formou o competente auto do corpo delito, e que foram os nomes dos assassinos denunciados à autoridade e quais as providências que esta tomou para punir tão escandaloso delito?

Nenhumas...

Passou um ano, e ainda não de passar muitos, ficando sempre impune o crime.

Bem diz o colega do *Eco*:

Que época atravessamos. (O BRADO DO SUL, 11 dez. 1859, p. 2)

Como mencionamos anteriormente, Koseritz é proprietário da Tipografia Comercial que é responsável pela impressão do jornal *O Brado do Sul*, torna-se claro que o texto refere-se a ele e ao atentado que sofreu em 1858. Koseritz chegou, então, a processar os culpados sem que, pelo menos até a passagem de um ano, nenhuma punição tivesse sido realizada. Outro aspecto importante está na citação do jornal *Eco do Sul*, ressaltando a ligação de parceria entre o jornal pelotense e o rio-grandino que, posteriormente, empregará Koseritz em sua redação.

No dia 14 de dezembro há uma defesa a um “A pedido” publicado no *Diário do Rio Grande* que, segundo o *Brado*, ofendeu o distinto médico João Batista Cordier de Laine por ele ser estrangeiro, já que “logo ao desembarcar é – anonimamente – agredido com insolentes a pedido”, a folha de Pelotas, justifica-se da seguinte forma:

Pouco gostamos de responder aos escritos anônimos publicados na gazeta *Diário do Rio Grande*, por conhecermos a fonte imputa de que emanam tais escritos – mas hoje vamos fazer uma exceção da regra, defendendo o Sr. Dr. Cordier de Laine em quatro palavras, para cumprir os sagrados deveres da hospitalidade. (O BRADO DO SUL, 14 dez. 1859, p. 2)

O periódico defende, então, o médico ilustrado, com conhecimentos científicos, das supostas calúnias de um curandeiro, em uma postura favorável à capacitação de um profissional, em posicionamento semelhante ao demonstrado nos escritos sobre a instrução, contra a credence popular e ao

provincianismo que buscava afastar a novidade, o estrangeiro. No dia 16 de dezembro, o *Brado* apresenta uma relação com as principais cirurgias realizadas pelo médico, a fim de cumprir o pedido pelo autor do “A pedido”, publicado no jornal rio-grandino.¹¹ O médico é defendido em anúncios publicados por “F. Nunes” falando dos benefícios que os seus cuidados lhe causaram e também, novamente, no próprio periódico do dia 25 de dezembro. Em 15 de dezembro, há um artigo em favor de Joaquim Ferreira Nunes que apresentou um projeto para que as “malas” (encomendas) advindas da Corte sejam mais rapidamente entregues em Pelotas, uma vez que elas passavam primeiramente por Rio Grande e depois eram entregues na cidade vizinha, o que prejudicava a escrita e a entrega de correspondências. O jornal pede à Assembleia Provincial que aprove o requerimento de Nunes para que seja facilitado o trânsito de mercadorias entre as duas cidades. A folha faz, então, seu papel de tribuna, defendendo os interesses da população e cobrando atitudes das autoridades, o que, muitas vezes, foi a causa das polêmicas com os outros jornais.

No mesmo número consta um novo deboche dos escritos do jornal *O Diário do Rio Grande*, sob o título de tradução, cumprindo o desafio traçado pelo “colega” do *Eco do Sul*:

“Eu, editor desta gazeta e vulgarmente conhecido por *besta bagual*, sou o homem mais ignorante, imbecil, o fátuo da província do Rio Grande. Quero figurar como redator do jornal *mais acreditado* da mesma e não sei escrever uma linha, ligar um único pensamento, construir um período, que não tenha erros de toda a classe. A minha ridícula fatuidade leva-me a querer impingir-me aos *pílos* como escritor, a minha estupidez, porém, faz me mostrar em quaisquer quatro linhas que escrevo, que não passo de um consumado burro.”

Cremos que esta versão, inda que não seja literal, deva satisfazer à exigência do colega do *Eco*. (O BRADO DO SUL, 15 dez. 1859, p. 2, grifos no original)

Os insultos partem para o lado pessoal e as ofensas, apesar de o *Brado*, em vários números, criticar *O Noticiador* pela ausência de defesa de “ideias” e o excesso de divergências pessoais. Ademais, o jornal não se envolve em problemas apenas com a imprensa, pois ao criticar a Companhia União, responsável pelas barcas que traziam produtos de Porto Alegre para Rio

¹¹ No mesmo exemplar há a defesa a um negociante que foi caluniado num “A pedido” publicado pelo jornal *O Noticiador*.

Grande e Pelotas, sofre uma represália, porque a companhia recusou-se a entregar os exemplares do *Brado do Sul* aos assinantes de outras partes da província, como o periódico esclarece em 22 de dezembro de 1859. Em 27 de dezembro, há uma reclamação de que não foram recebidos os jornais da Corte questionando se a culpa por essa falta é dos correios de Rio Grande ou da Companhia União.

Em 25 de dezembro, há uma nova polêmica entre o *Brado* e o *Diário do Rio Grande*, pois, segundo *O Noticiador*, o redator do jornal ia processar a folha de Pelotas por ter afirmado que uma carta anônima que recebera seria de autoria do editor da folha rio-grandina. A notícia é dada em tom irônico: “pretende o Sr. vice-cônsul dos Países-Baixos no Rio Grande, o capitão Antonio Estevão de Bittencourt e Silva, redator do *Diário do Rio Grande*...”; “O Sr. Antonio Estevão faz bem – só assim poderia o público inteirar-se da *elevação* de seu caráter” (O BRADO DO SUL, 25 dez. 1859, p. 1, grifos no original).

No artigo não há uma postura de defesa, uma vez que, segundo o jornal, há provas de que a assinatura da carta é de Antonio Estevão e que, por isso, o editor não temia o processo, ao contrário, queria mesmo que o processo fosse instaurado para que todos pudessem reconhecer que o responsável pelo *Diário* era “vil e miserável” (O BRADO DO SUL, 25 dez. 1859, p. 1) e incapaz de assumir as suas ações.

Além dessas discussões, o jornal trata de assuntos cotidianos e serve como uma forma de comunicação dos problemas da cidade: negra louca que perambula pela cidade importunando as crianças, cavalo morto no meio da estrada, etc. Ademais, como é típico nesse tipo de folha, há anúncios para que os assinantes quitem as suas dívidas semestrais, como vemos no dia 24 de dezembro de 1859.

Em conjunto com as notícias mais gerais, o jornal publicava, em sessão chamada “Parte oficial”, relatórios referentes à Assembleia Provincial, como ocorre, por exemplo, nos dias 25, 27 e 28 de dezembro de 1859. Assim como, transcrevia textos de outros jornais do país de cunho liberal como, por exemplo, artigos de *O Liberal Pernambucano* e *do Correio Mercantil*.

Apesar de Domingos José de Almeida ser o editor do jornal, alguns textos são publicados tratando de suas viagens, de artigos que ele iria remeter de sua

fazenda, etc. A grande maioria das citações ao seu nome no jornal parece-nos externa, como se ele não fosse o redator responsável pelo jornal, como vemos, por exemplo, em 27 de dezembro, em matéria na qual se faziam votos pela melhora de Domingos, afirmando que até o momento da escrita daquele artigo não se tinha notícias de seu estado de saúde.

Ainda em 1859, Koseritz publica um jornal de anúncios, do qual encontramos apenas um exemplar na Biblioteca Pública Pelotense, do dia 1º de março, que conta com a seguinte descrição:

Jornal de anúncios é propriedade de Carlos de Koseritz, publica-se, havendo número suficiente de anúncios, diariamente e não o havendo nas terças, quintas e sábados. De cada número distribuir-se-á 300 exemplares **grátis** por toda a cidade. Recebe-se assinaturas a 50 rs, por mês na – *Tipografia Comercial* – à rua do comércio, e os anúncios e editais serão pagos adiantados a 40 rs, a linha, sendo de assinantes, e a 80 rs não o sendo. (JORNAL DE ANÚNCIOS, 1º mar. 1859, p. 1, grifos nossos)

Nesse jornal, Koseritz pública um anúncio segundo o qual continuam suspensas as aulas em seu Colégio São Francisco de Paula, por condições materiais, porém anuncia que estão abertas as inscrições para curso particular de instrução primária e secundária, que iniciou em 1º de fevereiro de 1859, no qual se ensinava latim, francês, alemão, inglês, geografia, história, ciências matemáticas, escrituração mercantil em partidas simples ou singelas e dobradas e gramática nacional e geral.

Há outro anúncio que avisa ao público que era agente dos jornais *A Pátria* (Rio de Janeiro), de Carlos Bernardino de Moura, o jornal literário *A Guaíba* (Porto Alegre) e *O Deutsche Einwanderer* (Porto Alegre), jornal alemão, redigido por Carlos Jansen. Nesse período, o alemão também escreve dramas para serem apresentados no teatro local, como *Inês*, *Nani* (outros críticos citam como *Nini*) e *Clara*, todos sem exemplares conhecidos atualmente. A respeito da publicação dos dramas, encontramos apenas dois anúncios no jornal *O Brado do Sul*, nos dias 29 de março de 1859 e 17 de junho de 1860.

Alfredo Ferreira Rodrigues esclarece que o drama *Nani* foi representado em Pelotas, encenação apreciada pelos amigos do autor, porém utilizada pelos seus opositores para expô-lo ao ridículo, pois Isidoro Paulo de Oliveira, no ápice da apresentação, mandou atirar das galerias grande número de avulsos com uma poesia que provava a imitação feita por Koseritz de um drama

alemão, de Teodoro Körner¹². Os presentes “increparam-no em seguida de plagiário e a essa acusação não se pode ele eximir” (RODRIGUES, 1890, p. 13).

No *Almanaque popular brasileiro* (1901), há referência à representação dos dramas *Nani* e *Inês*:

Em agosto desse ano [provavelmente 1858], fez Koseritz subir à cena o drama *Nani*, cuja representação foi pretexto para manifestações de desagrado de seus adversários. A peça, representada duas vezes, foi pateada. Em outubro, a representação do drama *Inês* teve igual sorte, ao passo que aos *Dois florões*, de Isidoro [Paulo de Oliveira], se fazia entusiástico acolhimento. (ALMANAQUE, 1901, p. 226)

A respeito da representação do drama *Nani*, na cidade de Pelotas, encontramos um anúncio no jornal *O Noticiador*:

¹² O biógrafo não soube precisar se era realmente esse o verdadeiro autor do drama. Em pesquisas realizadas, encontramos um poeta e militar alemão, com o mesmo nome, Theodor Körner (1791-1813), cujo drama mais conhecido é *Emma*.

ANNUNCIOS.

THEATRO

SETE DE ABRIL.

COMPANHIA DRAMATICA DO SUS.

2ª Recita d'assignatura.

Domingo, 14 do corrente.

Depois que a orchestra tiver executado uma brilhante symphonia, subirá á scena pela primeira vez nesta provincia, o drama em 3 actos e 6 quadros por

CARLOS DE KOSEWITZ.

dedicado em testemunho d'amizade e gratidão ao Ilm. Sr. Dr.

MIGUEL RODRIGUES BARCELLOS,

NANI.

PERSONAGENS:

OS SRS.

Malo-Congo, chefe de pretos	R. Rocha.
Ourija, uma mulata	D. Thereza.
Nani, sua filha	D. Rosina.
Coronel Buter	Gervão.
Fernandes	Silva
Adolpho	filhos do cor. Vasques
Eduardo	Carlos
Arnoldo	Valle.
Henrique, negrinho	José Paulo

A acção passa-se na Ilha de S. Domingos em 1803.

Dará fim ao espectáculo a bella comedia em 1 acto:

O DILLETANTI.

A assignatura acha-se aberta na typographia, e os bilhetes avulsos vendem-se no escriptorio do theatro no sabbado e no domingo.

Principiará ás 7 horas.

O NOTICIADOR, 11 ago. 1858

O maior opositor do *Brado do Sul*, durante a sua existência, publica, então, um anúncio do drama escrito pelo jornalista, o que pode ser uma incitação à presença de grande público para que Koseritz fosse acusado de plágio perante um maior número de pessoas. Não encontramos nenhum exemplar do

periódico nos anos de 1859, 1860 e 1861, nos quais foram estabelecidas as polêmicas entre as folhas pelotenses. Encontramos apenas em um exemplar de 7 de agosto de 1858, algumas acusações ao *Brado*, que transcrevemos abaixo:

Descobriu-se afinal

Enfim os colegas do *Brado* sempre se resolveram a responder ao *Noticiador*. Porém de que maneira? Fugindo maliciosamente do assunto – *as nomeações* – para tão somente despejarem de sua boca nojenta e pestilência as fezes da imundície em que soem revolver-se os escrevinhadores de *estaminé*.

Conhecendo que lhes era impossível responder lógica e razoavelmente aos nossos últimos artigos, dormiram no caso, e quando, decorridos muitos dias voltaram a campo, foi para iludir a questão, chamando-nos para outro terreno.

Mais um plano mal sucedido. Mais uma derrota.

Entretanto, no próximo número voltaremos à matéria das nomeações, e então faremos saber aos colegas, quais os direitos que nos assistem, para tomar conta de suas opiniões.

Porém, se os colegas apesar dos *ante-olhos* tentarem segunda vez *furtar-nos a volta*, então tratá-lo-emos como a ruins sendeiros que são e não têm outro mérito, senão o de formarem uma *parelha* tão exata que os faz confundir um com outro.

Até quarta-feira. Já ouviram? (O NOTICIADOR, 7 ago. 1858, p. 4, grifos no original)

Torna-se evidente que as polêmicas existiam desde 1858, devido a um “A pedido”, de Isidoro Paulo de Oliveira, publicado no *Noticiador* de 11 de agosto de 1858:

Algumas pessoas de influência e consideração nos pediram a cessação da nossa polêmica com o Sr. Telêmaco, a que anuímos; deixando assim de ser chamado à responsabilidade o n. 90 do *Brado*, e reservando-nos todavia a devida exibição dos documentos que devem justificar-nos de todo e qualquer mau juízo que o público tenha formado a nosso respeito. (O NOTICIADOR, 11 ago. 1858, p. 2)

O primeiro exemplar do *Brado do Sul* de 1860 é iniciado com um artigo “Aos nossos assinantes” que esclarece que o jornal estava cumprido a sua meta e que se consolidava mais a cada dia na imprensa. O texto trata das polêmicas, que compõem os periódicos locais, esclarecendo que:

Fizemos (como o prometemos) completa abstração de polêmicas infrutíferas e tratamos de conservar inda mesmo na efervescência da luta, aquela dignidade, que nem sempre é guardada pela imprensa, quando de política degenera em pessoal. (O BRADO DO SUL, 1º jan. 1860, p. 1)

O periódico acreditava estar cumprindo a missão de informar os provincianos sobre a política local, combatendo a centralização administrativa, o gasto

inadequado de dinheiro público; ainda afirma ser o: “único órgão diário da imprensa desta cidade” e destaca que grande parte de sua dedicação é ao comércio, o que aumenta os “sacrifícios” para a manutenção da folha e, por isso, “esperamos que ainda mais larga proteção nos seja concedida pelos habitantes de Pelotas e especialmente pelo nosso comércio que muito lucra com a existência de um jornal diário e comercial” (O BRADO DO SUL, 1º jan. 1860, p. 1).

Na mesma edição, há um esclarecimento sobre o fechamento do comércio aos sábados e aos domingos, questão debatida em vários números do ano anterior, pois, segundo o noticiário, as portas continuariam fechadas porque os requerimentos ficaram nas mãos dos eclesiásticos, o que reforça a postura adotada pela Câmara Municipal. Os problemas apontados com relação à Companhia União também continuam sendo relatados em 3 de janeiro, tratando das multas que a mesma iria sofrer em relação aos atrasos nas viagens a Rio Grande e Pelotas.

No dia 5 de janeiro, há uma notícia irônica, provocando o jornal *Diário do Rio Grande*:

Dizem por aí que a alma de um soldado que faleceu no hospital militar do Rio Grande, pretende chamar à responsabilidade o editor do *Diário do Rio Grande* por haver caluniado o seu cadáver, dizendo que ele (o cadáver) morrera de congestão cerebral, o que é uma patente calúnia, visto que ainda nunca se viu viver, e ainda menos morrer, um cadáver. (O BRADO DO SUL, 5 jan. 1860, p. 1)

O exemplar citado mostra que as polêmicas não ficavam restritas a Rio Grande e Pelotas, pois na sessão “Correspondência particular do Brado do Sul”, que ficava a cargo de um correspondente do periódico, há a publicação de uma suposta carta, sem autoria declarada, de uma pessoa residente em Jaguarão, texto em que o redator do *Diário* é chamado de cavalo, que trabalha ao lado de canários; o texto segue nas edições de 6, 8 e 15 de janeiro, com críticas e informações sobre o cenário político e cultural de Jaguarão, a última parte da carta é assinada pelo pseudônimo “Alibabá”.

Em 17 de janeiro, é iniciada uma série de artigos intitulada “Estudos para o povo”, que busca instruir os assinantes a respeito de política, uma vez que “propagar a ciência política é a maior vantagem, que se possa oferecer a um

país depois de bem governar ou de contribuir a fazer governá-lo bem” (O BRADO DO SUL, 17 jan. 1860, p. 1). Está presente, então, o intuito de contribuir para o desenvolvimento do país e da província, não apenas informando sobre o cotidiano dos leitores, mas também sobre aspectos que possam torná-los cidadãos mais críticos.

A série continua na edição de 19 de janeiro pregando que é necessário conhecer a política, a mentira e a verdade, para que o político não incorra no erro e, com isso, não atrase o progresso. Em 22 de janeiro, há uma defesa dos direitos das minorias¹³ que devem ser livres e expressarem-se de acordo com as suas opiniões; o destaque está no poder da maioria em diminuir a liberdade das pessoas, o que é considerado incorreto, pois todos têm os mesmos direitos e ninguém possui o direito de cometer injustiças. Além disso, segundo o artigo, as pessoas não devem temer os poderosos e, por isso, elegê-los a cargos públicos devido ao seu patrimônio, já que o que deve ser levado em consideração nas eleições é a capacidade.

Após uma pausa de cinco números, encontramos outro artigo da série que prega a ausência de corrupção nas eleições e a divisão das funções do governo em três poderes: o poder legislativo, o poder executivo e o poder judiciário; essa divisão é tida como importante uma vez que não é possível exercer todos os poderes concomitantemente e também para que se evite a tirania. Ademais, o tempo de governo deveria ser limitado para que outras pessoas eleitas pelo povo pudessem governar, já que, para o periódico, o direito de governar deve ser delegado com plena liberdade.

No dia 18 de janeiro, há uma nova polêmica com o *Diário do Rio Grande* que é ridicularizado porque mais uma vez o seu editor escrevera de forma errônea em sua folha e denominando-se, no mesmo número, “jornalista rio-grandense”, ao que o *Brado* ironiza: “Pobre homem – está decididamente louco” (O BRADO DO SUL 18 jan. 1860, p. 1).

Os jornais de Pelotas e Rio Grande estão ligados a políticos e a figuras importantes nas duas cidades. No dia 22 de janeiro, o *Brado* publica uma nota esclarecendo que, segundo o *Diário*, não se apresenta como candidato à deputação provincial o coronel Campos e “sendo o *Diário* o órgão de confiança

¹³ Cabe salientar que o termo é empregado no sentido de quem pensa diferente da maioria e não na forma como o entendemos hoje.

daquele senhor julgamos essa notícia verídica e aplaudimos tal resolução” (O BRADO DO SUL, 22 jan. 1860, p. 1).

Em 24 de janeiro, há a notícia de uma sentença imputada ao redator do *Eco do Sul* de seis meses de prisão e multa correspondente à metade do tempo, infligida ao crime de injúria. O periódico defende o redator do jornal rio-grandino nos seguintes termos: “essa sentença injusta lesa cruelmente o direito público e é um golpe dado à imprensa livre da província”, já que a suposta ofensa foi proferida num “A pedido” e, desta maneira, “todos [editores] estamos expostos a ver recair sobre nós a responsabilidade de publicações completamente legalizadas” (O BRADO DO SUL, 24 jan. 1860, p. 1). Esse fato é motivo de nova polêmica com o jornal *O Diário do Rio Grande*, que segundo o *Brado* de 25 de janeiro, exaltou com prazer a sentença, posição criticada porque a sentença é tida como um golpe à liberdade da imprensa e, nesse caso, para o jornal, não cabe as inimizades e sim a causa do jornalismo.

No referido jornal do dia 1º de fevereiro de 1860, há referência à “questão Moura” que acarretou acusações contra o *Brado*, que se manteve calado, porém ameaça “o melhor é, que não bulam conosco – depois não se arrependam” (O BRADO DO SUL, 1º fev. 1860, p. 1). Essa questão refere-se ao editor do jornal *Eco do Sul*, Pedro Bernardino de Moura, e à sentença a que foi imputado. Na edição de 5 de fevereiro, as acusações são mencionadas e há a republicação de uma resposta do *Noticiador* que esclarece os fatos: o *Brado* teria desqualificado, em um de seus artigos, o próprio *O Noticiador*, bem como *O Diário do Rio Grande* e *O Diário de Pelotas*, julgando-os como não pertencentes à imprensa sul-rio-grandense, pois apenas o *Brado* e o *Eco* ocupavam esse posto.

Os exemplares subsequentes não foram localizados. No periódico dos dias 10 e 11 de fevereiro, o *Brado* afirma que não teve intenção de ofender os colegas e relata que não irá defender-se das ofensas do *Diário de Pelotas*, porque “responder ao famigerado Mello [Cândido Augusto de Mello, editor do periódico] seria rematada loucura e rebaixamento” (O BRADO DO SUL, 10 e 11 fev. 1860, p. 1). Ironicamente, em 21 de fevereiro, a folha trata das acusações feitas por esse jornal que não foram lidas devido a não ter sido

encontrado nenhum exemplar à disposição, já que eram impressos apenas de vinte a trinta exemplares da folha.

Koseritz é alvo de acusações também do jornal *Diário do Rio Grande*, do ano de 1860, pois o periódico rio-grandino transcreve artigos do *Diário de Pelotas* e do *O Noticiador* como, por exemplo, no “A pedido” dos dias 22, 26 e 29 de fevereiro, no qual o autor alemão foi denominado o “Dom Quixote do jornalismo”, sendo ainda ameaçado, pois “como um potro feroz, é certo, não pode um homem brigar; mas nada o impede de atracar-lhe as chilenas, e meter-lhe o relho, até pô-lo em estado de levar freio e suportar arreios. É o que faremos” (DIÁRIO DE PELOTAS apud DIÁRIO DO RIO GRANDE, 22 fev. 1860, p. 2). Ainda no *Diário do Rio Grande*, Koseritz é acusado de não ser nem escritor nem crítico de teatro, sendo apenas um plagiário da *Revista Teatral*, apenas um charlatão (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26 fev. 1860, p. 2).

Domingos José de Almeida é incitado pelos redatores do *Diário de Pelotas* e do *Noticiador* a tirar o seu nome do *Brado do Sul*; o periódico ainda distorce as palavras proferidas pelo protetor de Koseritz, em um artigo publicado no *Diário de Pelotas*, do dia 11 de fevereiro e transcrito no *Diário do Rio Grande*, de 14 de fevereiro de 1860, intitulado “A verdade sempre aparece”. Domingos, porém, não cede às pressões e responde no *Diário de Pelotas*, defendendo a liberdade de imprensa e o amigo alemão:

(...) Ligando a livre e franca ação da imprensa à primeira, senão única garantia da liberdade civil, sou completamente singular. Eu entendo que a repressão da imprensa, é a mesma imprensa: acusam-me, defendo-me; e o público, supremo e severo tribunal, a quem tenho dar conta da minha conduta, compulsando a acusação, e defesa, exarará sentença conforme com a razão e justiça, sem dependência da inspeção e tutela do soberano poder judiciário, e da famosa polícia, que de mãos dadas, hão completamente nulificado toda a segurança individual, e tentam aniquilar toda a liberdade do cidadão brasileiro; o que mais que muito atestam tantas prisões arbitrarias, o apelo da sentença de Grauert, o julgamento do ECO DO SUL, e sarcasmos, tão grosseiramente atirados ao exército do Império.

Na presença, pois de estado tão fatigante, eu o conjuro, como a todos os diretores da imprensa de nossa província, para que, desprezando ressentimentos pessoais, se reúnam sob o estandarte da liberdade, e corajosos a defendam com o saber, e inteligência de que são dotados (...). (DIÁRIO DE PELOTAS apud DIÁRIO DO RIO GRANDE, 18 fev. 1860, p. 2)

Entretanto, no jornal de 30 de março de 1860, há uma correspondência de Domingos a Koseritz, publicada para esclarecimento de polêmicas entre os

jornais de Rio Grande e de Pelotas, o que indica que, nesse período, apesar de transcorridos dois anos do processo, Koseritz ainda fosse redator do *Brado*.

Koseritz é atacado na imprensa de Pelotas e de Rio Grande pois há entre as duas cidades uma relação de união entre os jornais *O Noticiador*, *Diário de Pelotas* e *Diário do Rio Grande* que polemizam contra os jornais *O Brado do Sul* e o *Eco do Sul*, como se vê na introdução de um artigo publicado em 29 de janeiro de 1860 pelo *Diário do Rio Grande* que trata da prisão de Pedro Bernardino Moura:

O Colega do *Brado*, sempre solícito em apoiar os tresvarios do *Eco*, se lembrou de associar toda a imprensa Rio-Grandense, à defesa que produziu em prol do redator do *Eco*, por este haver sido condenado a seis meses de prisão e multa correspondente à metade do tempo, como incurso no artigo 237 do código criminal §. 3º combinado com o artigo 236 etc. (*O NOTICIADOR* apud *DIÁRIO DO RIO GRANDE*, 29 jan. 1860, p. 2)

O *Brado* trata, em 24 de fevereiro, de um assassinato de um jovem que criticava o vigário nas páginas do jornal *Eco do Sul*:

Ainda a imprensa trucidada – O *Eco do Sul* transmite a notícia de um assassinato cometido, segundo dizem, por ordem do vigário da freguesia de D. Pedrito, na pessoa de um moço a quem se dava a paternidade de algumas correspondências contra o mesmo vigário insertas no *Eco do Sul*!

A imprensa e o clero vão cada vez a melhor.

E viva o progresso! (*O BRADO DO SUL*, 24 fev. 1860, p. 1, grifos no original)

O assassinato fere, então, a liberdade de imprensa, que já estava deturpada devido aos inúmeros processos aos quais os redatores dos jornais eram submetidos. Em artigo intitulado “A imprensa”, publicado em 26 de fevereiro, há considerações a respeito do papel político da imprensa e ainda algumas provocações aos adversários, como a seguinte:

Como classificar aqueles publicistas que, com maior indiferença para os assuntos públicos de seu país, só cuidam em míseras intrigas, só se ocupam com polêmicas pessoais, só tratam de guerrear, por um vil espírito de interesse, os seus concorrentes. Esses, por certo, são indignos de sentar-se no grande banquete da imprensa livre. (*O BRADO DO SUL*, 26 fev. 1860, p.1)

O noticiário, de 29 de fevereiro do mesmo ano, trata de ofensas e calúnias feitas pelo Isidoro do *Noticiador* a Carlos de Koseritz, sendo que a vítima já havia procurado as autoridades a fim de que o responsável pelo jornal se

manifestasse e assinasse o processo assumindo a responsabilidade pelo periódico. Como no ato da intimação não foi localizado o editor da folha, o impressor, Sebastião Carneiro da Fontoura, foi intimado a comparecer à audiência, que estava marcada para o mesmo dia, às 10 horas da manhã, devendo apresentar o autógrafo referente à responsabilidade¹⁴. Nesse mesmo número, há um anúncio do colégio Santa Cruz informando que, atendendo a pedidos, Carlos de Koseritz fora contratado para ministrar aulas de instrução secundária; relato esse que pode ser considerado uma forma de ressaltar o prestígio do alemão e o caráter “mentiroso” das acusações.

No dia seguinte, seguem os esclarecimentos sobre o ocorrido na audiência: Sebastião Carneiro da Fontoura havia se declarado apenas como impressor do jornal; o responsável, Isidoro Paulo de Oliveira, ia apresentar o respectivo autógrafo e não pôde por ser estrangeiro e por não conter uma declaração de editor, e acabou fugindo do local. No decorrer da audiência, Isidoro reapareceu trazendo o autógrafo legalizado que, no entanto, é desqualificado pelo *Brado do Sul* por haver indícios de sua falsidade:

Este autógrafo é assinado por um tal Andre Luiz Chagas (que dizem já ter falecido) em 14 de outubro de 1857 – fique pois o público sabendo que o *Isidoro do Noticiador* não é o senhor Isidoro Paulo de Oliveira, como todos supunham, mas sim um tal André Luiz Chagas, talvez já falecido. (O BRADO DO SUL, 1º mar. 1860, p. 1, grifos no original)

O *Brado* ainda acusa O *Noticiador* de valer-se de um papel assinado em branco por André Luiz Chagas, em 1857, o que acarretaria a não validação legal dessa assinatura; assim caberia provar que o “A pedido”, que insultava Koseritz, foi publicado muito depois daquela assinatura. Há, no acervo do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, alguns processos judiciais de que Koseritz tomou parte como vítima e Sebastião Carneiro da Fontoura como réu, no ano de 1860 na cidade de Pelotas¹⁵.

¹⁴ Não sabemos se Magalhães (1993) refere-se erroneamente a esse processo, tendo invertido a questão da chamada de responsabilidade de editor, que não fosse estrangeiro, de Isidoro Paulo de Oliveira a Koseritz, ou se realmente houve dois processos com os mesmos envolvidos em papéis distintos. A respeito do atentado em 1858 também não encontramos nenhuma informação nos processos que datam de 1860.

¹⁵ Koseritz chegou a processar o jornal *O Noticiador* pelo crime de injúrias impressas, conforme processo judicial do Juízo Municipal de Pelotas (nº 5288) iniciado em 7 de março de 1860.

Localizamos, anexado ao processo, um exemplar do jornal *O Noticiador*, no qual há acusações de plágio na composição dos dramas de Koseritz, pois, segundo o periódico, o alemão cometeu oitenta erros em quarenta linhas e, por isso, não poderia se denominar escritor público, acusações essas semelhantes as do *Brado* sobre os erros do editor do outro periódico. Encontramos também o polêmico “A pedido” que gerou a indignação do *Brado*:

Em resposta as calúnias com que o Sr. de Koseritz pretendeu enxovalhar-me na *Pacotilha*; como represália ao desprezo que voto ao miserável plagiário, resta-me a satisfação de que esse infame rabiscador não é capaz de provar perante a justiça o que a meu respeito inventou, assim como eu vou provar diante de todo o mundo que o coitado do Koseritz é um plagiário, um Quixote enfim, tanto no físico como no moral.

Isidoro Paula da Fonseca¹⁶
(O NOTICIADOR, 25 fev. 1860, p. 3)

Em 1º de março, há uma notícia de que seria publicada uma declaração de que Sebastião Carneiro da Fontoura que, em meio aos problemas causados pelo referido autógrafo e pela omissão do verdadeiro autor, Isidoro Paulo de Oliveira, havia abandonado a tipografia do jornal *O Noticiador*, conforme demonstrado na página seguinte: “Sebastião Carneiro da Fontoura declara que desde o dia 29 de fevereiro deixou de ser impressor do jornal *Noticiador*” (O BRADO DO SUL, 1º mar. 1860, p. 2).

No período de 2 a 5 de março, o *Brado* segue acusando *O Noticiador* de falsidade ideológica, cobrando uma punição das autoridades que, para o responsável pelo periódico, foram enxovalhadas perante uma falsificação tão grosseira. O jornal transcreve o que diz ser uma cópia do autógrafo com o texto igual ao encontrado no jornal *O Noticiador*, citado acima, apenas acrescido de data e do nome do suposto responsável: “O *Isidoro do Noticiador* Responsável na forma da lei *André Luiz das Chagas*. Pelotas 11 de outubro de 1857” (O BRADO DO SUL, 2 mar. 1860, p. 1, grifos no original).

No mesmo dia, há mais polêmicas estabelecidas com *O Noticiador* que continua a insultar o *Brado*, mesmo após a instauração do processo por Koseritz. Na sessão “Noticiário”, encontramos novas informações sobre o processo que esclarecem a denúncia do alemão e a data da audiência pública, marcada para o dia 8 de março. No dia 3 de março, as mesmas notícias são

¹⁶ Talvez o editor do *Noticiador* tenha alterado o seu sobrenome para não ofender diretamente Koseritz e assim evitar ser acusado em processo.

repetidas de forma copiosa, talvez como uma forma de reforçar o protesto contra o jornal e o seu editor. No dia 4, há a seguinte nota:

Ainda sobre a responsabilidade do Noticiador. – Dizem por aí que a pessoa da redação do *Noticiador* propalava que está à espera do Sr. Dr. Amaro para tomar a vara e ser juiz na causa que foi intentada contra aquele periódico. Será possível?... Não o cremos... (O BRADO DO SUL, 4 mar. 1860, p. 1)

Há, na edição do dia 6, um artigo intitulado “Questão de imprensa”, no qual é esclarecido que o jornal *O Noticiador* tem afirmado que seu redator é Luis José de Campos que, segundo a folha, estava há mais de um ano ausente, habitando a 60 léguas de Pelotas, o dito editor não poderia saber o que estava sendo publicado no periódico (em relação similar a de Domingos José de Almeida com a redação do *Brado*). O texto pede justiça e deixa uma lacuna em relação a um processo que sofrera em 1858, talvez o que responsabilizava Koseritz, um estrangeiro, pelos escritos publicados no jornal: “Não pedimos mais que justiça, aquela mesma justiça que tão terminantemente foi aplicada ao *Brado* em novembro de 1858” (O BRADO DO SUL, 6 mar. 1860, p. 1).

O mesmo número narra o fato de que o Dr. Afonso Alves foi insultado pelo *Noticiador* em virtude de manter amizade com o *Brado*. Além de defender o amigo, o texto ainda tece novas críticas ao opositor que deveria ser ignorado, já que não se pode levar em consideração o que o autor diz, pois não se sabia quem realmente era o responsável pelos escritos; o periódico, em meio a mais uma acusação, “falsificaria mais algum documento e deixaria inocentemente padecer mais algum pobre operário” (O BRADO DO SUL, 6 mar. 1860, p. 1).

Ao confrontarmos os dados do jornal com os do processo, verificamos que o réu é realmente o impressor e não Isidoro Paulo de Oliveira.¹⁷ Notamos, através da leitura dos números subsequentes a essa polêmica, que o problema entre os dois periódicos era político, uma vez que *O Noticiador* e o *Brado* manifestavam posições contrárias relacionadas aos problemas locais, sendo

¹⁷ Devido à ilegibilidade de grande parte do processo, poucos dados puderam ser esclarecidos por essa fonte.

que algumas autoridades eram ofendidas por um jornal e defendidas pelo outro.¹⁸

No dia anterior à audiência, a folha relembra os leitores sobre a futura arguição das testemunhas e afirma que a primeira audiência contou com um grande número de pessoas e constata que a concorrência do dia posterior deveria ser maior. No entanto, a repercussão imediata desses fatos não pôde ser analisada, uma vez que não encontramos exemplares dos dias 8, 9 e 10 de março. Nos dias 11 e 13 do mesmo mês, há, novamente, defesas ao Dr. Afonso Alves que continuava a ser atacado no outro periódico que, segundo o *Brado*, pretendia assassinar física e moralmente o ilustre advogado.

Em 16 de março, é informado que ele requereu, por precatória, que o editor do jornal se apresentasse para esclarecer as acusações proferidas em suas páginas. Neste número, consta o esclarecimento sobre a sentença do processo: Carneiro fora inocentado. Segundo os artigos do *Brado*, *O Noticiador* prosseguiu com suas críticas e acusações; a folha defendia-se insistindo na questão do autógrafo e na falsidade ideológica:

Por que, quando canta vitória por haver sido absolvido Sr. Carneiro, não diz também, que esta absolvição apenas prova que o verdadeiro autor do – A pedido – é por demais vil para responder por ele perante a justiça e que tal só prova que por causa dum indigno stratagem, duma falsificação, não podemos obter quem nos responda pelos insultos que nos fez? (O BRADO DO SUL, 16 mar. 1860, p. 1)

É interessante salientar que no artigo há o pronome “nós”, como se as ofensas fossem feitas ao jornal, quando na verdade elas foram direcionadas apenas a Koseritz; seria esse mais um indício de que o alemão ainda era o redator do periódico? O texto afirma que a opinião pública era favorável ao seu posicionamento, visto que as suas assinaturas só aumentavam, enquanto as do *Noticiador* diminuían. No noticiário, há um pedido de desculpas ao leitor, uma vez que muito espaço da folha estava sendo destinado a esses conflitos em detrimento da parte comercial.

¹⁸ Em vários dias do mês de março de 1860, localizamos uma polêmica entre os jornais a respeito de acusações que *O Noticiador* teria proferido acerca do Dr. Afonso Alves, que se presume ser o político Joaquim José Afonso Alves.

Mesmo após o processo, as acusações de plágio continuam, pois o *Brado* defende-se, em 17 de março, de acusações proferidas no periódico adversário nos seguintes termos:

Diz o *Noticiador* que não precisa recorrer ao plágio – bem o sabemos, porque o atual redator do *Noticiador* não escreve senão insultos, e insultos não precisa plagiar. Se sobre outros assuntos escrevesse, plagiaria sem dúvida alguma, porque o seu préstimo de escritor limita-se a insultos. (O BRADO DO SUL, 17 mar. 1860, p. 1)

Segundo o jornal, os artigos de cunho político, publicados no *Noticiador*, advinham da pena de outra pessoa instruída e não de seu redator que apenas escrevia insultos. O periódico solicitava que seu adversário provasse o plágio nos seus escritos e, além disso, acusava-o de incitar o ódio entre as pessoas, por meio de calúnias, uma vez que:

Corrompe consciências, porque se com o veneno da lisonja e com a lenta infiltração da intriga não tivesse corrompido consciências, não teria hoje ao seu lado um só homem que ousasse em público tomar o seu partido. E ainda têm alguns, inda que poucos (O BRADO DO SUL, 17 mar. 1860, p. 1, grifos no original)

O *Brado* defende-se de ter ofendido autoridades, acrescentando que as críticas publicadas no jornal restringiam-se apenas à esfera privada, enquanto O *Noticiador* trazia à luz calúnias de cunho pessoal, fazendo assim mau uso do jornalismo, cobrando dinheiro de seus desafetos para evitar os artigos maldosos e punindo da mesma forma os seus credores. É interessante salientar que, em nenhum dos números analisados, encontramos ofensas à vida privada de nenhum político, médico, advogado, o que corrobora a defesa publicada nesse número; as ofensas pessoais do *Brado* ficam restritas às figuras dos redatores dos jornais de Pelotas e Rio Grande.

No dia seguinte, a folha segue protestando contra o redator Isidoro, sem citar seu nome, pedindo o seu afastamento e defendendo, mais uma vez, o Dr. Afonso Alves dos comentários pejorativos do outro jornal. O *Brado* ainda publica, na sessão “A pedido”, respostas de pessoas da cidade aos insultos proferidos, como ocorre, por exemplo, em 20 de março.

Após alguns números de pausa nas polêmicas, no dia 4 de maio o jornal tece novas críticas ao *Noticiador* que, após elogiar o Sr. C. A. de Mello em virtude de sua partida da cidade de Pelotas, começa a criticá-lo assim que o mesmo,

por motivos pessoais, decide permanecer nesse sítio; o periódico defende Mello, mesmo ele sendo um de seus desafetos, pelo que julga ser “justiça”. No mesmo número há um anúncio da Tipografia do Brado do Sul, todavia o periódico continua a ser impresso na Tipografia de Carlos de Koseritz.

Em 6 de maio, o conflito com C. A. de Mello continua, pois *O Noticiador* teria publicado um “A pedido” justificando a negativa à permanência dele na cidade, com justificativas pouco convincentes. No mesmo número, o *Brado* trata de críticas feitas pelo seu opositor a Domingos José de Almeida, sem mencionar, no entanto, que ele é seu redator, defendendo-o como um homem que muitos serviços havia prestado a cidade, bem como proclamando a liberdade de imprensa e afirmando, em tom irônico, que o outro jornal pregava o absolutismo.

No dia 11 de maio, a folha republica um texto oriundo do jornal *Eco do Sul*, escrito por Joaquim J. de Mendonça desmentindo insultos proclamados no *Diário do Rio Grande*, texto que é “mais um desmentido dado ao *Diário do Rio Grande*, que para alcançar os fins eleitorais de seus *amos* não hesita em empregar a vil arma da mentira” (O BRADO DO SUL, 11 mai. 1860, p. 1). Logo abaixo, a discussão com o jornal pelotense, em virtude das ofensas a Domingos José de Almeida, segue, já que a folha acusava Domingos de estar perdendo as faculdades mentais, julgando que esse juízo não era um insulto o que é veementemente criticado pelo *Brado*.

As discussões entre *O Brado do Sul* e *O Noticiador* continuam, mas de forma mais controlada, a partir de artigos de cunho político e não com ofensas pessoais, como ocorre, por exemplo, nos dias 16 e 17 de junho de 1860, sem envolvimento do nome de Koseritz e sem nenhuma menção ao desdobramento do processo. A única informação nova é que *O Noticiador* troca de editor, mas seu nome não é explicitado.

Em 16 de maio, o *Brado* trata do novo redator do jornal *O Noticiador* que, cautelosamente, travava polêmica criticando artigos da folha, discussão aceita devido ao jornalista referir-se a questões políticas, sem apelar para o pessoal, já que: “nesse campo aceitamos sempre de bom grado a luta, porque a luta é o nosso elemento, nela se exercitam as forças, purificam-se as doutrinas e apura-se um resultado vantajoso para o país” (O BRADO DO SUL, 16 mai.

1860, p. 1). O periódico reafirma a sua primazia na defesa da descentralização como forma de governo, desde um artigo publicado em 1858, e explica ao novo colega que não demonstra nenhuma adesão política aos indivíduos porque eles são flutuantes em relação as suas ideias e aos partidos políticos aos quais se inserem, sendo ora conservadores, ora liberais, de acordo com situação mais favorável, da mesma forma como se posicionam os jornais *O povo*, *O Diário*, *O Comercial*:

Nós, que acompanhamos a ideia, temos de frequentemente mudar de cliente, quanto ao indivíduo, porque essa ideia será hoje advogada por uns e amanhã por outros. E o colega, que acompanha, segundo a sua doutrina, o indivíduo com ideias, terá de frequentemente mudar de ideias, pois que o seu cliente advogará indubitavelmente no decurso do tempo muitas e muito diferentes ideias. (O BRADO DO SUL, 16 mai. 1860, p. 1, grifos no original)

O texto ainda pede para que o colega explicita qual partido defende, a fim de clarificar que partido tão bom era esse e quais eram as suas ideias; em tom irônico, ainda há a solicitação de esclarecimento em meio à ignorância do *Brado*. No exemplar seguinte, outro artigo afirma que o outro jornal defende os ideais do Partido Liberal, sendo que nem esse nem o seu opositor, o Partido Conservador, existiam mais desde 1853, uma vez que a conciliação entre ambos, em prol de interesses pessoais e materiais, os dominava, substituindo as ideias e os princípios.

Com a morte dos partidos, deixou a luta eleitoral de ser uma santa e nobre pugna por princípios e tornou-se um combate de influências pessoais em que se exaltava não o advogado das ideias de um partido, mas sim o homem de amizades particulares, de influência e possuidor de meios de corrupção. (O BRADO DO SUL, 17 mai. 1860, p. 1)

Entretanto, a junção dos dois partidos se deu, segundo Maria Izabel Noll e Hélio Trindade (2004), por razões mais complexas, não envolvendo apenas interesses pessoais, como afirmava o *Brado*:

O final da Guerra dos Farrapos (1835-1845) encontra os liberais profundamente enfraquecidos na província e o final da fase regencial marca um avanço conservador que se faz sentir, também, no Rio Grande do Sul. Em 1848, em pleno processo de pacificação, dominam os conservadores e é somente a partir desta data que começam a se definir os partidos na província. A presença de um novo conflito armado contra Rosas é, provavelmente, um dos elementos que explica o surgimento de alianças como a Liga, em 1852, unindo conservadores e liberais, sob a liderança dos primeiros,

e logo em seguida a Contraliga, dominada pelos liberais. (NOLL; TRINDADE, 2004, p. 37)

Essas coligações que levam os liberais a um segundo plano na política gaúcha, passam a ser questionadas a partir de 1860, conforme o jornal pelotense expõe. A lei eleitoral de 1860 divide o Rio Grande do Sul em dois distritos, aglutinando os cinco que existiam anteriormente: 1º distrito: Porto Alegre, São Leopoldo, Dolores de Camaquã, Rio Pardo, Santo Antônio, Conceição do Arroio, Triunfo, Caçapava, Encruzilhada, Cachoeira, Santa Maria, São Gabriel; 2º distrito: Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, Piratini, Canguçu, Jaguarão, Bagé, Livramento, Alegrete, Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Cruz Alta e Passo Fundo.

O segundo distrito era um reduto do Partido Liberal e abrangia a maioria dos municípios da região da Campanha e do Planalto, perfazendo 54,67% da população livre da província. Esses dados também revelam “uma relação bastante significativa entre eleitores e cidadãos qualificados no 2º distrito, o que mostra a existência de uma camada com renda proporcional¹⁹ ao exigido pela lei” (NOLL; TRINDADE, 2004, p. 40). Em meio a esses fatores, podemos perceber o quanto eram importantes os votos no 2º distrito para definição da política na província, o que justifica a defesa, na imprensa, de candidatos, partidos, ideias.

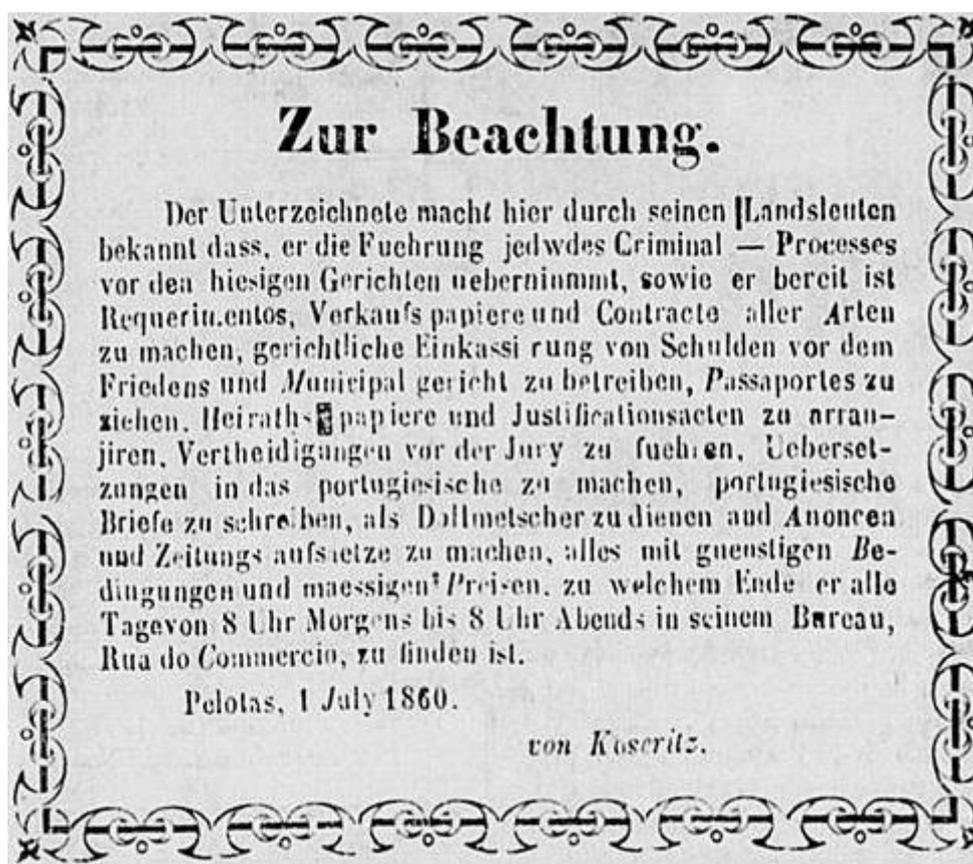
Em 22 de maio, encontramos novo artigo em que o *Brado* afirma ter conseguido, com as suas críticas e questionamentos, desmascarar a suposta neutralidade do colega do *Noticiador*, partidário do Partido Liberal, assim como o *Diário* e o *Conciliador*, demonstrando que não pretendia permanecer polemizando, já que o público e os amigos políticos da folha já haviam compreendido o exposto nas edições anteriores.

Na edição de 27 de junho, há a transcrição de um texto escrito pelo redator do jornal *Eco do Sul*, Pedro Bernardino Moura, que estava preso, como explicitamos acima. No artigo, Moura expunha as ofensas proferidas pelo jornal *O Diário do Rio Grande* à figura do delegado de polícia, em virtude de um desentendimento de Moura com o escrivão Antonio Joaquim Caetano da Silva

¹⁹ Segundo os meus autores, a exigência para ser eleitor primário (eleição de primeiro grau) era uma renda líquida anual de 100\$000 réis; para os eleitores propriamente ditos (eleição de segundo grau) a renda era de 200\$000 réis, para deputados gerais, 400\$000 e para senador, 800\$000.

que o ofendera na prisão; o texto defende o delegado e deprecia a conduta do escrivão que foi à prisão insultar Pedro Bernardino, talvez a fim de acometer contra ele outro processo.

As polêmicas cessam nas edições que localizamos referentes aos dias posteriores, o periódico continua discutindo a política local, publicando artigos de correspondentes do interior, como Bagé e Canguçu, sem estabelecer relação com as folhas rio-grandinas e pelotenses. Em 4 de julho, localizamos o seguinte anúncio, escrito em alemão por Koseritz:



Zur Beachtung.

Der Unterzeichnete macht hier durch seinen Landsleuten bekannt dass, er die Fuehrung jedwdes Criminal — Processes vor den hiesigen Gerichten uebernimmt, sowie er bereit ist Requirerimentos, Verkaufspapiere und Contracte aller Arten zu machen, gerichtliche Einkassirung von Schulden vor dem Friedens und Municipal gericht zu betreiben, Passaportes zu ziehen, Heirathspapiere und Justificationsacten zu arrangiren, Vertheidigungen vor der Jury zu fuehren, Uebersetzungen in das portugiesische zu machen, portugiesische Briefe zu schreiben, als Dolmetscher zu dienen und Anoncen und Zeitungs aufsetze zu machen, alles mit gneustigen Bedingungen und maessigen Preisen, zu welchem Ende er alle Tage von 8 Uhr Morgens bis 8 Uhr Abends in seinem Bureau, Rua do Commercio, zu finden ist.

Pelotas, 1 July 1860.

von Koseritz.

O BRADO DO SUL, 4 jul. 1860

Em 8 de julho, há uma defesa do *Brado* a acusações proferidas pelo jornal *O Eco do Sul* à Câmara de Pelotas, apesar da relação de parceria entre os dois jornais, o artigo acusava as críticas de serem infundadas e ridículas, amenizando o seu posicionamento com o esclarecimento de que o colega do jornal não havia escrito o texto sozinho e que, por isso, talvez nem tivesse conhecimento do seu conteúdo; o jornal pelotense afirma que não fará uma defesa consistente das acusações por serem elas provindas da pena de um

anônimo. O jornal ainda publica um “A Pedido” de Elias de Medina Martins, em 30 de agosto, no qual o mesmo se defende de calúnias e infâmias proferidas pelo jornal rio-grandino.

O *Brado*, em tom de superioridade, afirma, em alguns números, que irá responder às críticas dos adversários em números seguintes, por falta de tempo ou de espaço no periódico, como faz, por exemplo, em 10 de julho, com o título de preterição: “para o seguinte número preterimos a resposta ao nosso douto colega do *Noticiador*, por não nos sobrar tempo hoje” (O BRADO DO SUL, 18 jul. 1860, p. 1).

A anunciada resposta é dada no dia 11 de julho, com a transcrição de um artigo do *Noticiador*, intitulado “Retribuição”, com as críticas e defesas postuladas em notas. O *Brado* defende-se das acusações do outro jornal que advogava em prol do Sr. Brigadeiro Ozório que fora criticado por seu posicionamento político questionável, em virtude da flutuação entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, em número que não encontramos nos periódicos remanescentes. Mais uma vez o *Brado* é acusado de proferir calúnias, sendo seu redator ofendido através da ironia. Em meio às defesas, a folha profere a seguinte ameaça:

Em conclusão diremos ao colega que até hoje o temos poupado, mas que, se ele continuar a agredir-nos como em seu último número, teremos – bem contra nossa vontade – de lançar mão da represália e então cuidado, colega, porque não somos novatos na liça, nem mercê de Deus, tememos adversário algum. (O BRADO DO SUL, 11 jul. 1860, p. 1)

Após alguns números sem polêmicas, o *Brado* trata de um artigo do *Eco do Sul* que defende, de acusações proferidas pelo *Diário do Rio Grande*, o cirurgião Domingos José Borges e o Sr. Clarimundo Pereira da Silva, denominados charlatões. Tratando novamente do redator do *Eco*, Pedro Bernardino Moura, uma notícia, em 4 de agosto, trata da sentença que prevê a sua libertação e a de sua esposa para o dia 7 de agosto. No entanto, o *Brado* critica a contagem do tempo de prisão e afirma que Pedro Bernardino deveria ser solto no dia 4. Todavia, ambos só foram soltos no dia 7 de agosto, como nos informa a notícia “Livramento” do dia seguinte.

No dia 24 de agosto, após alguns números sem discussões políticas, o *Brado* publica uma notícia, intitulada “A nossa chapa”, na qual declara os votos dos

amigos, sem, contudo, citar nomes, na próxima eleição municipal, com uma lista de nomes de candidatos a vereador e a juiz de paz. Abaixo, dessa lista, separada por um traço, há uma resposta ao *Noticiador*:

Achava-se pronta e até composta a resposta ao *Noticiador* de 22 do corrente, refutando as argúcias e sutilezas do seu *exímio* redator, e pondo em relevo os importantes serviços da câmara atual, tanto mais salientes, feitas certas comparações que teciam o cunho da verdade e não poderiam ser lícita e honestamente contrariadas, cedemos, porém, a instâncias de amigos para suspendermos essa publicação até o ulterior procedimento do *Noticiador*:

É mais uma prova de tolerância é um sacrifício feito ao desejo de conservar calma e prudência até o fim da luta eleitoral. (O BRADO DO SUL, 24 ago. 1860, p. 1, grifos no original)

Em 2 de setembro, em artigo “A municipalidade”, o *Brado* faz uma defesa à administração pública, ressaltando obras realizadas e o bom uso do escasso dinheiro público, rechaçando as críticas com relação ao calçamento de algumas ruas com a justificativa das chuvas constantes desde dezembro de 1859, o que teria prejudicado as suas estruturas. No dia 6, o jornal faz nova defesa à administração municipal, um dia antes das eleições, alegando que os candidatos que defende não precisavam de apresentação e nem que as suas intenções fossem descritas no jornal, porque a sua competência era de conhecimento do público:

São esses os verdadeiros títulos de recomendação – serviços prestados ou habilitação para prestá-los e que estas qualidades são o apanágio dos candidatos de nossa chapa, ninguém, nem mesmo os nossos adversários políticos o podem negar. (O BRADO DO SUL, 6 set. 1860, p. 1)

Essas palavras são seguidas por uma lista dos candidatos a vereadores e a juizes de paz apoiados pelo jornal, como encontramos, aliás, em vários números anteriores. No dia seguinte, novo artigo trata das eleições saudando a Independência do Brasil e alertando o público do dever de cumprir a forma mais sagrada da soberania do povo e da importância do voto para decidir os rumos no município; o periódico repete a mesma lista de candidatos propagada em vários de seus números, antecedida das seguintes palavras: “pela última vez vos recomendamos a nossa chapa, que é a verdadeira chapa do povo e dos seus amigos” (O BRADO DO SUL, 7 set. 1860, p. 1).

O resultado das eleições é ressaltado no artigo “Um legítimo triunfo”, publicado em 11 de setembro: o povo escolheu os candidatos recomendados pelo *Brado*, sem ceder às promessas, às calúnias e aos falsos preceitos liberais proliferados antes das eleições e elegeu os candidatos mais qualificados, na opinião do jornal. A notícia é seguida de uma lista com o resultado dos quatro distritos, na qual consta o nome e o número de votos recebidos. No dia 13 de setembro, há uma nota a respeito do jornal o *Noticiador*. “À hora adiantada em que escrevemos estas linhas ainda não saiu à luz o *Noticiador*, razão porque nada dizemos respeito a qualquer interesse que ele possa conter” (O BRADO DO SUL, 13 set. 1860, p. 1). Outra notícia, do mesmo número, trata das subscrições dos pelotenses para ajudar na construção de uma estátua de Camões, o que é julgado como exemplo de patriotismo; o bairrismo é acentuado na comparação com as subscrições rio-grandinas que contavam menos da metade do doado na cidade vizinha.

No dia seguinte, há um extenso artigo travando nova polêmica com o referido jornal: o assunto é as eleições e as acusações proferidas aos amigos do *Brado*, o problema novamente é entre os partidos; o *Noticiador* acusa os eleitos de serem conservadores e o *Brado* defende-os afirmando a sua pertença ao Partido Liberal e ainda ressaltando novamente o amalgame dos partidos em prol de interesses particulares. O periódico denuncia o voto de cabresto realizado pela chapa defendida pelo outro jornal:

Nós não compramos votos na porta da Igreja, como eles o fizeram; nós não conservamos votantes custodiados e presos durante 5 dias, como eles; não fizemos embriagar-se votante dos nossos contrários para retê-los fora da cidade, como eles o fizeram; nós perdemos quatro votos para não interromper o luto por um pai e sogro e havíamos de arrastar enfermos à Igreja! (O BRADO DO SUL, 14 set. 1860, p. 1)

Na sequência desse artigo, agora na sessão “Noticiário”, segue a polêmica: o *Brado* defende o Dr. Barcelos de acusações do opositor a respeito de um moribundo que pretendia, mesmo no seu estado, votar, a fim de manifestar o seu posicionamento a favor de Barcelos, e foi impedido pelo mesmo devido às suas condições de saúde. Não fica claro no jornal qual é a acusação, o *Brado* narra o fato sobre a sua ótica declarando que o outro jornal proferiu infâmias e calúnias.

Em 15 de setembro o jornal trata da demissão de um oficial, denominado Sr. Brigadeiro Canabarro, devido à sua postura inadequada no período eleitoral. Essa dispensa, segundo a folha, foi criticada pelo jornal *O Noticiador* e o *Brado* sai em defesa da posição do Sr. Ribeiro que impediu que o oficial continuasse a constranger os eleitores na fronteira, ou seja, na cidade de Alegrete.

Na mesma edição, o periódico anuncia um comunicado de “S...”, em resposta ao *Noticiador*, cujo texto trata da vitória nas eleições municipais, já que o que o “Partido Liberal Progressista” denominava “Partido Conservador” apresentava os melhores homens para os cargos públicos. O comunicado relata que o outro periódico havia ofendido até mesmo os integrantes da chapa que defendia; bem como chama de falsa a acusação de que o seu partido teria levado um enfermo para votar: “da ofensa aos vossos passastes a calúnia dos nossos amigos. Não aprovamos aquela, desprezamos esta” (O BRADO DO SUL, 15 set. 1860, p. 2).

No artigo “Complemento da vitória”, de 16 de setembro, o *Brado* ressalta a vitória no distrito do Boqueirão, hoje cidade São Lourenço do Sul, texto seguido pela lista de nomes e número de votos. Após um lapso nos exemplares, localizamos em 25 de setembro, uma nota tratando de uma futura resposta ao *Noticiador*:

No seguinte número daremos a cabal resposta ao artigo que o *Noticiador* de ontem vazou a sua atra bília contra um digno e honrado juiz suplente, a quem tributaria respeito, se não estivesse cego pelo despeito e pelo interesse sórdido. Havemos explicar satisfatoriamente com documentos o fato, que o insigne redator adultera, como convier a seus fins. (O BRADO DO SUL, 25 set. 1860, p. 1)

O trecho citado mostra que o inicial respeito e cordialidade ao redator do *Noticiador* foram substituídos, primeiramente, por um tom irônico e por uma rispidez, devido ao posicionamento que o mesmo adotava, e depois por um tom mais acusativo, similar ao mantido com o seu antecessor. O exemplar do dia posterior cumpre a promessa e responde ao artigo da folha rival: o texto fala de acusações ao juiz Dr. Vicente José da Maia que, após negar a liberdade a uma “preta” e aos seus filhos, devido aos mesmos não possuírem identificação, restituiu-os à sua “dona”, após os mesmos serem conservados em depósito por mais de vinte meses sem que nada se provasse a respeito da

identificação; o periódico publica a sentença, deferida por Vicente José da Maia, que ordena que os escravos sejam mantidos em depósito até que seu senhor pague à custa do processo. Como vemos não há um intuito abolicionista em nenhum dos jornais, e sim uma discussão sobre o direito de propriedade.

Em 28 de setembro, nova polêmica é estabelecida através de discordâncias entre os dois jornais pelo comércio de carne na cidade; entretanto, o problema tratado anteriormente sobre as acusações ao juiz suplente volta à tona com a seguinte acusação:

O *incompactível* colega lembrando-se da furibunda catalinaria que há dias escreveu contra um honrado Juiz suplente porque este lhe tirou a maminha em que mamou 18 meses, tendo escrava de graça para o servir, julgou que ninguém pode escrever sobre qualquer assunto sem que a isso seja impelido por um sórdido e vil interesse: Engana-se o *incompactível* colega, nem todos são tão *honrados e desinteressados* como o herói de certa expedição. (O BRADO DO SUL, 28 set. 1860, p. 1, grifos no original)

Após essas acusações, o texto segue a discussão a respeito dos açougueiros que vendiam carne gorda e carne magra pelo mesmo preço e de uma proposta do governo, não explicitada claramente, para evitar que isso acontecesse; ademais, há a afirmação de que o jornal opositor defende preferências para quem for comprar a carne, sendo que a mesma deve ser vendida para todos no mercado, já que ela não deve ser um monopólio dos ricos. Ainda sobre as eleições e as formações das chapas, há a seguinte nota no dia 29 de setembro:

Candidatura – O *Diário do Rio Grande* acaba de publicar a chapa para eleitores do partido Mauá, aliás, liberal progressista. Na mesma ocasião observa o *Diário* que os outros dois candidatos do mesmo partido ainda não estão designados. Parece que o *Diário* está mal informado porque segundo ouvimos dizer estão designados e bem designados estes dois candidatos, mas por ora receiam se apresentar à cara descoberta. Enfim, proximamente saberemos tudo. (O BRADO DO SUL, 29 set. 1860, p. 1)

Em 2 de outubro, há uma nova nota sobre a polêmica entre os jornais a respeito do juiz suplente; o *Brado* afirma que o outro jornal tentou justificar-se, mas que, assim, mostrou a sua leviandade e a falta de motivos para as críticas que fez ao magistrado. No noticiário, sob o título de “É mais prudente”, a folha afirma que o *Noticiador*, com pretexto de haver sido insultado, “nega-se a

continuação da polêmica a respeito dos abusos cometidos no mercado, sem lembrar-se que foi ele quem nos agrediu e provocou”, reconhecendo, então, “que se achava em má posição preferiu negar-se à continuação da discussão. É mais prudente, porque é um dito muito antigo: *quem tem rabo não se assenta*” (O BRADO DO SUL, 2 out. 1860, p. 1, grifos no original). O *Brado*, em 5 de outubro²⁰, desafia o rival a dar a resposta prometida:

O *Noticiador*, que não gosta de polêmicas, promete-nos uma resposta *documentada*: Nós a esperamos e desejamos.

Bofé, Colega, para quem é inocente, não foi pequeno o cavaco... (O BRADO DO SUL, 5 out. 1860, p. 1)

Em 9 de outubro, a polêmica continua, com o *Brado* depreciando o rival devido à sua inexperiência na imprensa, principalmente na época de eleição, apresentando assim ideias confusas e contraditórias. Além disso, o jornal ainda critica a falta de modéstia do redator opositor que se autoproclama o porta-voz da verdade, sendo a sua posição política a única correta e os seus amigos os únicos capacitados, mesmo quando perdem as eleições; a razão de mais essa discussão é a seguinte:

[O *Noticiador*] dando ao mesmo passo a entender que se nós advogamos a causa dos Srs. Ribeiros é, se não por dinheiro, pelo menos por efeito de combinações políticas... E o *Noticiador* por que advogará a causa do Sr. Canabarro?

Será por inspiração do céu?

Creemos que não, e julgamos que tão bem será por combinações políticas, que favorecem aos seus amigos. (O BRADO DO SUL, 9 out. 1860, p. 1)

O problema em questão são nomeações realizadas na cidade de Alegrete, um jornal defende os nomeados e o outro os acusa, como é comum nas publicações; segundo a folha os “canabarristas” ocupavam muitos postos oficiais monopolizando o poder e foi devido à perícia dos Ribeiros que as eleições municipais transcorreram com tranquilidade. O jornal ainda afirma que não irá tratar de outras acusações por não ter em mãos a legislação do país e por confiar nas forças policiais, sem, contudo, esclarecer do que se trata.

No mesmo número, o periódico defende-se de acusações ao seu editor, Domingos José de Almeida, que não apresentou o autógrafo de uma

²⁰ No mesmo exemplar o periódico publica o início de um artigo de Lamartine que trata do advento da imprensa, texto transcrito em partes nas edições posteriores.

correspondência de Elias Medina contra Serafim Pedroso devido à mesma ter se extraviado. O fato é tratado como algo normal, já que vários autógrafos são perdidos, e o jornal se defende referindo-se a pessoas de Canguçu que poderiam confirmar que o texto fora escrito por Elias. É interessante essa questão dos autógrafos, porque os redatores dos jornais eram responsabilizados pelas ofensas proferidas por outras pessoas, o que, de certa forma, limitava a liberdade de imprensa e fazia com que os publicistas fossem perseguidos.

Localizamos um lapso temporal de um mês (de 14 de outubro a 14 de novembro) nos periódicos encontrados. O primeiro número trata do lapso, falando em interrupção de “alguns dias”, então não podemos precisar se essa pausa foi maior ou menor, até mesmo pela numeração, muitas vezes irregular do periódico. No artigo, dedicado aos leitores, o jornal justifica que a interrupção se dera por motivos de força maior; o texto refere-se explicitamente aos opositores políticos que já contavam com o fim do jornal, reafirmando a sua luta e o seu apoio aos amigos. Entretanto, o texto informa algumas concessões:

Verdade é que as dificuldades da situação nos obrigam a reduzir a publicação do *Brado* de diária, que era, a três vezes por semana, mas diminuindo, como é de justiça, o imposto da assinatura e pagando nós com mais alguns meses de jornal a falta ultimamente havida e o excesso de assinaturas existentes, não nos fica isso desairoso, mormente quando daremos mais e mais variada matéria. (O BRADO DO SUL, 14 nov. 1860, p. 1)

A partir desse número, a periodicidade é exposta abaixo do nome do editor: “O BRADO DO SUL *publica-se nas segundas, quartas e sextas. As assinaturas recebem-se no escritório desta tipografia à Rua do Comércio*” (O BRADO DO SUL, 14 nov. 1860, p. 1, grifos no original). O posicionamento crítico não é alterado com a diminuição na regularidade nas publicações, em 16 de novembro um artigo ataca ferozmente o Governo Imperial por aumentar os impostos a fim de manter as despesas da Corte com futilidades: teatro lírico, jornais ministeriais e acomodação de afilhados.

No mesmo exemplar, há um texto rechaçando novas acusações do *Noticiador* a Joaquim Vieira da Cunha e aos Srs. João e Alexandre de Mendonça, dessa vez acerca da construção de uma ponte de pedra no rio Piratini e da autoria do

projeto que, segundo a folha, seria de Domingos José de Almeida e não dos opositores²¹.

Após nova pausa nos exemplares encontrados, em 1º de dezembro o *Brado* estabelece polêmica com o *Diário do Rio Grande*, devido ao periódico rio-grandino passar-se para o lado conservador, apoiando a “substituição do Sr. Ferraz pelo Sr. Queiroz”²² relativa à troca de ministérios. No mesmo exemplar, há um comunicado de Domingos José Borges que, dentre outros nomes, trata de um ofício escrito por Carlos de Koseritz a respeito dos limites do município de Pelotas e o de Canguçu.

O último exemplar que encontramos em 1860 é o de 12 de dezembro, no qual seguem as discussões sobre a mudança ministerial e as intervenções do governo nas nomeações e na distribuição de cargos, ficando a cargo do Sr. Ferraz intervir e formar uma câmara temporária com homens independentes, eleitos pelo povo e sem intervenção do governo, para opor-se ao gabinete que, segundo a folha, só ansiava tirar dinheiro do povo.

Com relação ao ano de 1861²³, as informações são escassas devido a termos encontrados apenas três exemplares, sendo o primeiro de 8 de agosto. Podemos perceber algumas modificações no formato do jornal: no cabeçalho que informava o nome do editor, surge uma informação vaga “Redatores diversos” e os dados sobre assinatura e periodicidade aparecem centralizados, em postura diferente dos anos anteriores, nos quais esses dados eram diagramados de forma mais dispersa na página à direita e à esquerda; a data, antes diagramada à direita, agora é exposta de forma centralizada, acompanhada do ano e do número do exemplar; o jornal era publicado nas quartas, sextas e domingos.

No primeiro exemplar localizado, há um artigo, que constatamos ser uma continuação de artigo anterior devido à numeração, que trata da colonização,

²¹ Segundo o periódico de 19 de novembro, Domingos José de Almeida acompanharia o Barão de Mauá em visita ao Rio Piratini a fim de tratar da construção da ponte.

²² Não nos foi possível identificar melhor os motivos da polêmica devido à deterioração do jornal em face do tempo.

²³ No *Almanaque popular brasileiro para o ano de 1902*, há uma informação que não encontramos em nenhuma das fontes consultadas: Koseritz teria sido redator e proprietário de um jornal intitulado *O Jornal de Pelotas*, em 1861; periódico, entretanto, de curta duração, pois o jornalista, poucos meses após a fundação da folha, mudara-se para Rio Grande.

informando uma proposta de um deputado da Prússia que propunha suspender a imigração para o Brasil se as seguintes condições não fossem cumpridas:

1º Os casamentos mistos e de protestantes têm valor legal; 2º A sociedade de colonização fica anulada e o *governo* brasileiro incumbe-se diretamente da gestão dos negócios coloniais, banindo para sempre o sistema de parceria; 3º as questões judiciais em negócios de herança são decididas pelos consulados prussianos; 4º aos protestantes dá-se as mesmas subvenções para a edificação de igrejas e escolas, como aos católicos. (O BRADO DO SUL, 8 ago. 1861, p. 1, grifos no original)

O periódico encontra-se danificado, em virtude do tempo, e, por isso, a leitura do texto na íntegra torna-se problemática. Compreendemos que o artigo refutava algumas dessas exigências como inconcebíveis e reforçava outras, como, por exemplo, a liberdade religiosa, defendendo o Brasil das críticas proferidas na imprensa alemã acerca da imigração. Na segunda página, na sessão “Noticiário”, há referência ao jornal *O Noticiador*, que criticou o *Brado* a respeito das quatro regras, que o mesmo escreveu acerca da aula pública da Sra. Jenoveva Medeiros:

O sermão do *Noticiador*, que foi encomendado a fim de desvanecer no ânimo de alguém de Porto Alegre a impressão que pudesse produzir as nossas regras, não preencherá o seu fim, porque este mesmo *sermão* é uma prova da justeza de nossas observações: Quem não tem crime, não precisa encomendar sermões em sua defesa. Aliás argumentamos com fatos e não com palavras. (O BRADO DO SUL, 8 ago. 1861, p. 2)

O exemplar de 11 de agosto encontra-se incompleto, apresenta apenas as duas primeiras páginas, e traz uma crítica teatral que ocupa a primeira página inteira e parte da segunda que é completada por anúncios. O último exemplar localizado, de 1º de setembro, trata de um problema relacionado ao comércio: os comerciantes pelotenses pretendiam representar à Câmara Municipal uma medida a fim de que fosse revogada a ordem que obrigava as carretas a carregarem e descarregarem em Santa Bárbara, posição apoiada pelo jornal. As duas primeiras páginas do periódico são, em sua maioria, representações acerca desse assunto.

Em texto, escrito pelo pseudônimo “O Binóculo”, há polêmica com o *Diário do Rio Grande* e com *O Noticiador* que acusam às autoridades “incontestavelmente reconhecidas como honestas e imparciais, por todos os homens de bem”, o *Coruja*, apelido do *Noticiador*, acusa as autoridades de

praticarem atos arbitrários; “O Binóculo” recusa-se a tratar do *Noticiador* cuja postura é reconhecida pelos leitores de Pelotas que devotam o seu desprezo à folha, sendo ela sustentada por alguns homens políticos:

Misérias do *Diário*! Misérias do *Noticiador*!... Mísero o povo que atura essas duas caricaturas jornalísticas!

Cá por mim, como não posso me lembrar de certa gente, sem asco, paro aqui. O público conhece os nossos honrados magistrados e a eles, seja juiz nesta causa. (O BRADO DO SUL, 1º set. 1861, p. 3, grifos no original)

No jornal *Eco do Sul* de 6 de agosto de 1861, há uma transcrição de uma carta de Domingos José de Almeida a Carlos de Koseritz, publicada, segundo o jornal rio-grandino, no *Brado do Sul*, de 4 de agosto, que justifica a demora da resposta de Domingos aos insultos do Brigadeiro Portinho publicados no *Correio do Sul*:

Olaria de S. Domingos, 2 de agosto de 1861

Amigo Sr. Carlos de Koseritz

Por carta do amigo Sr. Pedro Bernardino de Moura de 26 do p. p. que hoje nessa cidade recebi, é que soube ter o Sr. BRIGADEIRO José Gomes Portinho pelo *Correio do Sul* contra mim instruído um libelo famoso e querendo eu condignamente responder-lhe, rogo-lhe o favor de ceder-me o dito *Correio do Sul*, ou de diligenciá-lo com urgência e remeter-me; porque sem vê-lo e responder, não posso dirigir-me a Porto Alegre para onde estava a partir como sabe.

A carta do Sr. P. B. de Moura com dois livros me foi entregue por um seu empregado em casa do Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcelos, estando presentes o Sr. Heliodoro de Azevedo Souza e o Sr. João Bencon, cuja carta cobria os anais da Província de S. Pedro pelo visconde de S. Leopoldo, e memórias econômica-política por Antonio José Gonçalves Chaves, que eu havia emprestado ao predito Sr. Moura quando lhe dirigi meu Comunicado impresso no *Eco* n. 110 de 16 de maio p. p. Aqui paro; e para saber-se a causa do adiamento de minha partida para a capital da província, rogo-lhe o favor de fazer estampar o presente no primeiro n. do Brado a sair, em cujo jornal sairá também o necrológio do general Bento Gonçalves da Silva, que estou redigindo, e farei esforços para ultimar e publicar antes de partir.

Disponha de

Seu velho afetuoso e obrigado amigo,

Domingos José de Almeida (ECO DO SUL, 6 ago. 1861, p. 1, grifos no original)

Domingos justifica-se, então, por não responder aos insultos, devido ao fato de não possuir um exemplar do jornal, adiando a sua partida para Porto Alegre. No trecho é evidente, não apenas a relação de amizade entre os correspondentes, mas, principalmente, o fato de ser Koseritz quem edita o jornal, sendo o outro uma espécie de colaborador.

Não encontramos mais nenhuma informação do ano de 1861. Em 1862, Koseritz passa a residir na cidade de Rio Grande, mantendo o seu trabalho como jornalista, passando a redigir a gazeta liberal *Eco do Sul*, atuando como professor do Colégio Thibaut e, posteriormente, sendo diretor de sua própria escola. Segundo Oberacker Jr., é em Rio Grande que principiam os “anos de luta pela situação social e pelo êxito” (1961, p. 23, 24).

Em 1862, “se encarrega de fazer quaisquer traduções dos idiomas alemão, inglês, francês e italiano para a língua vernácula” (ECO DO SUL, 1º fev. 1862). Também traduz novelas para serem publicadas como folhetim para o jornal *Eco do Sul*. No mesmo periódico publica uma série de artigos²⁴ intitulada *Sobre Instrução*²⁵, no período de 5 de fevereiro a 13 de março de 1862, nos quais fala de reformas na instrução, escrevendo com interesse “no país e no seu futuro”, pois “o futuro do nosso, como de todos os povos depende do desenvolvimento da Instrução, que é sacerdotisa da civilização” (ECO DO SUL, 5 fev. 1862, p. 1).

Ressalta-se nesses textos, o intuito de contribuir para o desenvolvimento do país, pois os artigos correspondem a um programa de ensino a ser adotado nas escolas particulares, abordando o papel do professor e dos pais de família, ou seja, os homens, que, segundo o autor, muitas vezes contribuem para a degradação da instrução por sua condescendência à vontade dos filhos, assim como trata do regime dos colégios e da divisão das matérias de ensino, e acerca das habilidades que julga importantes serem desenvolvidas nos alunos. O jornalista publica um “estudo histórico”, intitulado *O Jacobino*²⁶, na “Sessão de variedades” do jornal *Eco do Sul*, de 16 de março de 1862, no qual descreve os jacobinos da França, criticando-os, manifestando um posicionamento irônico, quando afirma que essa raça “preciosa sem dúvida é mil vezes melhor que qualquer canina da Escócia e da Dinamarca, ou a germânica” (ECO DO SUL, 16 mar. 1862, p. 1), palavras essas que se aproximam do que nos diz

²⁴ Essa série de artigos foi compilada, transcrita e teve sua ortografia atualizada. Vide “Anexos”, ao final deste estudo.

²⁵ Essa série de artigos é similar a que encontramos no jornal *O Brado do Sul*, de dezembro de 1859, a linguagem e alguns trechos são os mesmos, há apenas um enfoque no ensino público não abordado na série publicada em Rio Grande, o que corrobora que Koseritz continuava a ser o editor do jornal pelotense mesmo após o suposto processo sofrido em 1858.

²⁶ Esse artigo foi compilado, transcrito e teve sua ortografia atualizada. Vide “Anexos”, ao final deste estudo.

Guilhermino Cesar, quando trata de sua “preocupação de renovar os padrões dominantes, em matéria de arte e ciência, pelo combate ao predomínio do pensamento francês” (CESAR, 1960, p. 180), ou ainda de seu próprio posicionamento posterior em relação aos jesuítas²⁷.

No exemplar de 22 de fevereiro, do mesmo jornal, encontramos um anúncio de que Koseritz “dá lições de escrituração mercantil por partidas dobradas, sob condições favoráveis” (ECO DO SUL, 22 fev. 1862, p. 3), aulas que ministrava em sua casa e no Colégio São Pedro, anúncio que evidencia que o alemão exercia várias funções, a fim de subsistir, em Rio Grande.

As polêmicas não cessam com a vinda para Rio Grande. Na edição do *Eco do Sul*, de 28 de setembro de 1862, na sessão “Ao público”, por exemplo, Koseritz defende-se de acusações acerca de sua responsabilidade pelos escritos no jornal, já que por ser estrangeiro não podia ser redator do periódico:

Pela última vez repito a declaração, que sou revisor do *Eco do Sul* (...). Se respondo com estas linhas aos contínuos ataques do Sr. Telêmaco Bouliech²⁸, é porque não quero roubar glórias alheias, nem pelo meu silêncio contribuir a que sejam desvirtuados os escritos do *Eco* dando-se a paternidade a um estrangeiro, mas não respondo, porque tema as iras do comércio, que o *Comercial* diz ofendido pelo *Eco*. Nada tenho a temer, porque os escritos do *Eco* só podem honrar ao seu respectivo autor. (ECO DO SUL, 28 set. 1862, p. 2)

No *Diário do Rio Grande*, de 8 de novembro de 1863, na sessão “A pedido”, Koseritz é acusado por Querubim Correa de Araújo de corromper a juventude em seu colégio Ateneu Rio-Grandense²⁹, pois, segundo Querubim, seu filho de 10 anos, de nome Milibio, foi “no dia 6, infamemente violentado pelo SEU PRÓPRIO MESTRE, o referido Sr. Carlos de Koseritz”. O mestre teria praticado com o menino atos “ignóbeis e infames, que o respeito ao público manda calar, mas que os homens sensatos bem saberão compreendê-los!” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 8 nov. 1863, p. 3).

²⁷ Para maiores informações, consultar: KOSERITZ, Carlos von. Roma perante o século. In: GERTZ, René. (org.) *Karl von Koseritz*: seleção de textos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 147-168.

²⁸ Alfredo Ferreira Rodrigues (1890) e Guilhermino Cesar (1960) nos falam que Koseritz e Telêmaco Bouliech fundaram um colégio em Pelotas em 1856, o que pressupõe uma amizade que por algum motivo teria sido interrompida e que teria gerado o conflito na imprensa local.

²⁹ Luis Borges, em *Breviário da prosa romanesca em Pelotas* (2007, p. 86), faz alusão a essas acusações como retaliações políticas dos pais dos alunos devido aos seus ideais liberais.

O denunciante justifica que não deu queixa à polícia devido ao fato de ser conhecido na cidade e vem ao jornal tornar público o caso para pedir ao diretor da instrução primária e para as demais autoridades que “seja punido esse monstro a bem da moralidade pública”, solicitando “justiça, e só justiça” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 8 nov. 1863, p. 3). O acusador ainda afirma que não seria difícil encontrar testemunhas entre os alunos de Koseritz, deixando subentendido que o fato se estendia a outras crianças.

O *Comercial*, de 8 de novembro, publica a notícia “Imoralidade e perversão”, na qual relata as acusações de pederastia e afirma que Koseritz não conseguiu frear “seus desejos libidinosos e forçou, ao que nos dizem, um menino filho do Sr. Querubim Correa de Araújo que é seu discípulo” (O COMERCIAL, 8 nov. 1863, p. 1). O artigo do periódico apresenta um tom irônico e afirma que:

Que honesto professor! Que moralidade pode incluir em seus educandos um ente que assim tão reprovadamente procede?

E é esse homem e outros de iguais sentimentos e de iguais princípios, que se julgam habilitados a insultar a todos e a tudo que há na nossa sociedade! (O COMERCIAL, 8 nov. 1863, p. 1)

O mesmo jornal, no dia 11 de novembro de 1863, sustenta que, apesar da ordem de suspensão das aulas, Carlos de Koseritz ainda lecionava aulas no seu colégio Ateneu Rio-Grandense, pedindo a sua punição:

A ser verdade o que fica dito, como piamente acreditamos, cumpre ao Sr. inspetor da instrução pública sustentar o seu ato, fazendo castigar esse homem como desobediente das leis do país, visto não poder ele jamais funcionar em todo o Brasil como professor ou mestre de escola, apesar mesmo de haver pais que sem o *menor escrúpulo* ainda consentem que seus inocentes filhos *se eduquem* nessa aula de vícios e depravações. (O COMERCIAL, 11 nov. 1863, grifos no original)

O trecho citado ilustra não apenas a tribuna contra Koseritz, mesmo antes que o suposto processo fosse julgado, mas também que ainda havia pessoas que acreditavam na inocência do acusado, já que permitiam que seus filhos continuassem a assistir as classes ministradas por ele.

No *Diário*, do dia 9 e 10 de novembro de 1863, na sessão “Rio Grande”, há o esclarecimento de que as autoridades escolares já estavam processando Koseritz pelo crime de sodomia. A criança já havia sido interrogada e tinha apontado novas vítimas, que também inquiridas tudo confessaram (DIÁRIO DO

RIO GRANDE, 9-10 nov. 1863, p. 1); após os depoimentos, o responsável pela instrução pública já havia mandado fechar o Colégio Ateneu Rio-Grandense.

Koseritz, no jornal *Eco do Sul*, de 10 de novembro, defende-se, na sessão “A Pedido”:

Urdui-se contra mim uma intriga tão grave, que de momento é impossível destruí-la, porque um juiz, meu inimigo pessoal, espontaneamente tomou conhecimento do fato e cortou-me os meios de justificar-me perante autoridade imparcial.

Resta-me pedir ao público, que suspenda o seu juízo a respeito deste fato, até que eu tenha destruído a trama infame que contra mim foi urdida para o que disponho de todos os elementos, logo que tenha de haver-me com um juiz imparcial e alheio ao trabalho de que sou vítima.

Rio Grande, 9 de Novembro de 1863.

Carlos de Koseritz
(ECO DO SUL, 10 nov. 1863, p. 2)

No *Eco do Sul*, na sessão “A pedido”, sob o título de “Ao público”, de 12 de novembro, o acusado dá informações aos seus leitores sobre os procedimentos que tomou contra as acusações que lhe estavam sendo proferidas:

Ontem remeti para Porto Alegre ao conselho diretor da instrução pública, a minha exposição da trama que contra mim foi urdida, acompanhada de provas documentadas que justificam a minha conduta e destroem as aleivosas arguições de meus inimigos.

Quanto ao processo, que segundo me consta, fora instaurado pelo Sr. Dr. Canarim, meu público inimigo capital, sem respeito ao disposto no art. 61 do código do processo e baseado na denúncia do *Diário* de 8 do corrente, processo este que ele chama de – indagação policial –, inquirindo meninos sobre imoralidades e o que é mais, em segredo de justiça, sem eu ser notificado, quanto a este processo digo, protesto contra qualquer efeito que esse procedimento possa produzir, e peço ao público que suspenda o seu juízo por enquanto.

Rio Grande, 11 de novembro de 1863.

Carlos de Koseritz
(ECO DO SUL, 12 nov. 1863, p. 2, grifos no original)

No dia seguinte, vemos novos esclarecimentos acerca do processo na mesma sessão do *Diário do Rio Grande*: haviam sido inquiridos mais dois alunos que confirmaram tudo o que disseram os outros três meninos, e o processo “já tem matéria que horroriza” e, por esses motivos, o jornalista afirma compreender a

razão de ter sido Koseritz “expulso do colégio Thibaut”³⁰ (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 11 nov. 1863, p. 1). E trava-se nova polêmica com o jornal *Eco do Sul*:

O *Eco*, que *não fala* por dinheiro, mas que ama o vício e aborrece a virtude, tem sido o único jornal dos quatro que se publicam nesta cidade, que *esposou* a causa do pederasta!... Que moralidade! Que *honesto* pregador das *boas coisas*?... É pena que o redator do *Eco* não tenha filhos para mandá-los ao Ateneu beber as *sólidas e aproveitáveis* lições do pederasta professor. (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 11 nov. 1863, p. 1, grifos no original)

O *Comercial*, de 12 de novembro, em tons irônicos, põe em xeque a sexualidade do jornalista, acusando-o de praticar os crimes de pederastia e de sodomia:

Quando noticiamos que o *pederasta* Carlos de Koseritz ia responder a processo por ter violentado seus alunos para praticar atos de SODOMIA, empregamos bem a expressão de SODOMIA, porque não queríamos ofender a moralidade pública, servindo-nos de outro termo, certamente daqueles que o *pederasta* empregava para degradar aos pobres inocentes, cuja educação desgraçadamente lhe era confiada. Quem sabe se não gostou da expressão por ser feminina?!... (O COMERCIAL, 12 nov. 1863, p. 1, grifos no original)

No *Comercial* de 12 de novembro, na sessão “Notícias Diversas”, Koseritz é denunciado por não estar cumprindo a ordem de fechar o seu estabelecimento, tendo ministrado aula a poucos discípulos nos dias anteriores, afirmando ainda:

Não podemos determinar o que mais nos surpreende: se a audácia do DIRETOR PEDERASTA, desobedecendo ou zombando da ordem do delegado da instrução pública, ou da pouca consideração que a si próprio se dão os pais de família que consentiram que seus filhos voltassem para receberem as lições de moral, do *moralista* professor. (O COMERCIAL, 12 nov. 1863, p. 2, grifos no original)

O *Diário*, em 13 de novembro de 1863, tece novas críticas ao jornal *Eco do Sul*, porém esclarece que “não se trata de questão de imprensa com o *Eco*”, pois o fim de suas publicações era que “seja apedrejado pela opinião pública o professor *pederasta*, como homem indigno de viver entre nós” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 13 nov. 1863, p. 1).

³⁰ No *Brado do Sul* de 24 de dezembro de 1859 é anunciada a chegada do “distinto” professor à cidade de Rio Grande. Posteriormente, o jornal publica anúncios da escola particular de que Thibaut é diretor e de um livro de sua autoria: *Mapa de pronúncia francesa*.

Em 14 de novembro, talvez em resposta ao jornal *Eco do Sul*, de 11 de novembro, em que se vê o questionamento a respeito da lei que pune o crime de sodomia, há a seguinte ironia: “quem sabe se o *Diário* ou o Dr. Canarim estão formando um código especial para esse novo crime por eles qualificado?” (ECO DO SUL, 11 nov. 1863, p. 1), a pena para quem pratica sodomia é exposta no *Diário*, pela Ord. Livro 5º título 13º, § 1º:

Toda a pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia, por qualquer maneira de cometer, seja queimado e feito em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memória, e todos os seus bens sejam confiscados para a coroa de nossos reinos, posto que tenha descendentes; e pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inábeis e infames, assim como os daqueles, que cometeram crime de Lesa Majestade. (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 14 nov. 1863, p. 1)

Segundo a imprensa local, Koseritz praticou as mesmas “bandalheiras” no colégio São Pedro, porém José Vicente Thibaut, diretor do colégio, publica um anúncio³¹ no mesmo jornal e no jornal *Eco do Sul*, em 19 de novembro, no qual nega que Koseritz tenha cometido os mesmos crimes no colégio São Pedro. O periódico, no entanto, na edição seguinte, de 20 de novembro, justifica a não publicação dos depoimentos dos inquiridos no processo a fim de “pouparmos aos leitores e leitoras do *Diário* uma desagradável se não nojenta e anti-moral leitura” e vai além contrapondo o que diz o diretor do colégio, afirmando várias vezes que: “É VERDADE QUE DESPEDIU AO PROFESSOR CARLOS DE KOSERITZ POR TER PRATICADO ATOS DE IMORALIDADE EM SEU COLÉGIO!!!!” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 20 nov. 1863, p. 1, grifos no original).

No mesmo dia, há a defesa do jornal *Eco do Sul* alertando para a publicação dos depoimentos e em tom irônico defendendo Koseritz:

Um dos pregoeiros da moralidade em casa alheia, o *Diário do Rio Grande*, prometeu em seu número de ontem, publicar hoje *certas coisinhas muito bonitas*, que tem aparecido no célebre processo de averiguações *secretas*, instaurado pelo Sr. Canarim contra o Sr. Carlos de Koseritz.

Desde já presumimos que *coisinhas bonitas* serão essas, próprias daquele órgão de *moralidade*, e por isso desde já chamamos a atenção dos pais de família para o *Diário*

³¹ “Em resposta ao *Diário do Rio Grande*: O *Diário do Rio Grande* dando uma notícia, que por sua natureza poderia prejudicar ao meu estabelecimento, cumpre-me declarar que o Sr. Koseritz não praticou atos imorais nos meus alunos, e que é falso ter eu declarado em audiência a existência de tais atos nos alunos do meu colégio. José Vicente Thibaut” (ECO DO SUL, 19 nov. 1863, p. 2).

de hoje, que deve vir muito recheado de *pensamentos morais*. (ECO DO SUL, 20 nov. 1863, p. 1, grifos do original)

Após um mês da última publicação, no jornal dos dias 21 e 22 de dezembro de 1863, há a informação de que depois das acusações sofridas e do processo ao qual estava submetido, Koseritz “foi domingo próximo passado o primeiro dia que esse homem apareceu em lugar público, indo com a mulher até o Tivolly de Mr. Bernardo” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 21-22 dez. 1863, p. 1), sofrendo na saída do estabelecimento um ataque:

Ao retirar-se [do local], porém, foi ele apupado por um grande número de moleques, que há muito o trazem debaixo de vista, e o levaram a pedradas até a casa do escrivão da coletoria, onde se refugiou Koseritz das fúrias da molecada, que parecia disposta enfiá-lo pela própria casa adentro. (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 21-22 dez. 1863, p. 1)

O *Diário* defende, no jornal do dia 23 de dezembro, o delegado de polícia Henrique Bernardino Lopes Canarim das acusações do jornal *Eco do Sul*, de ter sido ele o mandante do ataque sofrido por Koseritz. O *Diário* considera os meninos, que apedrejaram o alemão, heróis e afirma terem sido eles alunos de Koseritz e, por isso, o teriam agredido. O fato foi considerado uma “brincadeira de crianças, em represália ao infame proceder daquele para com os seus alunos”, brincadeira essa que “deu no gosto de toda a população na cidade do Rio Grande” (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 23 dez. 1863, p. 1).

Aspecto interessante é que, no dia 19 de novembro, o jornal *O Comercial* denunciou que Koseritz havia fugido um dia antes do julgamento do processo, anteriormente, então, às notícias de sua presença em local público e do ataque. Teria o alemão fugido e depois retornado, retardando assim o julgamento? Vejamos as palavras do periódico:

Ontem *raspou-se* no vapor Mauá, com destino a Pelotas e de lá quem sabe para onde, o ANTROPÓFAGO Carlos de Koseritz.

Assustado com o processo, para o qual devia ser ontem notificado, o homem perdeu de todo a cabeça, e foi-se deixando intensa saudade.

É provável que não mais volte; no entanto, não tendo produzido nenhum efeito a justificação do mesmo ANTROPÓFAGO junto da diretoria geral da instrução pública, ficou o homem desapontado e fugiu, deixando ainda *suspense* o juízo do público, a quem tanto pediu para acreditar em sua inocência.

O protetor redator, em *nomine*, do *Eco* que justifique agora, se é capaz, essa vergonhosa fuga do seu *inocente* parceiro.

Essa fuga é a confissão mais sincera do crime. (O COMERCIAL, 19 nov. 1863, p. 1, grifos no original)

Como vemos as “lutas locais”, que cercavam Koseritz desde seus primeiros anos em Pelotas, agravam-se e ele é “alvo de terríveis acusações” (CARNEIRO, 1959, p. 19), como a acusação citada e, talvez por isso, o jornalista parte para Porto Alegre, em 1864, assumindo a direção da folha alemã *Deutsche Zeitung*, em 2 de julho do mesmo ano (OBERACKER JR., 1961, p. 25).

É interessante salientar que, apesar das acusações que sofreu em Rio Grande, Koseritz continuou atuando como professor, o que fica evidente em um anúncio do jornal *A Ordem*:

Carlos de Koseritz continua a dar lições particulares de alemão, francês, inglês, gramática da língua vernácula, aritmética comercial, escrituração mercantil, matemáticas, história e geografia, tanto em sua casa como em casas particulares.

Rua de Bragança n.17 esquina da Rua da Praia.

Preços: 12 lições mensais – 12\$000, 8 lições mensais -10\$000.

Reunindo mais pessoas para a mesma lição haverá abatimento proporcional. (A ORDEM, 22. jun.1865, p. 3)

Procuramos, no acervo da Biblioteca Nacional, outros jornais que tratassem das polêmicas ou exemplares complementares aos que localizamos na Biblioteca Rio-Grandense, no entanto, nas pesquisas nos raros exemplares dos jornais *O Comercial*, de 1862; *O Povo*, de 1859; *O Diário do Rio Grande* e *O Rio-Grandense*, não localizamos números que contemplassem o período em que Koseritz residiu nas cidades gaúchas de Rio Grande e Pelotas.

Pesquisamos em outros jornais brasileiros, constantes no acervo da Biblioteca Nacional, notícias que envolvessem Koseritz e sua atuação na imprensa sul-rio-grandense. *O Diário do Rio de Janeiro* mostra-se a fonte mais profícua, uma vez que mantinha um correspondente em Rio Grande que lhe resenhava os principais acontecimentos da província, na sessão “Interior”.

No dia 25 de agosto de 1862, há uma resenha que trata dos acontecimentos políticos da província e da imprensa local que, segundo o correspondente, não pode ser comparada a:

um panfleto que se publica nesta cidade com o título de *Eco do Sul*, de que é redator um alemão que veio comprometido de Pelotas onde foi espancado por detrator de nome Carlos de Koseritz, que aqui associando-se com Pedro Bernardino de Moura, tem feito da tribuna universal uma especulação imoral e desprezível, reduzindo-a a vil comércio em que o ego é pago com o preço das reputações!!... Carlos de Koseritz é o próprio ex-redator do *Brado do Sul* que se publicava em pelotas, que conforme as *conveniências do dia mudava de política!!!* É um de tantos camaleões como muitos que por aí andam. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 25 ago. 1862, p. 1, grifos no original)

O jornal da Corte reproduz o posicionamento contrário a Koseritz, destacando a sua falta de vínculo a um único partido político, crítica que o jornal *O Brado do Sul* recebeu em 1860; reafirmando o alemão como editor do jornal pelotense e do jornal rio-grandino. É interessante salientar que em 1860, o *Brado do Sul* tecia críticas ao *Diário do Rio de Janeiro*:

Como é possível que os colegas do *Diário do Rio de Janeiro* e da *Atualidade*, advoguem a causa do Partido Liberal, quando não hesitam em estampar verdadeiras blasfêmias respeito ao discurso da Coroa, apresentando-o como um miserável subterfúgio de um gabinete fraco e conservador, que pretende temporizar e como uma peça composta de ilusórias promessas de um governo, que não é senhor da situação. Não é isso uma verdadeira e deplorável cegueira? (O BRADO DO SUL, 17 jun. 1860, p. 1)

O mesmo periódico trata outra vez do nome do jornalista, quando o mesmo já residia em Porto Alegre, em 14 de março de 1865, em virtude da morte do poeta, jornalista, político e escritor Félix da Cunha Xavier (1833-1865), cujo enterro foi prestigiado por cerca de 400 pessoas, dentre as quais Koseritz discursou. O jornalista também estava presente em uma reunião ocorrida no dia 25 de fevereiro para acertarem as bases de erigir um busto em homenagem a Félix da Cunha.

O alemão é citado, na folha carioca, mais vezes após a sua transferência para Porto Alegre, o que é justificável devido ao prestígio político que o mesmo alcança na capital da província. Em 4 de outubro de 1866, por exemplo, há a notícia, retirada do jornal *O Rio-Grandense* de que Koseritz fora nomeado para o cargo de Inspetor Geral das Colônias, enquanto durasse o impedimento do titular Francisco Xavier da Cunha³². Já em 12 de janeiro de 1868, encontramos um dado interessante sobre a sua biografia: o alemão, em virtude dos serviços prestados na Guerra do Paraguai, foi naturalizado no dia 11 de janeiro de 1868.

³² O jornal *O Diário de São Paulo* transcreve um texto de Koseritz sobre a vinda ao Brasil do naturalista Agassiz em 4 de novembro de 1866.

Dado esse retificado por um documento do Ministério do Império que traz uma lista dos estrangeiros naturalizados, dentre os quais encontramos o nome de Koseritz e a data de sua naturalização.

Em 28 de fevereiro do mesmo ano, a folha publica um artigo intitulado “As colônias alemãs no sul do Brasil” defendendo a imigração dos alemães para o sul do Brasil, mais especificamente para Santa Catarina e para o Rio Grande do Sul, destacando o nome de Koseritz, dentre os imigrantes, como representante da imprensa alemã. Já em 27 de maio de 1870, trata de uma apelação a Carlos de Koseritz por injúrias verbais, o alemão defende-se das acusações julgando “ser tal processo um fruto da situação, pois é mister trancar-se a única liberdade, que ainda tem o Brasil, a de imprensa” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 27 mai. 1870, p. 2); o correspondente da folha carioca critica o apelo do advogado do acusado pela liberdade de imprensa e afirma que o mesmo fora condenado, trazendo um breve histórico do “criminoso”:

De origem alemã, naturalizado brasileiro, dedicou-se ao Partido Liberal desde que o Dr. Costa Pinto demitiu-o de intérprete da colonização por não justificar o emprego de certas quantias que lhe foram entregues para serviços a seu cargo, e de que até hoje não prestou contas! Fazendo-se advogado dos alemães nesta província, e unido à redação da *Reforma*, é celebre Koseritz pelo desabrimento com que fala de todas as instituições do país e de nossas mais circunspectas autoridades. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 27 mai. 1870, p. 2)

O texto trata da proteção que, supostamente, os liberais concediam ao alemão, que já havia embolsado alguns contos de réis, sendo que ele deveria ser condenado na esfera administrativa e preso pela polícia. As polêmicas envolvendo o nome do jornalista e as acusações sobre corrupção (seja de costumes, seja de emprego indevido de dinheiro público) continuam em Porto Alegre, e um dos principais jornais da Corte volta a tratar Koseritz sem o polimento manifestado em meados da década de sessenta.

Em 15 de dezembro de 1871 há menção ao *Resumo de economia nacional*, do qual vemos as seguintes considerações: “posto que o autor denomine um simples ensaio, todavia seu merecimento é notável precisamente pelo fato de ser fazer ali aplicação da ciência às circunstâncias atuais de nosso Império. O livro do Sr. Koseritz é um livro útil.” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 15 dez. 1871, p. 1); há, então, uma reconciliação com o nome e com os escritos do alemão. Outro exemplar, de 11 de novembro de 1874, trata da nomeação do

jornalista para compor a comissão que iria dirigir a exposição provincial, notícia também publicada pelo *Jornal de Recife*.

Em 30 de outubro de 1876 a folha relata um desentendimento entre Cunha Bittencourt e Carlos von Koseritz, ambos do Partido Conservador, devido a um desacordo em relação à organização da lista ou chapa para deputados provinciais; o periódico lamenta essa desavença entre pessoas que ocupam posição tão importante no cenário político da província.

O *Jornal de Recife* também faz muitas referências ao nome de Koseritz, como Agente Intérprete da Colonização, no ano de 1868; em 20 de janeiro de 1869, a folha destaca o papel do jornalista como defensor da colonização nas folhas que redigia em língua alemã no Brasil e como correspondente de vários jornais alemães, defendendo-o de polêmicas com “Sturz” que criticava a imigração para o Brasil, fazendo propaganda para que os imigrantes fossem para a Região do Prata, a mesma defesa é realizada pelo jornal *O despertador*, publicado no Desterro, que elogia o engajamento de Koseritz na imigração de alemães para o Brasil, através de seus escritos na *Gazeta Universal de Emigração*.

Em 2 de julho de 1869, há a notícia de que “fora demitido Carlos Koseritz do lugar de agente da colonização da mesma província, e mandado responsabilizar-se pelo crime de peculato”³³ (JORNAL DE RECIFE, 2 jul. 1869, p. 1); em 1881, seu nome é citado em virtude da nomeação como presidente numa reunião entre alemães e teuto-brasileiros em prol de uma reforma eleitoral que possibilitasse direitos iguais aos acatólicos e em virtude dos artefatos pré-históricos colecionados por Koseritz; além de outros textos conclamando o jornalista pelo seu trabalho em prol da colonização alemã.

A folha de Recife aponta para um novo atentado sofrido por Koseritz, em Porto Alegre, reproduzindo, em 15 de setembro de 1877, a notícia do *Jornal do Comércio*: o alemão e um amigo foram atacados a pauladas, após saírem da Maçonaria, por dois homens que foram afugentados pela pistola de Koseritz; a mesma notícia é apresentada no jornal *O despertador*, de 28 de agosto do mesmo ano.

³³ O jornal carioca *Opinião Liberal*, de 28 de janeiro de 1869, também divulga a notícia da demissão e da responsabilidade por crime de peculato.

Em 1º de maio de 1883, o jornal destaca mais uma nomeação ao colega: “consta-nos que para substituir o Sr. Barão de Guimarães na diretoria do comércio da Secretaria da Agricultura será nomeado o Sr. Karl von Koseritz” (JORNAL DE RECIFE, 1º mai. 1883, p. 2), destacando as suas outras funções: redator e proprietário da *Gazeta de Porto Alegre* e do *Deutsche Zeitung* e deputado provincial do Rio Grande do Sul. Como vemos o nome do jornalista já é redigido em alemão, em oposição ao período em estudo nesta pesquisa, devido ao germanismo já evidente nos seus escritos e no jornal que reproduz a notícia.

O jornal pernambucano transcreve um texto escrito por Koseritz, publicado na *Gazeta de Porto Alegre*, no período em que o mesmo visitava a Corte, mais tarde compilado no livro célebre *Imagens do Brasil*, em 26 de agosto de 1883. Há uma publicação um tanto curiosa, em 25 de outubro de 1883, afirmando que o alemão seria condecorado com a ordem da rosa, mas que o Imperador, em virtude de alguns escritos do jornalista, não teria assinado o decreto.

O periódico relata em vários números os feitos de Koseritz em prol dos alemães, as honrarias que o mesmo recebera em meio aos serviços prestados, sempre destacando de forma positiva o trabalho do jornalista, defendendo as suas ideias e a sua conduta³⁴, além de transcrever textos de sua autoria e vinculá-lo à figura de Tobias Barreto. Ademais, a repressão aos escritos do jornalista, o fechamento dos seus jornais e a prisão em Pedras Brancas são noticiadas pela folha no decorrer de 1890, tratando, inclusive de sua morte, em número publicado no dia 10 de junho de 1890, no qual o seu papel como pensador e a sua contribuição para as letras e para a ciência brasileira são destacadas. No dia 19 de junho, há um texto, redigido por Leopoldo de Freitas, que traz dados biográficos do alemão reafirmando a sua importância para o país.

Carlos von Koseritz ainda é lembrado pelo periódico após a sua morte como ocorre, por exemplo, em um anúncio venda de seu romance *Laura, também um perfil de mulher*, em 1894 e na transcrição de uma quadra compilada por ele, republicada em 1905. Outra obra do autor é anunciada no jornal *O despertador*,

³⁴ Fazemos um relato breve do prestígio de Koseritz na folha pernambucana devido a esse trabalho não estar centrado no período em que o alemão viveu na cidade de Porto Alegre e no seu trabalho em prol dos alemães.

de 3 de novembro de 1871: *Roma perante o século*, o mesmo jornal traz mais um anúncio sobre a sua obra, mais especificamente de um Almanaque do ano de 1874:

Foi publicado o – a Almanaque de Koseritz – para o ano de 1874. É escrito em alemão e no mesmo aparecem muitas notas e artigos interessantes, tendo no fim uma sessão de anúncios.

No mesmo almanaque nota-se um romance, da hábil pena do Sr. Koseritz, cuja ação é passada numa das colônias desta província. Aos alemães de Santa Catarina recomendamos tão útil obra. (O DESPERTADOR, 21 out. 1873, p. 2)

Outro jornal que faz menção ao nome de Koseritz é o *Publicador Maranhense*, que anuncia a venda do periódico *Deutsche Zeitung* em 22 de janeiro de 1866; trata do espancamento, já relatado em outros jornais, em 25 de setembro de 1877; ressalta o importante papel do alemão para a imigração em 18 de abril de 1880; e traz alguns relatos sobre a Exposição Provincial, da qual o alemão era um dos encarregados, em 21 de novembro de 1880.

Carlos de Koseritz foi, então, uma figura muito polêmica, alvo de acusações em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, como os jornais pesquisados evidenciam. Da mesma forma, os periódicos que redigiu ou que colaborou mantêm uma postura combativa em oposição às folhas locais.

A imprensa sul-rio-grandense, no período, mantinha uma postura político-partidária, mas, muitas vezes, arremetia-se para o “sensacionalismo” com a exposição de ofensas, calúnias, defesas, que transcendiam a esfera do jornalismo sério. Koseritz não assinou nenhum texto no jornal *O Brado do Sul*, talvez em virtude do processo judicial que sofrera; já em Rio Grande, assina artigos críticos e textos literários.

A exposição que encetamos neste ensaio, apesar de exaustiva, busca elucidar as polêmicas entre os jornais locais, como uma forma de estudo da realidade do interior da província que, apesar de sua distância da capital, constituía o segundo distrito eleitoral e abarcava o maior número de eleitores da província, o que enfatiza o poder aquisitivo dos habitantes de Rio Grande e de Pelotas e a sua erudição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reiluminação do período biográfico esquecido de Carlos de Koseritz, assim como a elucidação das polêmicas que circundavam a imprensa sul-rio-grandense do século XIX caracterizam-se como uma busca de compreensão do nosso passado através de um dos meios mais salutares para a pesquisa de cunho historiográfico, o jornal.

Retornar a esse passado, através dos periódicos, encaminha-nos para o estudo de fontes primárias, há muito desaparecidas, e nos faz ensaiar um posicionamento perante a história da imprensa no Brasil. O trabalho com essas fontes ainda propicia, segundo Fávero:

No trabalho com as fontes aprendemos também que, quando penetramos num arquivo, dialogamos com os documentos, conseguimos compreender o não dito ou aquilo que foi esquecido ou silenciado: há uma sensação de descoberta e de fascínio. Compreendemos ainda que os arquivos não guardam apenas desejos, aspirações e sonhos indivisíveis: são relações de força que aí detinham o poder. (FAVERO, 2000, p. 105)

A pesquisa nessas fontes possibilita a inclusão de dados sobre a imprensa desconhecidos e adormecidos no acervo de bibliotecas públicas e privadas, como ocorre com o *corpus* deste trabalho, já que o mesmo estava “esquecido” no acervo da Biblioteca Nacional. As informações que encontramos sobre o jornal *O Brado do Sul*, por exemplo, eram sumárias e insuficientes, aspecto esse que buscamos reparar ao longo deste estudo.

Os principais acontecimentos, no Brasil, a partir do oitocentos, foram divulgados e, muitas vezes, ocasionados pela palavra dos intelectuais na imprensa diária em todo o Império; jornalismo, política e história mesclam-se nas folhas que são a tribuna na qual os rumos da política brasileira eram decididos. Os periódicos sul-rio-grandenses mantêm uma relação muito evidente com a política; as folhas na Província também eram utilizadas como tribuna para discussão de disputas políticas entre conservadores e liberais, com polêmicas que extravasavam o partidarismo por meio de acusações, de difamações, de problemas pessoais entre os representantes do governo e a oposição.

Koseritz, ao longo de toda a sua carreira, escreveu jornalismo político-partidário e em seus anos de formação, nas cidades de Rio Grande e Pelotas, lutou contra o conservadorismo dos provincianos, através da imprensa, o que ocasionou as inúmeras represálias que sofreu: as acusações de plágio, de pederastia, de sodomia, os espancamentos, o apedrejamento, etc.

A postura combativa do alemão, segundo Rüdiger, foi uma das primeiras expressões do jornalismo voltado para a política, as denúncias e as críticas que fazia no jornal *O Brado do Sul*, em Pelotas, repercutiam em Rio Grande, e as folhas conservadoras e liberais dos dois municípios uniam-se às suas semelhantes contra ou a favor a Koseritz. A ascensão do jornalista para a carreira política, em Porto Alegre, deu-se na imprensa, em seus artigos em língua portuguesa e em língua alemã e o seu discurso influenciou os seus compatriotas e os brasileiros.

O alemão não mantinha um vínculo fixo a um partido e adequava seus escritos ao posicionamento dos provincianos, por isso, muitas vezes, escreveu valendo-se de preceitos religiosos nos quais não acreditava, e até mesmo transitou entre os partidos Conservador e Liberal em prol das ideias que defendia. Guilhermino César trata dessa oscilação, nos seguintes termos:

Nem ele mesmo poderia responder pela coerência de suas ideias. Decerto que as tinha, cambiantes e variadas, mais para uso externo, ao que nos diz o temperamento buliçoso do grande extrovertido. Justamente por isso teve renome e influência. Num meio ainda inculto, tais contradições não eram levadas em conta. O que aí se apreciava – o brilho das ideias, o jogo das antíteses – não faltou a Carlos von Koseritz. Daí a sedução que exerceu, por longos anos, no Rio Grande do Sul. Para os intelectuais nativos, o publicista parecia o mensageiro mais autorizado de todo o saber europeu; para os habitantes da região colonial alemã, católicos ou protestantes, era o patrício que lhes falava, na língua de origem, de coisas inatingíveis ou simplesmente pitorescas (CESAR, 2006, p. 269).

Acreditamos, entretanto, que Koseritz era coerente aos ideais que acreditava em prol do desenvolvimento do Brasil, se o seu posicionamento oscilava era justamente para ser acessível ao público leitor cujo pensamento era conservador. Essa adequação pode ser constatada no artigo *Roma perante o século*³⁵ (1871), no qual Koseritz critica ferozmente a alta cúpula do Clero

³⁵ O jornal *Correio do Povo*, de 18 de fevereiro de 2013, publicou uma cronologia desse dia em outros anos, no qual consta a seguinte informação: “1872: Nas diversas igrejas da Capital é lida a pastoral do bispo dom Sebastião, excomungando o livro do escritor Carlos von Koseritz –

(papas, bispos e, principalmente, os jesuítas), mantendo um posicionamento católico, desaprovando apenas os executores do poder na Igreja e não a instituição e o evangelho. Ao final do artigo, em um parêntese, justificando alguma crítica devido à suposta incoerência de seu “cristianismo”, o jornalista dá um esclarecimento, mostrando que se utilizou do Evangelho e do conceito de revelação divina apenas como uma hipótese para demonstrar ao público brasileiro, católico em sua maioria, a falsidade dos princípios jesuítas. E acrescenta que:

se tivéssemos feito o contrário e declarado desde o início que todo o mito bíblico e cristão só tem valor histórico-cultural para nós, os nossos artigos teriam provocado desde o início indignação entre espíritos bitolados e nós provavelmente não teríamos alcançado nosso objetivo de fazer campanha contra os jesuítas. (KOSERITZ, 1871, apud GERTZ, 1999, p. 164)

Se no período em que vivia em Porto Alegre, no qual já estava consagrado, Koseritz ainda mantém o seu posicionamento velado para poder conscientizar os seus leitores, por que o mesmo adotaria uma postura diferente em seus primeiros anos como jornalista nas cidades do interior?

Este estudo evidencia, então, os anos de formação do jornalismo sul-riograndense, após o período da Revolução Farroupilha, e a formação do imigrante alemão como intelectual, jornalista, romancista, tipógrafo, professor, etc. O sucesso que Koseritz obteve em Porto Alegre e a sua consagração como representante dos alemães e como divulgador de doutrinas em voga na Europa, como o germanismo, em conjunto a Tobias Barreto e Silvio Romero, são iniciados na imprensa do interior da Província, os dados que elencamos ajudam a compreender os primeiros anos no Brasil de uma figura representativa para o jornalismo, para a política e para as letras no Rio Grande do Sul.

O alemão valeu-se dos periódicos para promover as reformas políticas que ansiava a fim de ampliar os direitos de seus compatriotas no Rio Grande do Sul, no período em que viveu em Porto Alegre, mas, de forma menos reconhecida pelos estudiosos de sua obra, valeu-se dos jornais, nas cidades

Roma perante o século –, por ser ‘um livro ímpio, herético, imoral, escandaloso e perniciosíssimo’.

de Rio Grande e Pelotas, para promover a cultura, a instrução, a literatura e a política como veículos de transformação da sociedade.

Não podemos ignorar que os escritos do jornalista, em sua totalidade, evidenciam um intuito de contribuir para o desenvolvimento da pátria adotiva, seja através das discussões acerca da política local, seja por meio de promover reformas na educação, seja através da tradução e da escrita de obras literárias e de artigos científicos.

Ademais, esta pesquisa retifica apreciações equivocadas a respeito do trabalho de Koseritz na imprensa e de suas ideias, como, por exemplo, o de Nelson Werneck Sodré que afirma que o alemão, em seus relatos no livro *Imagens do Brasil*, não compreendia “a combatividade da imprensa reformista da Corte e a sua aproximação com o gosto popular, caracterizada principalmente nas publicações ilustradas, cuja irreverência era notória” (SODRÉ, 1999, p. 233). Na verdade, Koseritz compreendia a posição combativa, inclusive porque a praticava, como demonstramos neste estudo, o que ele criticava era a exposição humorística da vida privada de personalidades como Don Pedro II, o que depreciava também na imprensa sul-rio-grandense.

Os livros que tratam da imprensa no Rio Grande do Sul ecoam o senso-comum, sem ater-se à relevância de Koseritz e de seu trabalho como jornalista nos primeiros anos que viveu no Brasil, divulgando, muitas vezes, dados conflitantes e errôneos. Sérgio Roberto Dillenburg (1987) equivoca-se, por exemplo, sobre o nome completo de Koseritz; Mário Osório de Magalhães, Oberacker Jr., Guilhermino Cesar, dentre outros, tratam de um espancamento sofrido pelo jornalista, sem citar as fontes de que se valeram, informações essas apresentadas no presente ensaio.

Algumas lacunas deixadas pelos estudiosos de sua obra permanecem com este estudo, uma vez que não conseguimos esclarecer se o processo movido contra Koseritz, citado por Magalhães, e o processo movido por ele contra o jornal *O Noticiador*, do qual possuímos uma cópia digitalizada, são, na verdade, um único processo, ou se houveram dois processos com os mesmos envolvidos; dado esse de difícil elucidação em virtude de não havermos encontrado outros processos judiciais que tratassem dessa problemática.

Além disso, encontramos algumas informações que não nos propúnhamos a localizar como a data de naturalização de Koseritz, a notícia do espancamento sofrido em Porto Alegre, não divulgado pelos seus biógrafos, e o grande número de referências ao nome do jornalista em outros periódicos do país, a maioria deles de um período posterior ao analisado, mas que transcrevemos aqui como forma de divulgar essas informações para outros pesquisadores da obra do alemão.

Em virtude do exposto, torna-se claro que a imprensa sul-rio-grandense, mais especificamente no interior da Província, mantinha, em meados do século XIX, um jornalismo político-partidário, no qual representantes dos partidos Liberal e Conservador digladiavam-se em prol da conquista da opinião pública. Os periódicos eram tribunas dos políticos locais, o que gerava os conflitos entre os redatores, suas amizades e inimizades. Como Rio Grande e Pelotas compunham o 2º distrito eleitoral da Província, possuindo o maior número de eleitores, a campanha política nas folhas era fundamental para o sucesso/insucesso nas urnas.

Koseritz assumiu o papel de defensor de uma política voltada para as ideias de forma mais velada nos jornais *O Brado do Sul* e *Eco do Sul*, valendo-se de seu nome e de seu prestígio nas folhas porto-alegrenses para abordar seus eleitores, por isso Francisco Rüdiger destaca o seu papel importante nesse jornalismo voltado para a política.

Portanto, com algumas conclusões, algumas ausências e algumas dúvidas, a pesquisa realizada com o apoio da Biblioteca Nacional mostra-se como um acréscimo aos estudos já realizados sobre Koseritz, tendo consciência de que outros podem e devem ser realizados.

REFERÊNCIAS:

BIBLIOGRAFIA:

ALMANAQUE POPULAR BRASILEIRO PARA O ANO DE 1902. Pelotas: Echenique, Irmãos & Cia. – Livraria Universal, 1901.

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Porto Alegre: PUCRS, 1998.

ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editores Gundlach & Cia., Livreiros, 1890.

ASSIS, Machado de. *O jornal e o Livro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Literatura e crítica na imprensa do Rio Grande do Sul; 1868 a 1880*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1982.

_____. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

BELLOMO, Harry Rodrigues. *Os barões assinalados. A presença da realeza e da nobreza no RS*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

BORGES, Luis. *Breviário da prosa romanesca em Pelotas*. Subsídios para uma história literária. Vol. 1. Pelotas: JC Alfarrábios, 2007.

CARLOS VON KOSERITZ. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social, 1996.

CARNEIRO, José Fernando. *Karl Von Koseritz*. Porto Alegre: IEL, 1959.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. 3º ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; CORAG, 2006.

_____. *Carlos von Koseritz*. In: Fundamentos da cultura Rio-Grandense. 3 volumes. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1954-1960.

_____. *Koseritz e o naturalismo*. Porto Alegre: Revista Organon nº 12 da faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1968.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: FBN, 2001.

DELGADO, Luiz. *Gestos e vozes de Pernambuco*. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DILLENBURG, Sérgio. *Carlos von Koseritz*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa: IEL: Corag, 1998.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Pesquisa, memória e documentação: desafios de novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GERTZ, René. (org.) *Karl von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

GRÜTZMANN, Imgart. Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890). *História Unisinos*11(1): 123-133, Janeiro/Abril 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_historia/vol11n1/np04_gutzrev.pdf> Acesso em 9 out. 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HESSEL, Lothar F. *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre: Flama/IEL, 1976.

KOSERITZ, Carlos de. *Resumo de História Universal*. Pelotas: Tipografia de Luis José de Campos, 1856.

_____. Um drama no mar. *Eco do Sul*. Rio Grande, 11 out. a 4 nov. de 1862.

_____. *Laura: também um perfil de mulher*. Rio Grande: Tipografia J. J. R. da Silva, 1875.

_____. *A donzela de Veneza*. Pelotas: Tipografia Comercial, 1859.

_____. Sobre instrução. *Eco do Sul*, Rio Grande, fev./13 mar., 1862.

- _____. O Jacobino. *Eco do Sul*, Rio Grande, 16 mar., 1862.
- _____. *Resumo de economia nacional*. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1870.
- _____. Ao leitor. In: TAVEIRA JUNIOR, Bernardo. *Poesias alemãs*. Porto Alegre: Tipografia do Deutsche Zeitung, 1875. p. III-VIII
- _____. Juízo do Sr. Carlos de Koseritz. In: SIQUEIRA, Clarinda da Costa. *Poesias*. Pelotas: Livraria Americana, 1881. p. 133-140
- _____. *Alfredo d'Escragno Taunay: esboço característico*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger e Filhos, 1886.
- _____. *Imagens do Brasil*. Tradução de Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo: Livraria Martins, 1943.
- _____. A terra e o homem à luz da moderna ciência. In: GERTZ, René (org.). *Karl von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 17-86
- MAGALHÃES, Mário Osório de. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)*. Pelotas: UFPEL: co-edição Livraria Mundial, 1993.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978.
- MELLO, Juliane Cardozo de. *Carlos de Koseritz: reiluminando sua biografia e suas obras românticas esquecidas*. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) Instituto de Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013.
- MENESES, Raimundo. *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1978.
- NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul – 1823/2002*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- OBERACKER, Carlos H. *Carlos Von Koseritz*. São Paulo: Anhambi, 1961.
- RELATÓRIO DO ANO DE 1868 APRESENTADO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Ministério do Império, 1869.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. V I-II. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Livraria Americana, 1881.

_____. *Almanaque Literário e estatístico do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Livraria Americana, 1901.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. 3º ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SCHREINER, Renate. *Entre ficção e realidade: a imagem do imigrante alemão na literatura do Rio Grande do Sul*. Lajeado, Santa Cruz do Sul: FATES, UNISC, 1996.

SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil*. 2ª ed. Tradução de Martin N. Dreher. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

SILVA, Isabel Corrêa da. *O Espelho Fraternal: o lugar do Brasil no discurso político do republicanismo português (c. 1889 – c. 1914)*. Disponível em: <<http://www.espea.iel.unicamp.br>> Acesso em: 1º nov. 2014.

SILVA, Jandira M. M. (Org.). *Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VAZ, Artur Emílio Alarcon; MELLO, Juliane Cardozo de. *Carlos von Koseritz: novelas*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: CORAG, 2013.

PERIÓDICOS:

BRADO DO SUL, O. Pelotas, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1859.

BRADO DO SUL, O. Pelotas, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1860.

BRADO DO SUL, O. Pelotas, 8 de agosto de 1861.

BRADO DO SUL, O. Pelotas, 11 de agosto de 1861.

BRADO DO SUL, O. Pelotas, 1º de setembro de 1861.

COMERCIAL, O. Rio Grande, 8 de novembro de 1863.

COMERCIAL, O. Rio Grande, 12 de novembro de 1863.

COMERCIAL, O. Rio Grande, 19 de novembro de 1863.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2013.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1858.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1858.

DESPERTADOR, O. São Luiz, 21 de outubro de 1873.

DESPERTADOR, O. São Luiz, 28 de agosto de 1877.

DIÁRIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 15 de dezembro de 1865.

DIÁRIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 4 de novembro de 1866.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1862.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 14 de março de 1865.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1865.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1866.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1868.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1868.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1870.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1871.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1874.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1876.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 14 de fevereiro de 1860.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 18 de fevereiro de 1860.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 22 de fevereiro de 1860.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 26 de fevereiro de 1860.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 29 de fevereiro de 1860.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 8 de novembro de 1863.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 9 e 10 de novembro de 1863.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 11 de novembro de 1863.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 12 de novembro de 1863.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 13 de novembro de 1863.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 14 de novembro de 1863.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 20 de novembro de 1863.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 21 e 22 de dezembro de 1863.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 23 de dezembro de 1863.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 19 de junho de 1878.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 6 de julho de 1889.

ECO DO SUL. Rio Grande, 1º de fevereiro de 1862.

ECO DO SUL. Rio Grande, 4 de fevereiro de 1862.

ECO DO SUL. Rio Grande, 22 de fevereiro de 1862.

ECO DO SUL. Rio Grande, 28 de setembro de 1862.

ECO DO SUL. Rio Grande, 9 de outubro de 1862.

ECO DO SUL. Rio Grande, 10 de outubro de 1862.

ECO DO SUL. Rio Grande, 11 de outubro de 1862.

ECO DO SUL. Rio Grande, 12 de outubro de 1862.

ECO DO SUL. Rio Grande, 9 de novembro de 1862.

ECO DO SUL. Rio Grande, 12 de novembro de 1863.

ECO DO SUL. Rio Grande, 19 de novembro de 1863.

ECO DO SUL. Rio Grande, 20 de novembro de 1863.

JORNAL DE RECIFE. Recife, 20 de janeiro de 1869.

JORNAL DE RECIFE. Recife, 2 de julho de 1869.

JORNAL DE RECIFE. Recife, 15 de setembro de 1877.

JORNAL DE RECIFE. Recife, 1º de maio 1883.

JORNAL DE RECIFE. Recife, 26 de agosto de 1883.

JORNAL DE RECIFE. Recife, 25 de outubro de 1883.

JORNAL DE ANÚNCIOS. Pelotas, 1º de março de 1859.

NOTICIADOR, O. Pelotas, 7 de agosto de 1858.

NOTICIADOR, O. Pelotas, 11 de agosto de 1858:

NOTICIADOR, O. Pelotas, 22 de fevereiro de 1860.

NOTICIADOR, O. Pelotas, 25 de fevereiro de 1860.

NOTICIADOR, O Pelotas, 26 de fevereiro de 1860.

NOTICIADOR, O. Pelotas, 29 de fevereiro de 1860.

OPINIÃO LIBERAL. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1869.

ORDEM, A. Porto Alegre, 22 de junho de 1865.

PUBLICADOR MARANHENSE. São Luiz, 22 de janeiro de 1866.

PUBLICADOR MARANHENSE. São Luiz, 25 de setembro de 1877.

PUBLICADOR MARANHENSE. São Luiz, 18 de abril de 1880.

PUBLICADOR MARANHENSE. São Luiz, 21 de novembro de 1880.

ANEXOS

ANEXO A: O JACOBINO³⁶

Estudo Histórico

³⁶ Esse artigo foi publicado na "Sessão de variedades" do jornal *Eco do Sul*, de 16 de março de 1862.

Na época em que a França sofria o horrível jogo do terrorismo, desse filho degenerado da liberdade, deram-se, como é natural em tempos anormais, muitos fatos singulares e apareceram muitos caracteres de indivíduos e corporações, que ao homem pensador oferecem tipos raros e objetos dignos de estudo.

Uma dessas classes da sociedade francesa de então, mais dignas de um atento estudo, é sem dúvida a dos *Jacobinos*, esse clã de cujo seio surgiu Robespierre³⁷, Danton³⁸ e Marat³⁹, em cujos princípios comungaram Philippe Egalité⁴⁰, o renegado filho da casa real, Saint Juste⁴¹, o terrível filho do povo, e tantos outros que foram o terror da França e a execração – como regicidas que eram – a Europa inteira.

Dirão os leitores que vamos entretê-los com [...] ⁴² graças às obras da História Universal, que possuem, e aos muitos romances que anualmente se publicam, servindo-lhes de tema as cenas de horror dos anos do *terrorismo* na França.

Mas tal não é a nossa intenção – abandonando a origem primitiva do nome Jacobino e seus primeiros representantes em França – vamos encarar os *Jacobinos* da atual sociedade, porque essa raça *preciosa* sem dúvida é mil vezes melhor que qualquer canina da Escócia e da Dinamarca, ou germânica, tem resistido à influência do tempo que da superfície da terra tem varrido a maior parte das instituições antigas.

O *Jacobino* de nossa sociedade é o irmão mais moço do Jesuíta, mas por ser mais moço não é menos perigoso, nem menos falso e fementido.

O *Jacobino* é o pirata de nossa sociedade, que em contínuo curso contra a honestidade, a virtude e a nobreza de alma, navega sob falsas bandeiras, içando no seu mastro o pavilhão do decoro, da moralidade e da independência,

³⁷ Referência a Maximilien de Robespierre (1758-1794), advogado e político francês, cuja atuação foi fundamental durante a Revolução Francesa.

³⁸ Georges Jacques Danton (1759-1794), advogado e político francês, que se destacou no período inicial da Revolução Francesa.

³⁹ Jean-Paul Marat (1743-1793), jornalista e político de destaque durante a Revolução Francesa.

⁴⁰ Louis Philippe Joseph d'Orléans (1747-1793), também chamado Philippe Égalité, devido às suas opções políticas liberais e jacobinas. O Duque d'Orléans foi um dos grandes apoiadores da Revolução Francesa.

⁴¹ Louis-Antoine de Saint-Just (1767-1794), literato, pensador e político, cujo discurso, a favor da execução de Luis XVI, foi determinante para a queda do monarca.

⁴² Trecho ininteligível no jornal.

quando de fato lhe pertence a bandeira negra do mercantilismo, da imoralidade, da crápula e do vício.

O *Jacobino* de hoje, o *Jacobino* de nossa sociedade, já não usa do boné frígido nem de linho de cor problemática, ao contrário eles se disfarçam debaixo de roupas iguais as de todos, usam de chapéu a cilindro e frequentemente de – cangalhas no nariz –.

O *Jacobino* tem talentos sociais, sabe agradar e dar mel aos beiços dos pios; debaixo de um certo ar de bonomia, que muito a propósito sabe tomar, disfarça a sua falsidade e com a mesma mão, com que hoje vos faz carícias, amanhã vos enterrará o punhal do insulto e da calúnia; mas prudente e vivo, como é, ao passo que assim pratica, arroga-se a si o decoro, a perfectibilidade e a moralidade, atribuindo aos outros a venalidade, o mercantilismo e o vício, para cujo fim se desfaz do que lhe pertence e toma o que é do próximo, apoiando sobre seus princípios de *Jacobino*, que não admitem diferença entre o *meu* e *teu*, e estipularam que a *propriedade é roubo*.

O *Jacobino*, entusiasmando-se, às vezes, com seus amontoados de sofismas, para melhor iludir o povo, toma as vezes ares de profeta inspirado, e depois de haver-se tecido os maiores elogios a si, e dado tudo quanto há de ruim para os outros, repete uma exclamação profética de qualquer escritor célebre à laia de efeito dramático, com que angaria o apoio e a simpatia de outros *Jacobinos* da mesma espécie, outrora habitando lugares distantes.

Mas o maior defeito do *Jacobino* da sociedade atual é a sua *vaidade*, no que se assemelha perfeitamente ao modelo do chefe dos *Jacobinos* de 1792, ao vaidoso advogado de Arras, que depois foi o terrível, mas sempre ainda vaidoso Robespierre, cujo nome foi traçado em letras de sangue no livro da História Universal.

A vaidade e o desejo de figurar e distinguir-se arrastou Robespierre, aliás, um homem cuja existência podia ter sido útil à sociedade, a todos os seus crimes e o tornou execrado por todos os séculos; a vaidade é também o maior defeito do atual *Jacobino* que tendo de ordinário talento e facilidade para adquirir no seu gabinete os conhecimentos que não possui, podia ter uma existência útil à sociedade, podia ser estimado e querido por todos.

Mas a maldita *vaidade*, esse pecado original dos *Jacobinos*, o arrasta a contínuas imprudências e o torna odiado, roubando-lhe ao mesmo passo o tempo, que devia mais vantajosamente aplicar.

Achando alguns papalvos que nada entendem, mas que costumam tomar ares de sábios e que lhe deem mel aos beijos, prodigando-lhe elogios a queima roupa, chamando-o de espirituoso e dizendo-lhe que as suas *obras* têm um *aroma* especial e inevitável, ensoberbece o nosso pedante que toma aos seus próprios olhos proporções gigantescas e, apoiado sobre o tal *aroma* de suas *obras*, de que tanto gostam os seus anfitriões, julga-se um portento, um gigante literário, um homem invencível, um segundo Bayard não de espada, mas de pena na mão e sempre arrastado pelo seu louco orgulho e pueril vaidade, pense que com as setas de seu *espírito ático* (cuidado com [...]) consegue matar todos que lhe resistem.

Triste ilusão!

Com tudo isso não consegue o *Jacobino* mais que ter ares de Mata-mouros literária, de Dom Quixote de la Mancha – e meter pena e compaixão àqueles que julgou atemorizar e que, quando afinal lhes faltar a paciência e queiram usar das mesmas armas, não só o podem combater, mas até aniquilar e reduzir ao nada, de que surgiu, graças ao incenso que os seus anfitriões lhe queimam e a sua facilmente inflamável vaidade, que é, como já o disse, o pecado original do *Jacobino*.

C. K.

ANEXO B: Sobre instrução⁴³

⁴³ Essa série de artigos foi publicada no jornal *Eco do Sul* de 5 de fevereiro a 13 de março de 1862.

No nosso país, quase que diariamente, lemos nos Jornais artigos sobre Instrução. Não há um escritor, não há um professor verdadeiro ou intitulado, que não tenha por mais de uma vez exibido em público e em linguagem mais ou menos patética, as mais belas teorias sobre o vasto campo que ainda hoje nos ocupa.

À primeira vista, parece pois que numa terra onde anualmente se enchem folhas e folhas com teorias sobre Instrução, ao passo que esta na prática continua sempre atrasada, é rolar o rochedo da fábula, voltar ainda ao mesmo assunto.

Mas não – desses escritos que por aí formigam – poucos são os que sejam dignos do assunto.

Uns erram no seu caminho, porque são escritos de pessoas não profissionais e tal matéria só pode ser julgada por profissional; outros, embora filhos das lucubrações de supostos professores, não servem se não para ridicularizarem a imprensa e a classe dos professores, porque atestam solenemente a completa incapacidade dos seus autores, que, por vergonha e desgraça nossa, encontram especuladores, que os empregam como professores.

De todos que escrevem sobre Instrução, poucos são pois aqueles que com real vantagem o podem fazer e estes poucos não devem desanimar, devem manejar o gládio da imprensa até que tenham derrocado os abusos que se dão e corrido do templo do magistério os vendilhões, que em detrimento da causa da instrução, o infectam e desonram.

É baseado sobre esta ideia, que desde 1856, época em que começamos a militar nas fileiras do Jornalismo, não temos deixado de advogar a causa da Instrução e voltamos ainda hoje ao campo a profligar os abusos que se dão, com o rosto descoberto, porque como escritor não tememos a censura nem a responsabilidade dos nossos escritos e os nossos legítimos foros de professor ainda nunca nos foram negados por todos os homens inteligentes, que nos conhecem, embora sejam os nossos inimigos.

Trataremos pois, mais uma vez, da Instrução entre nós, na série de artigos que com a presente introdução encetamos.

Seremos severos, mas imparciais.

Não pouparemos considerações e diremos a nua e crua verdade em tese geral, sem individualizar a questão, a não ser o espírito de classe e a convicção que em muito pode ser melhorada a Instrução desde que se iniciarem as reformas, que a prática nos tem feito conhecer como absolutamente necessárias.

Não escrevemos pois por interesse próprio, ou por interesse deste ou daquele – escrevemos no interesse do país e do seu futuro.

Sujeitamos as nossas opiniões ao juízo de todas as pessoas competentes e ficamos na liça para sustentar no campo da discussão doutrinária, as nossas ideias, contra quem quer que seja.

O futuro do nosso, como de todos os povos, depende do desenvolvimento da Instrução, que é a sacerdotisa da civilização.

Entre nós, infelizmente, jaz a instrução pública e particular num estado de marasmo e diremos mesmo de corrupção, que é necessário sanar-se quanto antes.

Ocupar-nos-emos, na presente série de artigos, com preferência da particular, por se achar ainda mais viciada e mal constituída do que a instrução pública.

Dividiremos a matéria conforme a boa lógica o aconselhar.

Começaremos pelo regime dos colégios e a divisão das matérias de ensino.

Passaremos depois a tratar em particular das habilitações que julgamos necessárias para o importante cargo de diretor de um estabelecimento de educação e das restrições que a lei deve pôr às licenças, que tão facilmente costuma conceder a indivíduos pouco habilitados e menos dignos de exercerem tão importantes funções, que devem ter uma influência direta sobre o futuro do nosso país.

Ocupar-nos-emos depois dos professores e das medidas que julgamos absolutamente indispensáveis, para purgar o templo do magistério dos vendilhões que o desonram e que, tendo por única lei o seu interesse e por única norma a impostura, prejudicam no último grau a causa da instrução.

Passaremos depois a ocupar-nos especialmente dos pais de família que, por sua vez, contribuem, em grande parte, para o triste estado da instrução entre nós, já pela condescendência com a vontade de seus filhos, já pelo pouco ou nenhum cuidado que põem na escolha do estabelecimento ao qual vão confiar

aqueles, deixando levar-se ordinariamente por empenhos, considerações particulares, amizades e inimizades.

Concluindo, trataremos ainda com especialidade dos alunos e das qualidades que neles desejamos ver desenvolvidas pela educação doméstica e pela direta influência dos pais, lá onde não pode alcançar a dos professores.

Como já o dissemos, seremos severos mas imparciais e tendo por único norte o progresso da instrução e com ele o feliz porvir do país e o seu progresso na senda da civilização, deverão ser bem acolhidas as sinceras reflexões que submetemos ao juízo do público em geral, do conselho diretor da instrução, dos Srs. pais de família e particularmente dos nossos colegas na árdua tarefa do magistério.

Oxalá que Deus possa inspirar-nos, e dar às nossas palavras a força da convicção, a fim de que sejam ouvidas e bem acolhidas as ideias que tivermos de expor.

Oxalá que mais esta vez não preguemos no deserto, que, fazendo coro conosco todos os verdadeiros adeptos do magistério, possa dar-se uma passo avante no campo do progresso.

Continuaremos.

II

O regime dos colégios e a divisão das matérias de ensino formam um dos assuntos mais importantes.

O regime e a polícia interna, especialmente nos estabelecimentos que recebem pensionistas, são da mais alta importância e devem ser minuciosamente observados pelos pais de família que queiram fixar a sua escolha entre os

diferentes estabelecimentos, que se lhes oferecem para a educação de seus filhos.

A ordem, a regularidade e o respeito em tudo e por tudo são a *conditio sine qua non*⁴⁴ de todos os estabelecimentos dessa ordem, mas infelizmente entre nós só raramente encontramos reunidas essas qualidades, e quando isto se dá, sofre o estabelecimento a mais crua guerra de despeitados adversários e os pais, sem atenderem ao futuro dos seus filhos, dão ouvidos a intrigas, a empenhos, a amizades.

E, frequentemente, os bons colégios fenecem ao gelado sopro da intriga e a impostura temporariamente floresce.

O respeito e a regularidade, a disciplina e a boa ordem são a base de uma casa de educação. Tudo ali deve estar metodicamente repartido, minuto por minuto ter a sua aplicação certa e invariável – um colégio ou pensionato deve funcionar com a mesma regularidade do maquinismo de um relógio; o tempo, estritamente repartido, deve chegar para tudo e ser em tudo regulado, a fim de que as crianças desde logo possam tomar o hábito da regularidade e pontualidade, fontes primordiais de muitas virtudes sociais.

Durante as refeições, como nas horas de estudo, na aula como no passeio, a decência e o silêncio são a melhor recomendação de um estabelecimento.

O que significam esses colégios que a todas as horas do dia, apresentam um sussurro semelhante ao de uma caixa de abelhas?

Que ideia se deve formar de um estabelecimento que se vê num contínuo alvoroço, onde se ouve gritos e barulho a cada momento, durante as horas de aula como de estudo, durante a refeição, como no recreio e no passeio?

Num verdadeiro colégio, digno desse nome, deve reinar tal ordem e disciplina, que nas horas da aula o transeunte não ouça se não a voz dos respectivos professores; as próprias mudanças dos alunos de uma aula para a outra devem efetuar-se na maior ordem e silêncio, com verdadeira disciplina militar.

Durante o recreio, aplicação útil é ainda silêncio e ordem, são a partilha dos bons estabelecimentos, enquanto que a turbulência, os brinquedos selvagens e a falta de respeito, distinguem muitos outros.

⁴⁴ O termo em latim refere-se a uma ação ou condição indispensável, imprescindível ou essencial.

E o que diremos finalmente das casas de educação, onde o visitante às horas da refeição encontra na mesa uma verdadeira anarquia, e cujos alunos, quando saem à rua em corporação, vão rindo-se, conversando em voz alta e caminhando em completa desordem?

Os pais por certo deviam fugir de confiar os seus filhos a tais colégios, porque é esta a melhor prova de que não há ali respeito nem ordem e sem respeito e ordem, não só será perdida a educação dos seus filhos, mas ainda pode produzir tristíssimos resultados para o futuro, incutindo-lhes desde já hábitos de desordem, menosprezo às leis da civilidade e urbanidade e inclinação à altanaria e insubordinação.

Nem desprezem os pais de família essas *exterioridades*, como as chamam aqueles que não têm força moral para pô-las em prática, ao contrário, essas circunstâncias, que aqueles, que relaxam os seus deveres, qualificam de impostura, devem merecer aos *ethos* dos pais de família a maior atenção e devem ser um poderoso incentivo para fixar a escolha do estabelecimento ao qual vão confiar os seus filhos.

Digam, embora, aqueles que têm falta de força moral, que a regularidade e a disciplina verdadeiramente militar de um colégio são mera impostura, que o que se quer é tão somente o ensino, etc. – nós, como pai de família, nunca confiaríamos um filho nosso a um estabelecimento que vive manifestamente em contínua anarquia e onde não há ordem, regularidade, nem respeito.

O adiantamento literário ali é impossível, e a educação é perdida, contraindo os alunos, na tenra idade em que o seu caráter se forma e recebe do exterior os seus traços característicos, hábitos de desordem e insubordinação, porque a subordinação é necessária para todas as classes da sociedade e a desordem é a causa de todos os vícios, fonte de infortúnios inúmeros.

Argumentamos com fatos.

Há no Brasil um colégio que dotou o país com as suas primeiras ilustrações, um colégio que durante muitos lustres gozo de merecida fama, o primeiro, então, de todos os colégios do Brasil – o de Caraça.

Hoje está caído esse estabelecimento modelo e se enérgicas providências não lhe derem nova vida, em breve desaparecerá do rol das nossas casas de educação literária.

E por quê?

Noutro tempo florescia o Colégio de Caraça de maneira a ofuscar a fama de todos os outros, porque, a par da inteligente direção de ensino, havia ali uma disciplina severa, uma ordem metódica, um respeito sem fim por parte dos alunos e uma força moral de transcendência por parte dos Rev. preceptores.

Hoje, as forças intelectuais do pessoal da instrução ainda são as mesmas, as aulas funcionam como dantes, mas a força moral foi perdida, reina um relaxamento extremo na polícia interna, a antiga disciplina hoje só existe por tradição e o Colégio de Caraça caminha com passos agigantados ao abismo da perdição.

Possa este exemplo servir de corretivo à opinião daqueles que se persuadem que a ordem e a disciplina são apenas partes secundárias num estabelecimento de educação.

E permita-nos uma última observação.

Entre nós, num país, onde os instintos sensuais se desenvolvem em tenra idade, a convivência de alunos, produz grandes e tristes consequências para a moral, quando a mais severa vigilância, a mais absoluta ordem e a mais rigorosa polícia interna não distinguem a direção do estabelecimento.

E isto é talvez a parte mais difícil, a tarefa mais pesada que é imposta ao diretor dum colégio.

Impedir o desenvolvimento da imoralidade entre os seus alunos é o mais pesado dos seus trabalhos e esse resultado só pode ser obtido pela mais severa ordem e disciplina.

E, pois em conclusão, estipularemos como primeira regra que deve guiar os pais na escolha da casa, a qual vão confiar os seus filhos: silêncio, ordem metódica, disciplina severa e respeito em tudo e por tudo.

Infelizmente só poucos são os colégios que podem ufanar-se disso – felizmente, porém, sempre há alguns e os pais os devem escolher com preferência.

No seguinte artigo, ocupar-nos-emos da divisão das matérias de ensino, e dos métodos seguidos entre nós, outro assunto de transcendente importância.

III

Trataremos hoje de um outro assunto de suma transcendência – da divisão das matérias do ensino secundário.

Partimos a esse respeito de um princípio fundamental, qual é: a divisão por anos.

Esse sistema, único possível e vantajoso num estabelecimento que aspire a ser mais alguma coisa do que uma mera casa de negócio ou de especulação; é geralmente usado em todos os colégios, ginásios e liceus do Velho Mundo.

Foi Pestalozzi⁴⁵, o pai da moderna Pedagogia, quem o inaugurou em seu colégio modelo de Iverdun, no século passado e as vantagens que obteve foram tão rápidas e tão salientes, que em pouco a divisão por anos, formava a base dos sistemas colegiais.

Entre nós não é assim.

O atraso em que estamos no que diz respeito à instrução pública e particular tem feito com que só poucos colégios hajam podido adotar esse sistema, mas esses poucos, que à força de paciente trabalho e de pertinácia, venceram os obstáculos e puderam reunir um pessoal de professores suficiente para pô-lo em prática, tem colhido as mais relevantes vantagens.

O primeiro colégio que no Brasil adotou a divisão das matérias em cursos anuais foi o imperial colégio D. Pedro II e se aquele estabelecimento, apesar de todas as suas faltas, apesar mesmo do seu nenhum valor real, tem conseguido dar algum, embora apoucado resultado, é isso tão somente devido aos cursos anuais que adotou.

Encaremos esse sistema pelo que vale na realidade.

Na maior parte de nossos colégios funcionam a esmo as diferentes aulas e os pais determinam quais delas devem frequentar os filhos.

Um diz: “Não quero que meu filho aprenda o latim”, mas não se lembra que o estudo do latim é a base de todo o pensamento lógico.

Outro diz: “Meu filho não precisa saber matemática”, mas não sabe que o estudo das matemáticas forma o espírito e aplaina o terreno para todos os mais estudos.

⁴⁵ Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), pedagogo suíço, pioneiro da reforma educacional.

Colégios dessa ordem não são se não uma compilação de lições particulares, dadas a esmo e sem nexos e ordem; não podem pois dar ao aluno uma instrução sólida, mas o provem tão somente de um saber parcial e miscelâneo. Outro, porém, é o caso nos colégios em que funcionam regulares cursos anuais.

Ali se forma a inteligência do aluno gradualmente, numa marcha lenta e refletida; pedra por pedra, é solidamente levantado o edifício do saber humano; não há uma só lacuna, não há demasias nem faltas.

Ali, não governa a vontade dos pais; os alunos são obrigados a seguirem todas as matérias do respectivo curso e se nos exames do fim do ano não forem aprovados por conscienciosos examinadores, têm de repetir todo o ano, da maneira que o seu saber será sabido e não haverá lacunas.

E é assim que pode ser proporcionada uma verdadeira e real instrução de discípulos. Só assim é soberano o princípio da ordem, regularidade e estabilidade, poderá exercer a sua benéfica influência e dar cabo pouco a pouco daqueles edifícios charlatânicos de instrução, que têm por base a vértice da impostura, que estão cheios de lacunas, e formam não uma construção sólida, mas sim um mosaico miscelâneo.

Na marcha gradual dos cursos anuais, produz a justa divisão das matérias os mais salutareos resultados, porque, influenciando todas elas sobre o desenvolvimento da inteligência, uma sempre está a altura da outra, e uma facilita a outra – resultado este que só pela divisão por anos se pode obter.

Creemos que o pouco que levamos dito é suficiente para fazer compreender as vantagens que esse sistema oferece, e a necessidade que há de que ele seja geralmente adotado nas casas de instrução secundária.

E agora permitam-nos emitir mais uma vez a nossa opinião, com a franqueza que nos caracteriza.

O exame minucioso que temos feito da divisão das matérias no colégio D. Pedro II, a par da nossa experiência como professor e diretor de colégios, nos há convencido de [...] necessita de muitos melhoramentos e sem entrarmos na análise dos erros que, em nossa humilde opinião, são ali cometidos, remataremos este artigo, apresentando o quadro de cursos anuais que

julgamos, não só o mais vantajoso, mas também o mais fácil e mais apropriado aos recursos do país.

O 1º ano deve incluir, a par do aperfeiçoamento do estudo das primeiras letras e da gramática nacional, os princípios de latim (gramática), geografia, matemática e física, francês (gramática).

O 2º ano completará o curso de gramática latina, começará a geografia política, a história natural (zoologia) e a aritmética teórica e continuará o francês (princípios de versão).

No 3º ano começará a versão latina (Pedro e Eutrópio); continuará geografia política, história natural (mineralogia), francês (gramática e versões), principiará inglês, e concluirá o curso de aritmética (inclusive os logaritmos).

O 4º ano contará: latim (versão de Cornélio Nepos e Julio Cesar, princípio de versões de português para latim), continuação da geografia política, história natural (botânica), francês, inglês (gramática e versão fácil), começará alemão, a álgebra e a história universal (história antiga até a decadência do império ocidental 476 depois de Cristo).

No 5º ano contará o latim (verso do Cícero de *amicítia* e de senectude, de Salustio e de Ovídio); concluirá o curso de geografia e de história natural (recapitulação), continuará francês e inglês (versão do português para esses idiomas, e de clássicos fáceis); continuará alemão, a história universal (Idade Média, até a reforma em 1517), findará o curso de álgebra e principiará o grego (gramática).

No 6º ano, começará em latim a tradução de Virgílio, continuará o grego (primeiras traduções: Xenófanos); continuarão francês, inglês, alemão (versão), história universal (moderna até a Revolução Francesa), começará geometria, física, desenho matemático.

O 7º e último ano, além de repetição, compreenderá a conclusão do curso de latim, francês, inglês, alemão, grego (Homero), história universal (até o presente) e funcionarão os cursos de trigonometria e estequiometria⁴⁶, física e princípios de química, assim como retórica, psicologia, antropologia física, lógica, metafísica e ética.

⁴⁶ No original "stercometria".

Sendo posto em prática (o que não passa das raias do possível) o plano que acabamos de traçar e que é o geralmente adotado na Europa, baseado sobre o princípio de que os alunos não podem passar de um ano ao outro, sem haverem feito o seu exame de suficiência em todas as matérias do mesmo – podemos ter a convicção, que não só teremos entre nós uma instrução sólida, mas também, que o aluno, que for plenamente aprovado no exame do último ano, poderá sem receio apresentar-se à matrícula não só nas academias do Império, mas nas universidades de qualquer país da Europa.

Enquanto estes sistemas não forem geralmente adotados, viveremos na miséria que atualmente se observa e que chega ao ponto que, entre dez colégios, acharemos apenas um que proporcione aos seus alunos alguma instrução sólida.

Dirão que somos severos demais, ofender-se-ão talvez com a emissão de rebuço de nosso pensamento – mas escrevemos com convicção e em tal assunto as meias palavras são um verdadeiro pecado.

Aliás, quem se julgar com direito a isto, pode impugnar as nossas opiniões, que emitimos com o rosto descoberto.

Não vibramos golpes traiçoeiros e estamos na estacada para sustentar quanto havemos dito.

Não receamos a discussão – desejamo-la ao contrário, porque ela contribuirá a esclarecer tão importante assunto.

IV

Ainda na última sessão da Assembleia Provincial, houve um longo debate sobre o assunto que hoje nos vai ocupar; e de fato tinham razão aqueles que combatiam o regulamento da instrução pública na parte que trata das licenças para a abertura de estabelecimentos de instrução particular, pois que essas licenças são verdadeiramente prodigalizadas a Pedro e a Paulo, e as disposições da lei são tais, que somente um homem destituído dos mais

comezinhos conhecimentos não pode obter a permissão de se transformar de moto próprio em – Diretor de colégio.

A tarefa de um chefe de estabelecimento colegial é árdua e cheia de responsabilidade moral e material.

O diretor de um colégio é o substituto dos pais, é o homem que trará sobre o espírito dos seus alunos uma influência absoluta e positiva, que é responsável pelo seu presente e ainda pelo seu futuro.

Assim como a educação se divide em duas partes – moral e intelectual – deve também o diretor do estabelecimento ser moral e intelectualmente habilitado.

Costumes severos, respeito imponente⁴⁷, absoluta isenção de todo e qualquer vício, devem tornar o diretor um modelo de virtudes para os seus educandos, que hoje, como no futuro, devem recordar-se do seu educador, como de um homem isento de fraquezas, venerável e respeitado.

Ah! Infelizmente é demasiada a facilidade com que se corrompem almas juvenis; infelizmente é o menino muito mais predisposto a aceitar a seguir maus exemplos do que bons e com diz a escritura: o caminho do vício é largo, fácil e circundado de prazeres e o da virtude estreito, escabroso e cheio de óbices e espinhos.

A prática do vício é um prazer para a mocidade; a da virtude um prezado fardo. E quais serão os prováveis resultados, quando um aluno observar diariamente a prática de nefandos vícios naquele mesmo que pelos pais e pelas leis da sociedade lhe é apresentado como exemplo e modelo?

Quais serão as consequências, quando aquele que aos alunos só devia apresentar exemplos de virtude e preceitos de moral, oferece as suas vistas diariamente o sedutor espetáculo de hediondos vícios e os seduz à prática dos mesmos?

Oh! Se fossemos pai de família e viéssemos a saber que o homem ao qual havíamos confiado a educação do nosso filho, não só lhe dava o exemplo do vício, mas até dele se houvesse servido de instrumento para a satisfação dos seus brutos instintos – não sabemos a que extremos chegaríamos... Não sabemos, se não nos deixássemos arrastar, embora homem sisudo e pacífico, a um desforço pessoal, a uma horrenda catástrofe.

⁴⁷ Termo oriundo do francês, cuja tradução é imponente.

E como nós, pensamos todos os pais de família – mas nem todos têm o cuidado de prevenir tais resultados por uma boa escolha do respectivo estabelecimento. Muitos veem correr a fama e dizem que são palavras ocas; não acreditamos – consta e dizem –, deixam iludir-se por belas palavras e jogam assim sobre uma carta o futuro dos seus filhos, porque infelizmente há muitos chefes de estabelecimentos de educação que antes deviam ser chefes de tabernas e alcouces.

Há pouco ainda a cidade vizinha presenciou um fato dessa ordem – há pouco ainda vimos espavoridos fugir os alunos desse estabelecimento, porque o seu chefe havia praticado um dos mais horrendos atestados contra a moral.

E outros existem assim. Que confiança pode inspirar o homem que, sendo diretor de um colégio, vive em contínua embriaguez, que se dá a prática de todos os vícios, que é geralmente desprezado por causa de sua vida desregada e tido ao pior conceito por todos em geral?

Como pode ser chefe de estabelecimento esse homem, cujas faculdades morais e intelectuais, uma por uma têm sido minadas pela embriaguez e outros vícios, um homem que a alta noite é encontrado caído nas ruas, que vive pelas tabernas e até já perdeu a vergonha em face do público?

E, entretanto, esse homem é diretor de um estabelecimento de educação e ainda acha quem confie alunos, iludido pelas suas melífluas palavras e pela confiança no governo – *que não havia de tolerar que F. continuasse a ser diretor de um colégio, se aquilo que se diz, fosse exato* –.

Eis a consequência fatal da facilidade com que se concedem licenças e da dificuldade que há em revogá-las, quando mesmo isto for exigido pela moral pública.

Quando todos os pais de família não são assas ilustrados para poderem julgar as coisas pelo que são e valem, ao governo incumbe tomar as providências para prevenir a funesta influência de tal ignorância.

Mas não é só pela parte moral que encontramos essa anomalia.

Existem outros chefes de estabelecimentos que embora sejam moralmente habilitados, nem por isso deixam de prejudicar o futuro dos seus alunos e de iludir a confiança dos pais.

Tratamos daqueles que por proteção mal entendida ou por outros meios, obtêm a licença para abertura de colégios, sem que tenham as habilitações científicas necessárias.

Note-se bem que agora não falamos com aplicação individual – falamos em termos gerais.

A nosso ver é uma anomalia completa, confiar-se a direção de um estabelecimento de educação às mãos de um homem, que não tenha conhecimento de todas as matérias que no seu colégio vão ser ensinadas.

O diretor de colégio que pouco mais possui do que o conhecimento das matérias elementares, não pode inspecionar a marcha das diferentes aulas secundárias, tem de confiar nos respectivos professores e esses, como noutro artigo veremos, não são entre nós frequentemente tais, que possam merecer uma absoluta confiança.

Segue-se daí que os alunos perdem o seu tempo, que nada aprendem e que no fim do ano se mostram tão ignorantes com dantes.

Exigimos pois, como predicados necessários para um diretor de colégio, que ele seja homem isento de vícios, e de puros e elevados princípios de moral, que seu nome como homem e como cidadão, não tenha a mais leve mácula, que possa contribuir a retirar-lhe o respeito dos seus alunos e que tenha finalmente conhecimento absoluto de todas as matérias que se ensinarem no seu colégio.

E ainda outra coisa.

Os pais, na escolha que tiverem de fazer, não só devem de tratar de confiar os seus filhos aos cuidados de um homem, que tenha os predicados mencionados, mas também devem investigar se ele cumpre a risca com os seus deveres e não tem ocupações que o distraiam de sua tarefa.

O diretor de um colégio deve entregar-se em corpo e alma ao desempenho de seus deveres e se quiser cumpri-los religiosamente, não para divertimentos, nem para trabalhos alheios ao estabelecimento.

Quem sobre si toma a responsabilidade pelo futuro moral e intelectual de filhos alheios, não tem tempo para coisas algumas, que não seja o cuidado no seu estabelecimento, quando este contém um pensionato.

Sabemos que a respectiva lei está dada e sancionada e que por tanto as nossas palavras nada podem mudar, quanto ao governo, que continuará a conceder licenças com a mesma facilidade e que porá iguais dificuldades em revogá-las, quando isso for exigido pela moral pública.

Mas apelamos aos pais de família – esses podem examinar os estabelecimentos e inquirir sobre as qualidades dos diretores, a fim de fixarem a sua escolha.

Queiram eles ler e pesar bem as nossas toscas reflexões, é quanto desejamos.

V

Vamos hoje nos ocupar com uma das maiores dificuldades com que lidam entre nós os colégios – a falta de professores habilitados –.

Essa falta é geral, tanto no ensino primário como no secundário; diremos mesmo, que é ela ainda mais pronunciada no primeiro, e ali o seu único remédio é a criação de escolas normais para a formação de professores, uma necessidade esta que há anos temos dissentido nas colunas de todos os jornais que têm publicado escritos nossos.

Hoje, porém, fieis ao nosso propósito, de ocupar-nos especialmente com a instrução secundária, trataremos somente dos professores de matérias secundárias.

E qual é o espetáculo que, aos olhos do observador imparcial, oferece o corpo professoral dos nossos colégios?

A par de um ou outro professor de mérito digno de seu cargo, de um ou outro que tenha legítimos títulos, vemos a impostura, o charlatanismo e a ignorância pavonearem-se nas respectivas cadeiras.

Uma qualquer dessas *casas de negócio* que existem por aí com o pomposo e mal posto título *colégio* (com honrosas exceções), precisa de um professor de

francês ou inglês; consta ao seu respectivo chefe, que há um indivíduo que sabe falar aqueles idiomas ele o manda chamar e o emprega como professor. Não importa que esse indivíduo não conheça as regras mais mezinhas da gramática, que nunca ouvisse falar de sintaxe – ele é francês ou inglês, sabe ler e, portanto, pode ser professor do respectivo idioma.

E assim se transforma em professor o marinheiro, o caixeiro, o lavrador, o artífice, o cozinheiro, o criado de hotel, sem que jamais tenham tido outra educação ou outras habilitações, além daquelas de que a sua classe dispõe em geral na Europa.

E os pobres pais iludidos confiam seus filhos a professores dessa ordem, só porque ao respectivo diretor conveio metamorfoseá-los daquela maneira.

Qualquer dos artistas brasileiros, que mal sabe ler e escrever, poderá com a menor vantagem, em França ou na Inglaterra, ensinar o idioma de Camões? Poderá ensinar uma língua cuja alma e índole não conhece, devendo usar para isto de outra que ainda conhece muito menos, que nem sequer sabe falar?

Sem dúvida, acharão os nossos leitores ridícula tal pretensão e, entretanto, é o que se observa todos os dias entre nós.

Vemos outros *professores* que ainda ontem eram os nossos discípulos, que ainda ontem se sentavam nos bancos dos colégios, e que hoje ensinam trinta mil matérias, que nunca aprenderam ou cujos rudimentos apenas podem saber.

Vemos outros ainda que figuram como lentes de português e de geografia e que numa carta de dez linhas cometem 50 erros no seu próprio idioma, e que empregaram oito meses para compreender a posição dos quatro pontos cardeais, sem que o conseguissem.

E assim poderíamos citar, se quiséssemos descer a individualidades, muitos exemplos. Mas para que repetir o que está na consciência de todos?

Os próprios pais não ignoram que muitos são os colégios, mas poucos os que dispõem de um bom pessoal de professores, eles não o ignoram, mas nem por isso deixam de repartir, por razões diferentes, a proteção entre uns e outros.

Ao nosso ver, cumpre pois ao governo, atalhar tais abusos, obrigando por lei os diretores a não empregarem em seus colégios se não professores legalmente habilitados.

Isto é, devem ser sujeitos a exame e aprovação por parte do conselho diretor da instrução pública, todos os indivíduos, que quiserem figurar como professores de instrução primária ou secundária e os colégios não poderão empregá-los, se não a vista dos seus documentos legais.

Desde o momento em que vigorar esta lei, ver-nos-emos livres desse enxame de impostores que, não tendo mais do que lançar mão para viver, se transformam em professores e comungam no ditado, frequentemente citado por um nosso ilustrado amigo: "*Mundus vult decipi, ergo decipiatur*"⁴⁸.

Não só ver-nos-emos livres dessa vergonhosa impostura, mas também irão desaparecendo os colégios ruins para deixar lugar aos bons; com a facilidade, que há de se transformar em professores quaisquer indivíduos, formigam por aí os intitulados colégios; mas se só pudessem ser empregados professores habilitados, teriam de fenecer incontinente aquelas casas de negócio.

Só ficariam em pé poucos colégios, mas estes poucos seriam bons e teriam professores habilitados, não só legalmente, mas também, porque, diminuindo o número dos colégios, aumentaria o lucro dos bons estabelecimentos e estes poderiam garantir a professores de mérito, ordenados dignos deles, o que hoje não acontece.

Assim pois, a nosso ver, está em pouco a regeneração completa da instrução particular entre nós: basta o governo estatuir por lei, que não podem ser empregados nos colégios particulares professores sem haverem sido previamente e plenamente aprovados em minucioso exame nas matérias, que pretendem lecionar, perante o conselho diretor da instrução na capital, ou perante comissões examinadoras, com tino nomeadas, nas diferentes localidades.

É pouco o que pedimos à assembleia e ao governo; mas este pouco será suficiente para regenerar completamente a instrução particular secundária na província do Rio Grande.

A nossa franca e severa linguagem chocará talvez suscetibilidades; pouco nos importa, porque de alto e bom som o dizemos: falamos com razão a justiça e estamos autorizados a falar, porque somos professor e ninguém nos pode

⁴⁸ Provérbio latino, cuja tradução é "O mundo deseja ser enganado; portanto ele o é."

negar os nossos foros como tal, que não só são atestados pela nossa longa prática, como ainda pelos nossos documentos justificativos.

E, contudo, embora sejamos há muito reconhecido como professor, embora tenhamos em nosso poder os nossos títulos acadêmicos e atestados de profissionalidade, embora tenhamos autorização do conselho diretor da instrução pública para abrir e dirigir um colégio de instrução primária e secundária, ainda assim de bom grado nos sujeitaríamos a um exame, contanto que este fosse obrigativo para todos aqueles que aspirarem ao título de professor.

Estamos certos que todos os diretores de colégio e professores que o sabem e podem ser as deveras (e mercê de Deus, a par de muitos impostores, há muitos outros, que são dignos do seu posto e aos quais com prazer apertamos a mão como colega) concordarão conosco e unirão os seus votos aos nossos. Ouça e atenda ainda o governo a nossa voz.

VI

Trataremos hoje com especialidade dos alunos, dessa mocidade esperançosa que vai formar a geração vindoura e em cujas mãos vai repousar o destino da pátria.

A mocidade brasileira em geral é inteligente e tem natural disposição para o estudo, unida a muita facilidade de compreensão.

A par dessas favoráveis disposições, porém, notamos também uma considerável dose de leviandade e especialmente de superficialidade, que faz com que, muitas vezes, não encontrando nos pais e nos mestres uma barreira forte e invencível, se percam as mais belas inteligências, esperanças de um porvir de glória para a pátria.

É pois absolutamente necessário que os pais se convençam da necessidade de fazerem um estudo particular da educação doméstica dos seus filhos, que os sujeitem a um regime severo, e os obriguem a um constante trabalho e não interrompida aplicação, a fim de prevenir os efeitos da superficialidade que é quase inata na juventude deste país.

A educação doméstica é a primeira questão; a horrível praga do Brasil é a escravatura, é a convivência forçosa das crianças com essa classe desmoralizada e desgraçada, que de ordinário é dada à prática de todos os vícios e não dispõe de bastante discernimento nem dedicação para ocultar, pelo menos às vistas dos filhos dos seus senhores, o horrível espetáculo da prática desses vícios e expressões grosseiras e imorais.

É devido a isso que na mocidade do país se desenvolvem tão cedo os instintos sensuais, que a moral para ela não existe, e que se dá frequentemente na mais tenra idade a mais odiosa prática dos vícios, que lhes matam a inteligência e lhes destroem as forças físicas.

Nunca pode ser assas grande o cuidado dos pais em preservarem os seus filhos do contato dos escravos e de verem e ouvirem exemplos e palavras próprias a despertarem o ardor do seu sangue juvenil.

É um ponto delicado o que nos ocupa neste momento, mas é nosso dever sermos francos e por isso diremos que o relaxamento que reina a tal respeito em muitas casas, onde as crianças ouvem palavras e conversas, que lhes revelam aquilo que em tenra idade ainda devem ignorar, é uma das causas primordiais do diminuto progresso da educação e instrução.

Desde o momento em que o menino, ainda em idade de ignorar tudo, já se dá ao gozo de prazeres impróprios de sua condição e idade, adquire ele uma certa suficiência, julga indigno de si (de quem já é *homem*) aplicar-se ao estudo, perde o respeito aos mestres e muitas vezes aos próprios pais.

A precocidade de nossa mocidade é o seu maior defeito e aos pais pertence evitá-la por uma cuidadosa educação doméstica.

Outra circunstância prejudicial para a instrução e educação, é a inclinação natural a pelintragem, que muitas vezes é acoroçada pelos próprios pais.

Roupas simples, asseadas e decentes, mas isentas de luxo, é o que é preciso para os meninos.

Nada de modas e luxos, nada de jóias e objetos de pelintragem, porque, alienando a atenção do menino do seu estudo, o conduzem os cuidados de *toilet* a outras ideias que não pertencem à órbita própria de sua idade, que deve toda ser dedicada à instrução.

A simplicidade no trajar é uma excelente recomendação para um aluno.

Depois há outra falta que frequentemente os pais cometem: é o deixar aos filhos a escolha das matérias que querem aprender.

Diz um filho: “não quero aprender latim” e o pai lhe faz a vontade, o que prejudica a marcha da instrução.

Os pais, entregando um filho ao respectivo mestre, cedem de fato todos seus direitos a este, e só a ele compete a escolha das matérias de ensino, devendo os pais conservar-se surdos às reclamações e queixas que a preguiça inspira aos seus filhos.

Em geral, é necessário que os pais de família tratem de manter nos seus filhos o mais pronunciado respeito para os seus mestres.

Entre nós o menino é acostumado a encarar o professor como um assalariado do pai.

Ele ganha o *meu dinheiro*, dizem eles, ou o do meu pai e se não me agrada vou para outro colégio; por *meu dinheiro* quero ser tratado a meu gosto.

Eis aí um belo raciocínio que coloca os professores na categoria de criados e lhes tira a influência moral, que deviam ter sobre os alunos.

Os pais devem fazer com que os meninos tenham um respeito profundo para os seus mestres e que os encarem como substitutos dos próprios pais, mas não como assalariados.

Tomando os pais de família cuidado em reservar os seus filhos de contato da escravatura e em afastá-los de ideias impróprias pela simplicidade de trajar e a frugalidade dos alimentos; tratando eles de deixar aos respectivos mestres a direção do ensino e a escolha das matérias, sem atender reclamações e queixas dos meninos, desde que depositam confiança no mestre; e contribuindo finalmente para manter no espírito dos filhos o respeito devido aos seus educadores e instrutores, muito ganhará entre nós a instrução, serão aproveitados tantos belos e transcendentales talentos que por aí se perdeu pela má direção da educação e a instrução sólida será finalmente uma realidade no país.

C.K.